

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA ELISA PENHA

**ENTRELINHAS: MEMÓRIAS, TENSIONAMENTOS E EFEITOS
DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE
PONTAL DO PARANÁ (PR)**

MATINHOS

2017

ANA ELISA PENHA

**ENTRELINHAS: MEMÓRIAS, TENSIONAMENTOS E EFEITOS
DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE
PONTAL DO PARANÁ (PR)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski

Coorientador: Prof. Dr. Edson Armando Silva

MATINHOS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

P399e Penha, Ana Elisa
 Entrelinhas: memórias, tensionamentos e efeitos do processo de emancipação do município de Pontal do Paraná (PR) / Ana Elisa Penha ; orientadora Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski ; coorientador Edson Armando Silva. – 2017.
 165 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2017.

 1. Geopolítica – Litoral do Paraná. 2. Memória – Litoral do Paraná. 3. História oral – Litoral do Paraná. 4. Emancipação territorial – Litoral do Paraná. 5. Geografia – Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 911.81

Marcos Vinicius Fidencio CRB-9/1811



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL

Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA ELISA PENHA** intitulada: **ENTRELINHAS: MEMÓRIAS, TENSIONAMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE PONTAL DO PARANÁ (PR)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Setembro de 2017.

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

DANIELA RESENDE ARCHANJO

Avaliador Interno (UFPR)

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avaliador Externo (UFPR)

Dedico esta dissertação a meu amável e amado pai, que me levou a pensar sobre a força dos coletivos, das relações e de nossas ações. E à minha mãe, que em sua força, ensinou-me sobre o amor aos livros, à língua e às artes.

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão a todos e todas que estiveram ao meu lado na construção desta pesquisa. A primeira coisa que aprendi neste processo foi que não o faria sozinha.

À Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral pela oportunidade. Aos professores e técnicos do PPGDTS pelas trocas e ensinamentos que contribuíram para o meu crescimento profissional e acadêmico.

À minha professora e orientadora, Dra. Marisete Hoffmann-Horochovski, que desde o início acreditou nesta pesquisa e que me guiou de maneira atuante, profissional e carinhosa, em especial nos momentos de maior dificuldade. Obrigada pelas aprendizagens ao longo do caminho e pela orientação deste trabalho.

Ao meu coorientador, Dr. Edson Armando Silva, por propiciar meu aprendizado em sua metodologia, bem como ao universo da Universidade Estadual de Ponta Grossa através do Grupo de Estudos Territoriais, além das valiosas contribuições transmitidas de maneira tão tranquila e assertiva.

Aos atores participantes desta pesquisa, pela essencial participação, por me receberem e compartilharem suas vidas, suas histórias, seu saber. Com vocês divido este trabalho.

Aos professores Dr. Rodrigo Rossi Horochovski, Dr. Ivan Jairo Junckes e ao doutorando Neilor Fermino Camargo pelo auxílio. Por sempre se colocarem de maneira disponível e gentil, muito obrigada.

À doutoranda Mayã Polo Campos, imensa gratidão por ter me acolhido de maneira tão calorosa, acompanhado e fornecido fundamental apoio no decorrer do meu aprendizado. Mais ainda, agradeço pela amizade construída.

Ao colega de curso, professor Fernando Henrique de Sousa Paz, pelo auxílio no decorrer do desenvolvimento da metodologia. À doutoranda Taísa da Motta Oliveira, pelos aprendizados propiciados por nossos encontros. À professora Eliane Feldhaus, pela disponibilidade e amparo. Agradeço a vocês pelas trocas tão especiais.

À minha mãe, Laís Maria Moreira Penha, e à minha irmã, Maria Luisa Penha, pelo amor, pelo suporte. Amo vocês. À minha prima Loreane de Castro

Ribas, pela cumplicidade. À Reonilda Locatelli Mendes e Vanda do Amara irmão Pedreira, extensão de minha família, pelo carinho e cuidado.

Às minhas amigas queridas, essenciais em minha vida, que me ofereceram ajuda diante das dificuldades, que ampararam minhas inquietações e compartilharam as alegrias. Tânia Guarilha, Daiana Cristine Stelmacki Amódio, Tarcimeri Serpa dos Santos, Roberta Stubs Parpinelli, Vanessa Vieira, Elizabet Moro, Marcella de Souza Pires, Pérola Machado de Souza, Anna Carolina de Paula Xavier.

Ao Carlos Eduardo Selicani Pedro, por me incentivar e acreditar em meu potencial, pelos anos de companheirismo e pelas ações que me fizeram chegar até aqui.

Aos meus colegas de mestrado integrantes do grupo Olhares Compartilhados: Luciana Galvão Martins, Andreia Cristina da Silva, José Carlos Muniz, Osni Arturo Francisco Júnior, Diego Gustavo Silvério, Elaine Paduch, Marili Miretzki. Estar ao lado de vocês foi fundamental.

À gestão da prefeitura municipal de Pontal do Paraná, em especial ao Departamento de Recursos Humanos e à Secretaria Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho, por garantir o direito de formação profissional.

À equipe técnica da Secretaria Municipal de Ação Social pelo incentivo.

À equipe do CRAS Canoas pelo carinho.

Ao Gohan e à Titi, pela companhia nos dias, noites e madrugadas de estudo.

A todas e todos que não foram mencionados, mas que das mais diferentes e sutis maneiras contribuíram para que essa pesquisa acontecesse.

“Lúcidos? São poucos.
Mas se farão milhares
Se à lucidez dos poucos
Te juntares.”

Hilda Hilst, 1974

RESUMO

Esta pesquisa analisou o processo de emancipação política de Pontal do Paraná, litoral paranaense. A partir dos conceitos redes, poder, território e desenvolvimento, procurou responder ao questionamento sobre os dispositivos que motivam a entrada na cena política. Essa questão, central neste trabalho, acabou gerando outras três perguntas: qual o contexto em que ocorre o processo de emancipação de Pontal do Paraná?; qual a estrutura argumentativa que catalisa o controle de recursos?; e, em que medida, a partir do processo de emancipação, as perspectivas para Pontal do Paraná mantêm relação com o desenvolvimento territorial sustentável? Para respondê-las, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a história oral, com a realização de entrevistas com atores-chave que participaram do processo emancipatório e que podem resgatá-lo por meio da memória. Os dados foram trabalhados a partir da metodologia proposta por Silva e Silva (2016), por meio da análise das redes de significados das entrevistas e suas categorias. Com isso, foram levantados aspectos relativos à história e cultura do território, assim como as disputas que participaram e participam de sua constituição. Os resultados apontaram que essa emancipação ocorreu através de um contexto institucional favorável, em especial devido à influência exercida pelo legislativo estadual e pelas características constitucionais da época. Nesse sentido, atrelada a fatores ligados às relações e alianças políticas, sendo que essas últimas foram fundamentais para a entrada dos atores na cena política. Por fim, destaca-se que o pensar e fazer político sob o território estiveram ora sob forte influência da ideia de crescimento, ora próximos dos conceitos relativos ao desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Emancipação de Pontal do Paraná. Memória. Política. Redes. Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

This research analyzed the process of political emancipation of Pontal do Paraná, coast of Paraná. From social network analysis, power, territory and development, this work tried to answer the question about the devices that motivate the entry into the political scene. This question, central in this work, ended up generating three other questions: what is the context in which occurs the process of emancipation of Pontal do Paraná?; what is the argumentative structure that catalyzes the control of resources? and, to what extent, from the process of emancipation, the prospects for Pontal do Paraná maintain relation with the sustainable territorial development? To answer these questions, the oral history was used as a tool of data collection, through interviews with key actors who participated in the process of emancipation and who can rescue this information through memory. The data were analyzed using the methodology proposed by Silva e Silva (2016), through the analysis of the networks of meanings of interviews and their categories. Therewith, aspects were raised concerning the history and culture of the territory, as well as disputes that took place and still participate in its constitution. The results pointed out that this emancipation occurred through a favorable institutional context, in particular, because of the influence exerted by the state legislature and by the constitutional characteristics of the time. In this sense, tied to factors related to relations and political alliances, the latter being fundamental for the entrance of the actors on the political scene. Lastly, It is noted that political thinking and doing about the territory have been under or strong influence of the idea of growth, or close to the concepts related to the sustainable territorial development.

Keywords: Emancipation of Pontal do Paraná. Memory. Politics. Social network Analysis. Territorial development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – OPEN REFINE	31
FIGURA 2 – MAPA CONSTRUÍDO ATRAVÉS DO VUE PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DISCURSIVAS.....	33
FIGURA 3 – RQDA – CATEGORIZAÇÃO	34
FIGURA 4 – GRAFO GERAL PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE PONTAL DO PARANÁ.....	36
FIGURA 5 – CATEGORIA MEMÓRIA E HISTÓRIA	60
FIGURA 6 – CATEGORIA CONTEXTO CONSTITUCIONAL	69
FIGURA 7 – CATEGORIA PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO	74
FIGURA 8 – CATEGORIA ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS.....	98
FIGURA 9 – CATEGORIA JUSTIFICATIVAS.....	106
FIGURA 10 – CATEGORIA A CONTRUÇÃO DO LUGAR E O CONFLITO FUNDIÁRIO	107
FIGURA 11 – CATEGORIA PERSPECTIVAS E NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	115
FIGURA 12 – CATEGORIA PORTO	120
FIGURA 13 – CATEGORIA ALIANÇAS	138
FIGURA 14 – CATEGORIA RECRUTAMENTO POLÍTICO.....	143
FIGURA 15 – CATEGORIA PARTICIPAÇÃO	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	28
QUADRO 2 – ENTREVISTAS JUNTAS E PREPARADAS.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ADINS	Ações Diretas de Inconstitucionalidade
CSV	- <i>Comma-separated values</i>
GETE	- Grupo de Estudos Territoriais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Médio
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
ISSQN	- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social
PIB	- Produto Interno Bruto
STF	- Superior Tribunal Federal
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
VUE	- Visual Understanding Environment

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A METODOLOGIA DA PESQUISA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	19
3	MEMÓRIA, HISTÓRIA E MUNICIPALIZAÇÃO: O CONTEXTO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ	38
3.1	A MEMÓRIA COLETIVA	38
3.2	O CENÁRIO EM ESTUDO	43
3.2.1	História do território	43
3.2.2	Origem dos municípios no Brasil.....	45
3.2.3	Federalismo.....	47
3.2.4	Municipalização	52
3.2.5	O espaço em questão: Pontal do Paraná.....	58
4	DESENVOLVIMENTO LOCAL E DISPUTA TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO	80
4.1	DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	80
4.2	REDES, PODER E TERRITÓRIO	88
4.3	ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO LITORAL PARANAENSE	94
5	PARTICIPAÇÃO, ALIANÇAS E RECRUTAMENTO POLÍTICO	126
5.1	DEMOCRATIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	160
	APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	165
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO	166
	ANEXO 1 – SITUAÇÃO DOMINIAL PARANAGUÁ/PONTAL DO PARANÁ	167

1 INTRODUÇÃO

A origem desta pesquisa ocorre a partir do questionamento sobre os dispositivos presentes na entrada da cena política, precisamente na que vai resultar na emancipação do município de Pontal do Paraná, litoral paranaense. Assim, é a partir da necessidade de maior entendimento sobre os mecanismos de participação política que este trabalho se constrói.

Com base no conceito de território proposto por Saquet (2011), como espaço pluridimensional em rede no qual ocorrem as disputas de poder, bem como a noção de ecodesenvolvimento proposta por Sachs (2007), como pensamento/ação capaz de integrar meio ambiente, modos de produção e de vida de maneira sustentável, o processo de emancipação de Pontal do Paraná foi tomado como fenômeno capaz de fornecer elementos para que, a partir desses conceitos, fossem buscadas respostas acerca de tal questionamento.

Afinal, trata-se de um território, na medida em que se está discutindo a municipalização, um acontecimento que engendra dinâmicas de disputa e alteração do espaço, a partir do envolvimento de diversos grupos e a partir de um determinado contexto, em determinado tempo, e em determinada região: Pontal do Paraná.

Além disso, esse é também o primeiro movimento político que se institucionalizou nesse território, sendo referenciado como nascimento político do município. Portanto, fonte capaz de fazer emergir elementos que baseiam sua estrutura, os agentes constituintes desse fato, o cenário em que se configurou. Nesse sentido, também fonte dos elementos que constroem o passado desse lugar.

A partir do acesso ao desenho desse passado e ao processo político de transformação desse território, esse fenômeno acaba por possibilitar também a discussão sobre como se constitui o desenho do futuro desse território (já que os resgates do passado e das engrenagens do processo de emancipação fomentam a discussão acerca de seus propósitos e, portanto, sobre seu futuro). Ao se falar em futuro, acaba-se por levantar também os entendimentos nos quais se baseiam tais perspectivas. Com isso, é possível verificar em que medida as ações do passado e as concepções sobre o futuro expressam relações com os conceitos atrelados ao desenvolvimento territorial sustentável (ou, mais precisamente, ao ecodesenvolvimento). Ressalta-se que a pergunta inicial, sobre os dispositivos que

motivaram a entrada na cena política, faz-se justamente por ser um dos meios de gerar possibilidades de ampliação das capacidades de exercício da liberdade, nesse sentido diretamente relacionada a tais conceitos.

Por se tratar de uma curiosidade, a entrada na cena política, que remete ao enredo relativo à experiência humana e tomando-a a partir de um olhar ecológico, ou seja, que considere os aspectos subjetivos, sociais e ambientais, a linguagem se apresentou como elemento capaz de permitir o acesso aos entendimentos que fundamentam essa experiência, bem como aos mecanismos de seu funcionamento.

Em razão de ser um acontecimento consideravelmente recente, já que Pontal do Paraná foi desmembrado de Paranaguá em 1995 e instalado oficialmente em 1997, a busca pelos atores participantes do processo se fez possível. Sendo a linguagem sistema a ser tomado como ferramenta, a memória acabou por inevitavelmente entrar em cena, o que fez com que fosse acrescida a possibilidade de acesso aos universos pessoais, que em razão dos atravessamentos que os constituem são em sua essência coletivos.

Como se trata de uma discussão relativa a território, conseqüentemente a reflexão se desdobra no levantamento acerca das relações de força atuantes nesse espaço. Se é da linguagem que se está tratando, é também dela que se faz possível a extração dos dados sobre como ocorrem esse jogo de forças.

Território e ecodesenvolvimento são conceitos que dependem de uma visão ampliada que possibilite a aproximação de saberes que partem de diferentes áreas do conhecimento, por isso condizentes com a ciência ambiental. Em razão disso, uma pergunta que parte de tais conceitos acaba por se desdobrar impreterivelmente em várias outras. Por conta de tal complexidade e considerando o valor dos dados possíveis de serem captados a partir do fenômeno adotado, a pergunta “Quais os dispositivos que motivaram a entrada na cena política?” suscitou outras três questões: “Qual o contexto em que ocorre o processo de emancipação de Pontal do Paraná?” “Qual a estrutura argumentativa que catalisa o controle de recursos do território?” “Em que medida, a partir do processo de emancipação, as perspectivas para Pontal do Paraná mantêm relação com os conceitos relativos ao desenvolvimento territorial sustentável?”

Para que a busca dessas respostas fosse possível, a história oral, por meio da história de vida e da história temática, apresentou-se como metodologia capaz de resgatar os universos pessoais e, por extensão, os coletivos. Ao mesmo tempo

propiciou aos(às) colaboradores(as) desta pesquisa liberdade de fala e, com isso, a possibilidade de acesso ao pensamento em fluxo, com a interferência mínima da pesquisadora. A memória, como possibilidade de reconstruir os acontecimentos, percepções e posicionamentos, foi elemento central dentro desse processo, ao permitir a narrativa. Em outras palavras, a memória desencadeou a fala e assim obteve também lugar como conceito a ser discutido.

Por meio da utilização da rede de confiabilidade, ou seja, da adoção de aproximações dos sujeitos a partir de relações de confiança, foram realizadas entrevistas com antigos moradores, atores estratégicos no processo de emancipação de Pontal do Paraná, e que exerceram ou exercem o papel de representantes políticos: prefeitos, vereadores, deputado estadual, líderes locais. Ao todo foram realizadas sete entrevistas, número escolhido a partir da saturação das informações, entre maio e julho de 2016.

Diante do acesso a discursos livres, geradores de grande número de informações e considerando a necessidade de captar desses discursos os elementos capazes de responderem às questões que se apresentavam, a metodologia de análise de redes apresentou-se como ferramenta ideal para o desenvolvimento do trabalho. Tal análise foi tomada a fim de, a partir da junção dos discursos levantados, criar uma rede de palavras que possibilita a criação de redes de categorias. Com isso, a partir da utilização de ferramentas de *software* livre, foi possível obter como resultado dados que dinamizaram a análise realizada, sendo obtidas as seguintes categorias que se encaixaram nos quatro questionamentos propostos: história e memória, a constituição do lugar e a disputa fundiária, as associações, o contexto constitucional, o processo de emancipação, justificativas, disputas, argumentos e contra-argumentos, perspectivas e noções de desenvolvimento, participação, alianças, grupos políticos, partidos e recrutamento político.

Assim, esta dissertação apresenta a seguinte configuração: o capítulo dois, após essa breve introdução, envolve a discussão sobre a área a que pertence esta pesquisa, o percurso metodológico adotado e as ferramentas utilizadas. Os capítulos seguintes se constroem a partir das quatro perguntas elencadas, por meio do cruzamento entre os resultados encontrados e as discussões teóricas que abordam temas condizentes.

O capítulo três busca, dessa forma, responder ao questionamento: Qual o contexto em que ocorre o processo de emancipação de Pontal do Paraná? Para tanto, realiza o regaste da história da região e da história de construção dos municípios no Brasil. Em razão do contexto em que está inserido o processo analisado, são apresentados e discutidos temas relativos ao federalismo e à municipalização, para então ser retratada a maneira como ocorreu o processo de emancipação de Pontal do Paraná. Seguindo essa lógica, estão inseridas nesse capítulo as categorias “memória e história”, “contexto constitucional” e “processo de emancipação”.

O capítulo quatro é construído através da proposta de responder a dois questionamentos levantados. Qual a estrutura argumentativa que catalisa o controle de recursos do território? é pensado a partir de conceitos que funcionam de maneira entrelaçada e que possibilitam a compreensão acerca das dinâmicas e entendimentos que fundamentam o espaço, ou seja, os conceitos de redes, poder e território. Diante disso, as categorias “argumentos e contra-argumentos” e “justificativa” tomam espaço na discussão. É discutido também o conceito desenvolvimento a fim de complementar os temas condizentes com a pergunta: Em que medida, a partir do processo de emancipação, as perspectivas para Pontal do Paraná mantêm relação com o Desenvolvimento Territorial Sustentável? A categoria “a construção do lugar e o conflito fundiário” é inserida nesse íterim a fim de resgatar o pano de fundo das práticas e entendimentos acerca das “perspectivas e noções de desenvolvimento” e do “porto”, duas categorias apresentadas nessa sequência.

Por fim, no quinto capítulo são realizadas discussões a respeito dos conceitos democratização, participação, políticas e movimentos sociais e das categorias “alianças”, “recrutamento político” e “participação”, a fim de que o questionamento “Quais os dispositivos que motivaram a entrada na cena política?”.

A ideia de que a emancipação de Pontal do Paraná foi resultado de um momento sócio-histórico e de um contexto institucional favorável e de que a partir dele houve a formação de uma elite política local foi uma das hipóteses iniciais. Uma outra hipótese se refere à noção de que há uma rede de relações entre palavras centrais que permite entender o significado e a vivência da política e da participação para os atores locais e os envolvidos no processo, bem como suas perspectivas para o território.

Através do levantamento das memórias sobre o território e o processo de emancipação, foi possível resgatar o universo que caracterizava Pontal do Paraná, demonstrando como suas raízes estão ligadas a saberes e práticas tradicionais da região, bem como ao fato de que eles estiveram e ainda estão em risco em razão de conflitos territoriais e tensionamentos que geraram e podem vir a gerar transformações no espaço em questão. Nesse sentido, o passado e, por conseguinte, o futuro do território puderam ser pensados à luz dos conceitos relativos ao desenvolvimento territorial sustentável. O processo de emancipação foi, então, resgatado e discutido como exemplo de disputa pelo território, movimento local que ocorreu a partir de um contexto institucional favorecido tanto pelos dispositivos constitucionais presentes na época, quanto pelas alianças e acordos promovidos através da relação dos atores locais com outras esferas. A criação do município como um processo que exemplifica o processo de descentralização. E também como processo que desenvolve a cena política do novo território, propiciando a reflexão sobre os diversos fatores ligados à entrada na cena política e à participação, como a importância do lugar ocupado pelo ator em sua rede de relações.

2 A METODOLOGIA DA PESQUISA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a análise do objeto desta pesquisa foi necessário um arcabouço teórico que provém de diversas áreas de conhecimento. Isso deu sentido ao fato desta investigação ter a ciência ambiental como suporte. Santos (2006) aponta que a ciência moderna ocorreu no domínio das ciências naturais e determinou um conhecimento utilitário e funcional, direcionado mais para o domínio e transformação do real do que para sua compreensão. Em contraposição a esse cenário, Leff (2000) assinala que a ciência ambiental surgiu nos últimos cinquenta anos como consequência da consciência da crise manifestada pela degradação ambiental, de uma ciência fragmentada e uma lógica econômica pautada no livre mercado e na racionalidade tecnológica.

Leff (2000) propõe a utilização da interdisciplinaridade por meio do diálogo dos saberes como saída diante da complexidade dos problemas atuais (já que diante da descortinação das problemáticas, os problemas culturais, sociais,

econômicos e ambientais encontram-se interligados). Além disso, também a necessidade de suplantar a objetividade da ciência, passando a considerar o lugar ocupado pelo pesquisador, seu saber e sua identidade. Coimbra (2000) indica a necessidade de considerar a relação *entre* os saberes, caráter especial da ciência ambiental. Diante dos temas que envolvem essa análise, os referenciais teóricos são apresentados de acordo com as perguntas e categorias levantadas.

A construção do modo de investigação do presente trabalho ocorreu por meio de um processo, um movimento, já que a cada tempo a forma como a metodologia seria concebida moldava-se, tanto em razão das aproximações dos métodos que melhor se adequariam ao objetivo proposto, como em razão das descobertas ocorridas ao longo do caminho.

Conforme aponta Deslandes (2007), a pesquisa é resultado de múltiplos esforços do pesquisador. Ela se constitui por meio da reflexão teórica e sua conexão com a realidade, envolvendo o conhecimento prévio do pesquisador, sua criatividade e seus esforços. Quando o trabalho se faz ligado à própria vida do pesquisador, ele acaba por se apresentar de maneira mais admirável.

Esse apontamento vai ao encontro da primeira reflexão que fundamenta a construção desta pesquisa: os motivos que o fazem emergir. No caso, as necessidades de realização desta pesquisa surgem devido à prática da psicóloga inserida na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e das necessidades de ampliação dos entendimentos a respeito das práticas políticas, coletivas e institucionais, e das questões ligadas ao amplo conceito de território.

Práticas políticas e território são fenômenos que estão correlacionados, que se constituem de maneira capilar e que se estabelecem de acordo com os modos de relações em um espaço historicamente constituído. Com isso, a busca por uma maior compreensão sobre tais conceitos permite que futuras intervenções nessa área estejam baseadas em um olhar ampliado da realidade. Tal busca se justifica em razão da inerente relação entre a demanda de questões em nível coletivo e político que se apresentam na prática da psicologia no âmbito social.

Assim, quando utilizados como ferramentas que baseiam e ampliam modos de intervenção, podem ser trazidos em nível micro, através do agenciamento da tomada de consciência sobre a cristalização de pensamentos e modos de ser constituídos pelo biopoder, e em nível macro a fim de possibilitar os conhecimentos relativos às dinâmicas de funcionamento e cenários políticos.

Dessa forma, a participação acaba sendo um objeto a ser discutido, pois a partir dela é que se faz possível a construção de um projeto para o território que seja condizente com as necessidades de seus atores, ao mesmo tempo em que permite o exercício do protagonismo.

O olhar da psicóloga inserida no contexto social deve funcionar de maneira panorâmica, considerando o universo subjetivo, social, político, ou seja, territorial. Nesse sentido, o conhecimento sobre como se deu a formação de um grupo que teve por finalidade a emancipação política de um território pode apresentar pistas para a compreensão sobre participação, sobre a constituição do lugar em questão, sua história, suas questões indenitárias, sobre a gênese de sua estrutura política.

Com isso, a pergunta inicial – Quais os dispositivos para uma ação de caráter coletivo? – remete às outras três perguntas base desta investigação: Qual o contexto em que ocorre o processo de emancipação de Pontal do Paraná? Qual a estrutura argumentativa que catalisa o controle de recursos? Em que medida, a partir do processo de emancipação, as perspectivas para Pontal do Paraná mantêm relação com o desenvolvimento territorial sustentável?

Uma vez que a curiosidade apresentada se refere a um acontecimento humano, fez-se necessária uma metodologia que fosse capaz de se aproximar dos entendimentos dos atores participantes do processo, ao mesmo tempo que fosse capaz de permitir o resgate de suas memórias, afetos e interpretações. Por tratar-se da busca por um acontecimento vivenciado, de um saber, a liberdade de fala e a interferência mínima da pesquisadora eram elementos que se faziam também necessários. O intuito era possibilitar que lembranças, conhecimentos, pontos de vistas emergissem de maneira intuitiva, possibilitando, assim, o encandeamento livre do pensamento.

A partir disso, procurou-se definir os procedimentos que seriam capazes de cumprir tais objetivos através da sistematização do modo como se daria esta investigação. Num primeiro momento, o instrumento/metodologia da história oral apareceu como técnica que perfeitamente se encaixava nos propósitos da pesquisa.

Assim, optou-se pela história oral por meio de duas de suas subdivisões: a história de vida e história temática. Segundo Santos e Araújo (2007 apud MEIHY, 2011), a história oral possui três modalidades: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral.

A história oral de vida propicia que aspectos mais subjetivos sejam levantados e assim sejam realizadas análises sócio-histórico-culturais menos possíveis por outras fontes. A tradição oral remete ao passado, possibilitando a transmissão geracional e, assim, a permanência de mitos, folclores e a visão de mundo de comunidades. A história oral temática se refere a um tema específico, pré-estabelecido. Nesse caso, tem-se maior objetividade, pois se buscam dados através da narrativa daquele que presenciou um acontecimento ou tenha dele alguma versão.

Nesta pesquisa, a história oral de vida e a história oral temática possibilitaram o levantamento do contexto a que pertencem os atores, suas trajetórias no território, sua entrada na cena política, suas perspectivas e lembranças a respeito do processo.

Em relação à história oral de vida, Santos e Araújo (2007 apud MEIHY, 2007) apontam o caráter individual e coletivo desse recurso, pois ao mesmo tempo em que recupera aspectos individuais do narrador, ativa a memória coletiva que se encontra em um contexto sócio-histórico. Ainda que o enfoque seja no sujeito, a análise dos relatos considera as questões sociais a ele associadas. Há, assim, a articulação entre o geral e o particular, entre o específico de uma narrativa e o momento histórico em que ela ocorre.

Vale lembrar que o uso da linguagem, da palavra, como forma de expressão dos sentidos e universos pessoais, se dá através do imbricamento dos aspectos subjetivos e coletivos, já que a formulação que é construída para que haja comunicação sofre influência dos mecanismos oferecidos pelo meio familiar, coletivo, social: “O pensamento não se exprime na palavra e sim se realiza nela. Por isso se poderia falar de um devir (dilema unidade do ser e do não ser) do pensamento na palavra” (VYGOTSKY 1997 apud BRONCKART; BULEA, 2011).

Queiroz (1987) aponta que a história oral fez seu reaparecimento com tanto sucesso que foi considerada durante muito tempo como técnica por excelência, única capaz de contrapor as metodologias quantitativas:

[...] o relato oral se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado. Servia, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível. (QUEIROZ, 1987, p. 2).

Santos e Araújo (2007), seguindo o mesmo sentido, apontam que a história oral permite uma reflexão de natureza historiográfica. É um recurso utilizado em estudos sobre pessoas, grupos ou comunidades. Segundo Santos e Araújo (apud THOMPSON, 2007, p. 44-45): “Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”.

Uma das características que torna útil a história de vida e os relatos orais se dá pelo fato de que “comportamentos e valores são encontrados nas memórias dos mais velhos, mesmo quando estes não vivem mais na organização de que haviam participado no passado” (QUEIROZ, 1987, p. 11). Por meio dessa metodologia, podem ser levantadas:

[...] a maneira pela qual diferentes camadas sociais, diferentes grupos, homens e mulheres, várias faixas de idade experimentam as mudanças que ocorrem, segundo que valores as estão encarando, quais as normas que aceitam para seus comportamentos e quais as rejeitam. (QUEIROZ, 1987, p. 20).

Neste ponto, pode-se observar como a história oral apresenta-se como metodologia que possibilita o levantamento dos conceitos que baseiam os entendimentos sobre os fenômenos, nesse caso em especial os que se referem ao processo de emancipação de Pontal do Paraná.

De acordo com Meihy e Ribeiro (2011), a história oral depende da elaboração de um projeto pautado no planejamento, ou seja, no direcionamento a ser dado pelas gravações a partir das indicações sobre o assunto e grupo em questão, da finalidade a ser dada ao material, de maneira dialógica, através de estímulos (perguntas/respostas) e da autorização para seu uso.

A história oral, em geral, é meio capaz de fornecer análise e conhecimento sobre determinados grupos, sendo estes muitas vezes grupos oprimidos, em que sua voz não foi ou não é ouvida. Os autores dividem a história oral em três tipos: história oral instrumental, a qual serve de apoio para análises futuras e ocorre, por exemplo, quando as entrevistas são o objetivo final da intervenção; a história oral plena, em que a previsão do uso das entrevistas como base de análise é o que a caracteriza; e a história oral híbrida, relacionada à análise do material coletado juntamente com a análise documental.

Ao refletir sobre o papel da comunidade entrevistada e o trabalho realizado, os autores sugerem o uso do termo colaborador, uma vez que tal termo melhor representaria o papel realizado pelas pessoas ouvidas, somado ao fato de que o trabalho é feito em parceria com o(a) pesquisador(a), superando, assim, a ideia de meros informantes e considerando seu papel como sujeitos ativos e responsáveis pelo produto final, sendo dividida a autoria da pesquisa realizada.

O fazer da história oral leva à reflexão sobre quando se deve fazê-la, o que remete à possibilidade no tempo de realizar estudos baseados em entrevistas, em que há falta de documentos sobre determinado assunto, ou quando há a necessidade de uma nova versão. Outro importante ponto refere-se à questão ética, que supera a simples devolução aos colaboradores, mas que deriva de uma relação de respeito e troca entre colaboradores e pesquisador. No caso deste estudo, a história oral foi tomada como técnica de coleta de dados.

Reafirmando tais considerações, Minayo (2007) aponta que a entrevista se apresenta como técnica privilegiada de comunicação. Dentre as diversas formas de entrevistas, a entrevista aberta ou em profundidade propicia espaço para que o informante fale livremente sobre um tema. As perguntas, nesse caso, buscam dar mais profundidade às reflexões. A história oral encontra-se nessa modalidade ao permitir a reflexão do próprio sujeito sobre sua realidade e o assunto a ser abordado, além de permitir a manifestação de dados subjetivos como: “ideias, crenças, maneiras de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas; projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes ou comportamentos” (MINAYO, 2007, p. 65). Com esse apontamento, mais uma vez se afirma o quanto tal procedimento se encaixa nos objetivos propostos.

Durante a fase exploratória da pesquisa, a necessidade de aproximação com a temática relacionada à participação acabou por propiciar o envolvimento no universo da ciência política através do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, por meio da disciplina optativa Teoria Contemporânea da Democracia. Durante o caminho percorrido para realizar a disciplina, foi possível saber sobre a existência de uma nova metodologia de análise de dados qualitativos desenvolvida pelo professor doutor Edson Armando Silva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Essa metodologia de análise é descrita de maneira detalhada no artigo

“Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos”, de Silva e Silva (2016), publicado na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero:

O uso de ferramentas informacionais para a pesquisa qualitativa apresenta algumas vantagens. Inicialmente, elas permitem a percepção de tendências de sentido em grandes quantidades de documentos; ademais, diminuem a necessidade de intervenção manual do pesquisador, aumentando sua produtividade e sua capacidade de realizar “mudanças de rumos” quando a dinâmica da pesquisa exigir. (SILVA; SILVA, 2016, p. 132).

Os autores esclarecem que esses instrumentos, quando utilizados na análise de documentos de grande porte, possibilitam não somente a demonstração da frequência dos termos empregados, como também a relação entre eles: “a ênfase no emprego de palavras e expressões revela valores e sentimentos comuns expressos em um conjunto de discursos” (SILVA; SILVA, 2016, p. 135). O uso desses instrumentos de análises, se bem utilizados, equivalem ao trabalho de um lapidador, que faz revelar a beleza de aspectos escondidos.

Esse último aspecto foi essencial para a decisão em se tomar essa metodologia de análise de dados como alicerce desta pesquisa, uma vez que o objetivo era buscar os entendimentos a respeito do processo de emancipação do município em questão de maneira não diretiva. Ou seja, não através, por exemplo, de um questionário objetivo, mas a partir das lembranças evocadas e das conexões a elas relacionadas. Considerou-se com isso que o levantamento das dinâmicas presentes na entrada da cena política, bem como as questões relativas à participação e ao território, apareceriam de maneira fluida e natural, como parte integrante das lembranças relativas ao processo. “Entrevistas abertas, histórias de vida, observações participantes podem revelar aspectos impensados da realidade” (SILVA; SILVA, 2016, p. 134). Além disso, conforme já citado, essa metodologia apresenta como vantagem o fato de poder guiar os sentidos presentes em um grande número de documentos.

Silva e Silva (2016) salientam ainda o fato de ser a linguagem um dos principais indicadores para o mapeamento de fenômenos culturais.

Determinada a escolha metodológica, teve início a busca pelos(as) colaboradores(as) da pesquisa. O critério de escolha foi baseado no levantamento apresentado por Rocha (1997) na lista “Líderes do movimento separatista”, que apresenta 88 nomes de lideranças comunitárias. Mas, como se daria o encontro com

tais atores estratégicos? Para viabilizá-los, foi utilizada a rede de confiabilidade proposta por Hoffmann-Horochovski (2008, p. 13): “[...] os entrevistados foram selecionados através de uma rede de confiabilidade, onde o primeiro contato se estabeleceu com um parente ou um amigo do informante e só após com ele”. Assim, o acesso ao universo dos participantes somente foi possível em razão da estima e da confiança que eles possuíam em relação àquele que estabeleceu o contato.

Com isso, teve início a busca por pessoas próximas à pesquisadora e que fossem pessoas de confiança dos atores estratégicos desta pesquisa. Pode-se comprovar a efetividade da rede de confiabilidade, uma vez que por meio desse procedimento fez-se possível o primeiro contato e, por conseguinte os demais, sendo que algumas dessas redes funcionaram entre os próprios entrevistados, além do fato de que a proximidade afetiva facilitou o contato. Nesse sentido, de maneira indireta participaram da pesquisa colegas de trabalho e amigos.

Observa-se que o processo de reconhecimento do campo de pesquisa e a aproximação da comunidade foram facilitados devido ao fato desta pesquisadora pertencer ao município em questão como moradora, servidora pública e psicóloga desde 2008. Ainda, salienta-se que a relação com o lugar foi um dos motivos que baseou a escolha pelo tema, tanto devido às facilidades advindas de um conhecimento prévio relativo a esse espaço (suas histórias e modos de funcionamento), como da vontade de tratar de um ambiente que durante anos acolheu essa existência, possibilitando experiências de troca, oportunidades de crescimento e mesmo subsistência, bem como acolhendo em diferentes momentos da vida, ora difíceis e penosos, ora alegres e produtivos, oportunizando a vivência nesse território.

Uma experiência única foi vivenciada em cada um dos encontros. De maneira amistosa, todos os colaboradores e colaboradora foram acolhedores e gentis, permitindo que fosse possível a aproximação de seus universos, seja em seus locais de trabalho ou em seus lares. Cada um dos locais visitados trazia não somente a possibilidade de aproximação com o(a) próprio(a) entrevistado(a), como também dos ambientes e, portanto, das sensações que fazem parte de seus cotidianos.

Em razão da pesquisa, foi possível transitar por espaços que traziam diferentes sensações, agenciadas ora pelas fotos da história política penduradas na parede do ambiente de trabalho, ora pelas salas que compõem uma área sindical,

pelo quadro na parede da câmara dos vereadores, pelo trânsito de pessoas na prefeitura municipal, ora pelos instrumentos que compõem uma estação de rádio domiciliar, pelo barulho e brisa do mar.

Os encontros foram realizados nos municípios litorâneos de Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba, sendo com isso possível experimentar e vivenciar os aspectos ambientais e sociais de cada lugar.

De maneira geral, todos os colaboradores apresentaram-se à vontade para tratar do assunto em questão. Suas falas eram por vezes extensas, sempre permitindo o cruzamento da lembrança do processo de emancipação com as demais questões que o permeavam, suas histórias de vida, seus entendimentos sobre o território, política e participação. Como será discutido, em alguns casos, a história do território se misturava à história de vida, possibilitando a emergência de importantes aspectos referentes aos conflitos.

Para tanto, foi utilizado o recurso da gravação, o qual foi aceito tranquilamente por todos os entrevistados. Foram realizadas sete entrevistas com o total de quinhentos e oitenta e sete minutos (587) e duzentos e oitenta e seis (286) segundos, ou seja, aproximadamente nove (9) horas de gravação. O limite da coleta de dados ocorreu através da saturação, ou seja, a partir do momento em que as informações obtidas começaram a se repetir. A fim de guiar as entrevistas realizadas, foi utilizado um roteiro (Apêndice 2).

Os(as) sete entrevistados(as) foram escolhidos(as) de acordo com sua importância no processo de emancipação de Pontal do Paraná. Durante o processo de aproximação, salienta-se o fato de que um dos atores que participou ativamente do processo, sendo uma das figuras centrais, faleceu duas semanas após o contato estabelecido para a entrevista (que já não ocorreu dadas as condições de saúde do ator em questão).

Como reflexo do cenário político, o número de mulheres participantes do processo de emancipação de Pontal do Paraná é menor que o número de homens. Conforme Rocha (1997), as figuras apontadas como principais personalidades pertencem ao gênero masculino. Diante de tal constatação, optou-se pela escolha de uma personagem do gênero feminino.

Tendo em vista a importância de que o nome dos colaboradores e colaboradora sejam preservados, a fim de que as discussões possam ocorrer com maior fluidez, a tabela a seguir apresenta a denominação dada a eles (a maneira

como serão apresentados no decorrer deste trabalho) seguida das características que contribuem para que seja reconhecido o lugar de fala dos entrevistados e entrevistada, sendo apresentadas funções atuais ou passadas. Com exceção dos atores colaboradores quatro e cinco, que residem em Paranaguá e Guaratuba, respectivamente, os demais referem-se a antigos(as) moradores(as) de Pontal do Paraná. Com exceção da colaboradora seis, todos os demais atores pertencem ao gênero masculino.

Quanto a esse fato, Miguel (2009) relata que o grupo de governos nas democracias ocidentais em geral, assim como no Brasil, “[...] tende a ser muito mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco” (MIGUEL, 2009, p. 12). Ao mesmo tempo, a mídia como esfera privilegiada da construção do capital simbólico possui papel determinante nesse fato, na medida em que representa (ou deixa de representar) a diversidade e pluralidade de interesses presentes na sociedade. O resultado aparece nos constrangimentos enfrentados pelas mulheres na cena política, já que são reforçados estereótipos de gênero: economia e política configurados como territórios masculinos (público), sendo às mulheres reservado o universo íntimo, familiar e de cuidado (privado).

A seguir, o Quadro 1 apresenta os dados relativos à identificação dos participantes:

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Identificação	Idade	Características ou funções exercidas no meio político
Colaborador 1	67 anos	Prefeito em Pontal do Paraná Empresário Líder local
Colaborador 2	58 anos	Assessor político em Pontal do Paraná e demais municípios Jornalista
Colaborador 3	62 anos	Vereador em Pontal do Paraná Candidato a vice-prefeito em Pontal do Paraná
Colaborador 4	59 anos	Prefeito em Paranaguá
Colaborador 5	75 anos	Deputado estadual Jornalista
Colaboradora 6	41 anos	Vereadora em Pontal do Paraná
Colaborador 7	78 anos	Líder local Pescador

FONTE: A autora (2016).

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a compilação delas, a fim de que os dados fossem trabalhados a partir da metodologia acima descrita. Nessa etapa do processo, o trabalho foi desenvolvido juntamente e somente a partir do essencial apoio dos pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (Gete) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), através do professor doutor Edson Armando Silva, coorientador deste trabalho, e da doutoranda Mayã Polo Campos, bem como do apoio do mestrando João Paulo Leandro de Almeida.

Essa metodologia de análise é original e envolve a necessidade de aproximação com diversas ferramentas de *software* livres. No decorrer do processo, muitos são os detalhes que fazem parte do processo de transformação do material. Além de ser necessária a criação de uma espécie de intimidade com os programas e procedimentos a serem realizados, o acompanhamento dos(da) pesquisadores(a) em questão foi imprescindível para que o resultado fosse alcançado, pois o trabalho ocorre de maneira minuciosa. Baseado no artigo já citado de Silva e Silva (2016), o manuseio do material foi também desenvolvido por meio da produção de um documento inicialmente intitulado: “Passo a passo metodologia” construído para a pesquisa em questão e que descrevia de forma altamente didática todos os procedimentos a serem realizados, o que foi extremamente apropriado devido a distância do laboratório em Ponta Grossa.

Assim, primeiramente, através da utilização do pacote *OpenOffice*, todas as entrevistas foram colocadas em um mesmo documento. Em seguida, foram retiradas todas as falas do pesquisador, ficando apenas as falas dos entrevistados, bem como substituídos os pontos por parágrafo, a fim de que cada frase estivesse em um parágrafo diferente. Com o objetivo de criar uma relação binária com cada palavra de uma frase, foi inserido um cabeçalho de identificação da frase (Id) e um cabeçalho denominado Frase, conforme apresentado no Quadro 2:

QUADRO 2 – ENTREVISTAS JUNTAS E PREPARADAS

Id	Frase
1	ah ta bem.
2	eu cheguei aqui por volta de 1970.
3	entao quando eu vim pra ca nao tinha nem estrada nao tinha nada tinha que vir pela praia.
4	tinha uma estrada velha que vinha aqui pelo guaraguacu ne nao tinha essa nossa estrada aqui.
5	a gente sofreu muito pra vim pra ca.

FONTE: PENHA; CAMPOS; SILVA (2016).

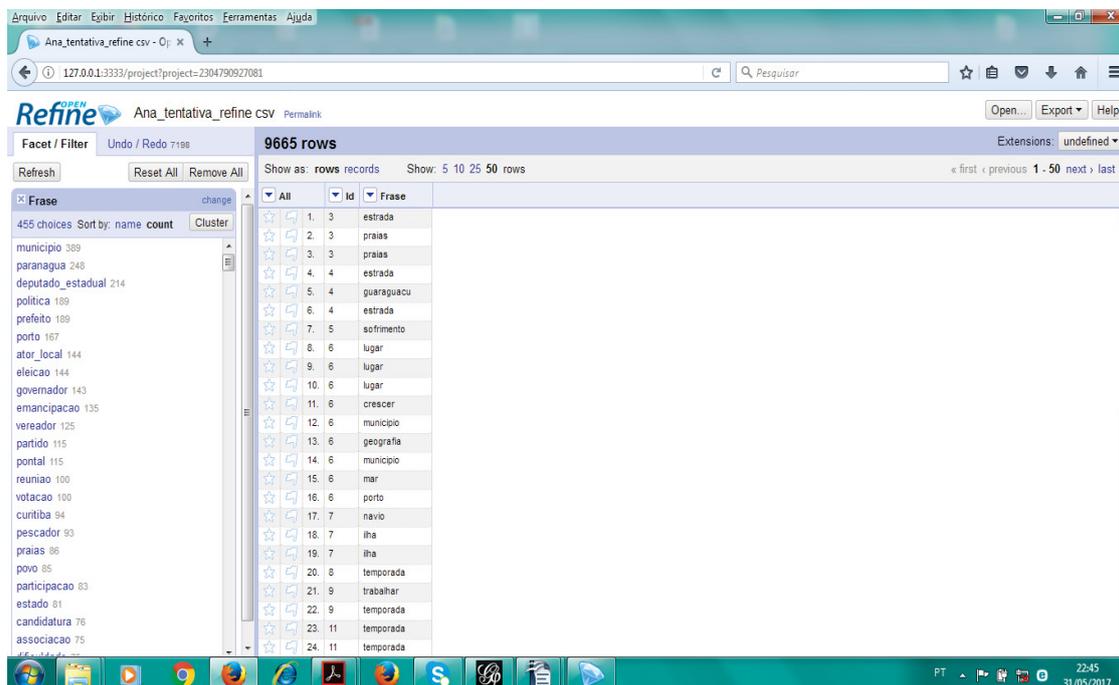
NOTA: Entrevistas realizadas por Ana Elisa Penha de abril a junho de 2016.

A tabela foi transportada para tornar-se planilha. O passo seguinte foi criar um projeto no programa *OpenRefine* a partir da planilha construída. Por meio dos procedimentos descritos em Silva e Silva (2016), todos os sinais de pontuação e acentuação foram retirados, bem como foram também transformadas todas as letras maiúsculas em minúsculas. A seguir, as frases foram divididas em palavras e alocadas em diferentes linhas da tabela, bem como foram completadas as lacunas criadas, de modo a produzir uma relação entre cada palavra e a frase a que pertence (através do número de identificação da frase). Com isso, observa-se a frequência de muitas palavras que, se descontextualizadas, não possuem sentido próprio, como por exemplo os artigos.

Por meio dos procedimentos relativos ao programa *OpenRefine* foi realizada a lapidação dos dados através da retirada das *stop words*, ou seja, foram excluídas as palavras que não faziam sentido fora de um contexto específico. Esse procedimento ocorre de maneira minuciosa, uma vez que é anteriormente necessário à realização de um estudo e análise do material coletado, pois no programa em questão são apresentados os termos que compõem as entrevistas e cabe ao pesquisador analisar e escolher as palavras condizentes com suas perguntas e dados oferecidos pelos colaboradores.

Ao mesmo tempo, são realizados agrupamentos das palavras que participam de um mesmo grupo, de um mesmo sentido, através do procedimento de agrupamento, ou através da edição. Com isso, são unidas as palavras que compõem um mesmo significado semântico, bem como as que possuem um mesmo radical, de maneira que a quantidade de palavras seja diminuída ao mesmo tempo em que se mantém o significado que estrutura o discurso, conforme pode ser verificado na Figura 1.

FIGURA 1 – OPEN REFINE



FONTE: A autora (2016).

NOTA: Organizado por Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos e Edson Armando Silva. Entrevistas realizadas por Ana Elisa Penha de abril a junho de 2016.

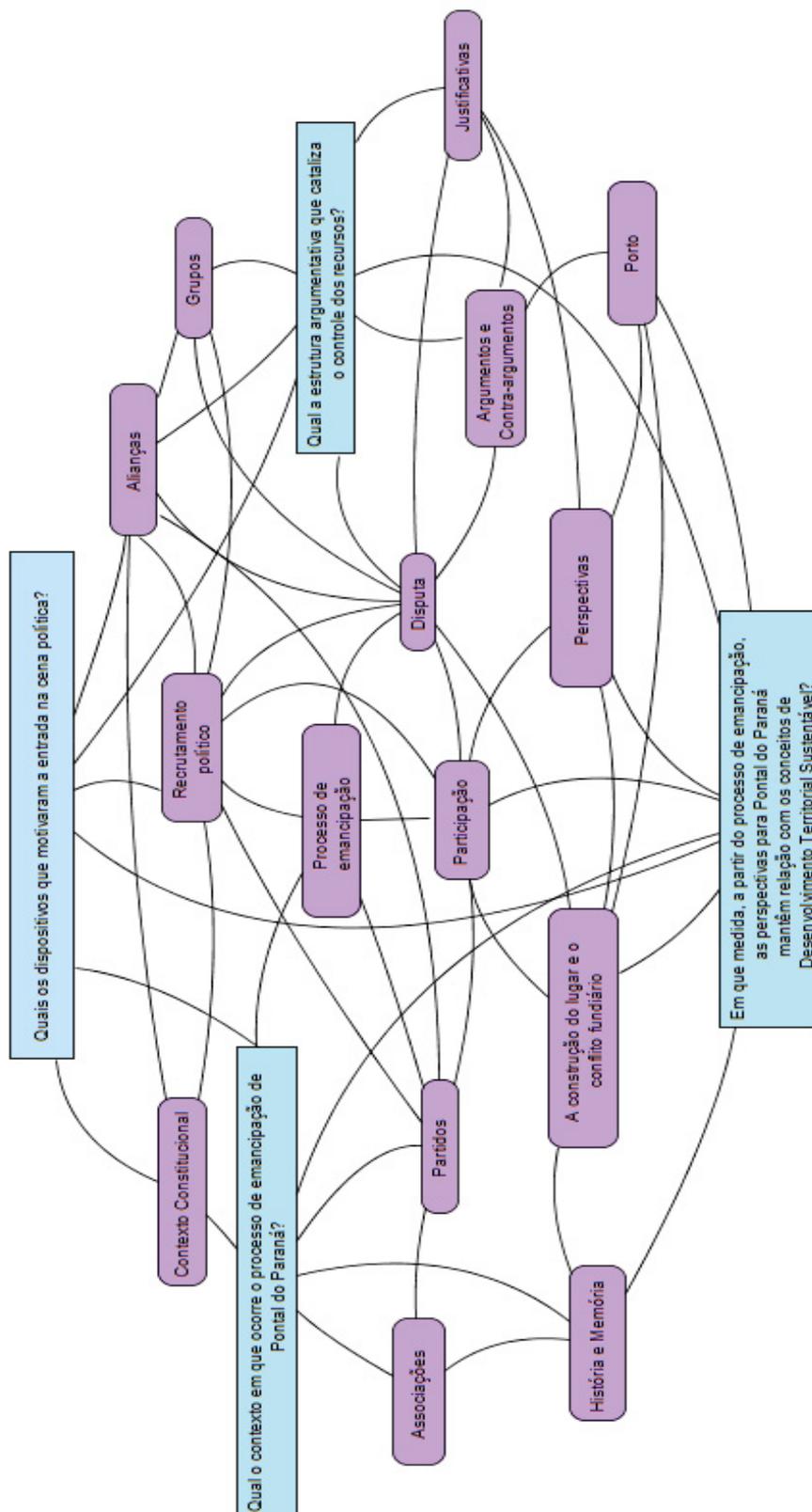
Após o trabalho de lapidação do material discursivo, tem-se como resultado somente as palavras significativas na estrutura do discurso. O documento necessita ser salvo em uma planilha .csv. O próximo passo ocorre através da preparação e importação do material produzido por meio da construção de uma planilha capaz de ser ajustada ao programa Gephi. Esse é um programa de análise de redes que, por meio de cálculos matemáticos, apresenta a leitura da realidade a partir de suas relações, sendo possível, a partir de tal construção, a análise da centralidade, da densidade, da estrutura das comunidades apresentadas. Com isso, revela-se a tendência de sentido de um conjunto discursivo, conforme apontou Silva e Silva (2016).

Ao adotar os procedimentos relativos ele, por meio dos processos de importação de planilhas de nós (palavras) e arestas (ligações entre palavras), conforme Silva e Silva (2016), obteve-se como resposta o grafo que representa o resultado final das relações existentes no material em questão, ou seja, a frequência em que aparecem determinados termos e suas mais importantes ligações. A partir da análise dos diferentes focos proposto pelo programa e refletindo sobre o

conteúdo das entrevistas em questão, procurou-se escolher a melhor representação do grafo geral e das subcomunidades por ele representadas.

Com base no conhecimento obtido pelo resultado apresentado pelo GEPHI, utilizou-se o programa *Visual Understanding Environment* (VUE) para criar um mapa de conceitos a partir das subcomunidades identificadas. A criação se faz a partir de uma análise intuitiva, uma vez que as categorias surgem de uma análise profunda entre a relação de cada subcomunidades semânticas destacadas no grafo geral do GEPHI e das questões e objetivos do projeto, conforme observa-se na Figura 2:

FIGURA 2 – MAPA CONSTRUÍDO ATRAVÉS DO VUE PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DISCURSIVAS

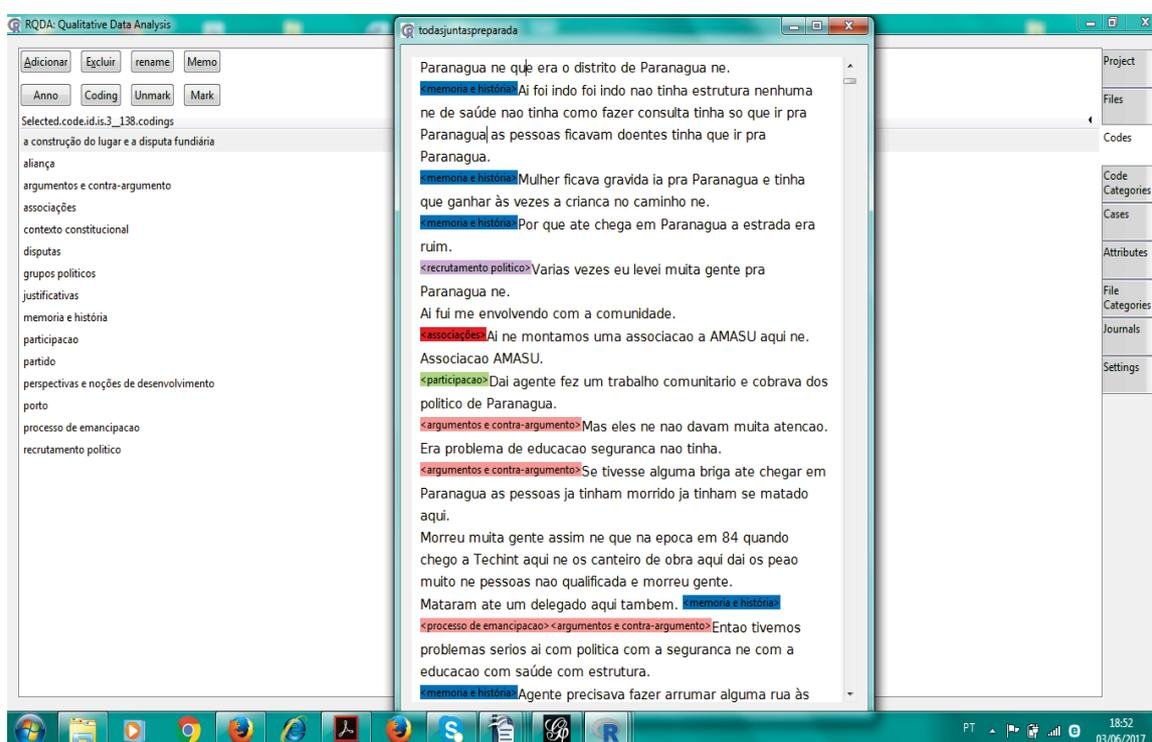


FONTE: A autora (2016).

NOTA: Entrevistas realizadas por Ana Elisa Penha de abril a junho de 2016.

A partir da identificação das categorias, o texto original das entrevistas transcritas e unidas foi retomado para que fosse realizada a interpretação do discurso em unidades de sentido. Para tanto, utilizou-se o programa *Rstudio* através do *RQDA – a R Package for Qualitative Data Analysis*. Ou seja, por meio de um retorno ao conteúdo inicial, foi realizada uma nova análise a fim de que cada um dos trechos das entrevistas fosse categorizado em uma ou mais das categorias levantadas, conforme pode ser visualizado através da Figura 3:

FIGURA 3 – RQDA – CATEGORIZAÇÃO



FONTE: A autora (2016).

NOTA: Organizado por Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos e Edson Armando Silva. Entrevistas realizadas por Ana Elisa Penha de abril a junho de 2016.

A partir da categorização, foi realizado retorno ao programa GEPHI a fim de que fossem produzidos os grafos relativos à questão geral e a partir desta, cada categoria levantada. Então foi possível realizar a análise de dados com base nas informações obtidas a partir do material tratado. Conforme visto e apontado por Campos (2016), a organização visual do grafo produzido pelo GEPHI está sustentada em cálculos estatísticos que possibilitam apontar as ligações e centralidades de categorias levantadas nos discursos apresentados.

O trabalho de campo e os resultados alcançados mostraram que a pergunta inicial é bastante abrangente e, portanto, não pode ser respondida a não ser a partir da consideração dos vários elementos a que está diretamente relacionada. Assim, o contexto em que está inserido o processo, bem como o conjunto de forças que atuaram na disputa, os grupos envolvidos e o panorama constitucional que se apresentavam no momento em que ocorreu o processo de emancipação de Pontal do Paraná foram discussões que se faziam condizentes com a análise do fenômeno. Da mesma forma, o discurso presente em forma de argumentos e justificativas e os entendimentos em relação à noção de desenvolvimento demonstraram quais os elementos discursivos que fundamentaram tal processo.

A partir dos grafos relativos às comunidades levantadas e do cruzamento com a categorização realizada por meio do programa RQDA, baseado nos procedimentos anteriormente expostos, será apresentada a seguir a discussão sobre cada uma das categorias. Cabe observar, conforme apresentado pela Figura 2, relativa ao programa VUE, que tais categorias apresentam ampla conexão entre si.

Inicialmente e como exemplo nos valemos do primeiro grafo, o grafo geral, apresentado na Figura 4, gerado a partir do resultado obtido por meio da junção de todas as entrevistas realizadas e do trabalho de lapidação já exposto.

Conforme se pode averiguar através do resultado obtido por meio do *Open Refine*, as vinte palavras que possuem maior destaque, ou seja, que apareceram de maneira recorrente nos discursos foram, nesta ordem e de acordo com sua frequência: município (389), Paranaguá (248), deputado_estadual (214), política (189), prefeito (189), porto (167), ator_local (144), eleição (143), governador (143), emancipação (135), vereador (125), partido (115), pontal (115), reunião (110), votação (100), Curitiba (94), pescador (93), praias (86), povo (85), participação (83). Ainda que algumas delas certamente apareceriam dado o tema a que se refere a investigação, é interessante notar a triangulação estabelecida em razão da localização e do modo de relação delas. Fica evidente a relação do processo de emancipação como processo político que envolve a criação de uma nova cena política, dependente inicialmente do legislativo estadual e diretamente relacionado com o governo estadual, bem como ao termo eleição e prefeito e envolvendo o papel do ator local.

Cabe observar que a denominação ator_local apresenta-se a partir da edição que reúne o nome dos(das) personagens participantes do processo, sendo que muitos deles são também citados sequencialmente como atores políticos que passaram a tal carreira a partir do referido processo. Outro termo que passou por processo de edição refere-se ao agrupamento deputado_estadual, que se refere em geral aos principais envolvidos na criação de municípios no Paraná, como também faz por vezes referência a demais deputados estaduais e personagens citados.

A partir do conjunto relacionado a este termo, ator_local, foram obtidos dados referentes à pergunta inicial, ou seja, a respeito do processo de entrada na cena política, o que será discutido posteriormente. Nota-se ainda a centralidade do termo porto, presente nesse contexto como fator diferenciado, já que não diretamente relacionado à cena política, porém nela imbricado. O termo de maior destaque, município, reflete a caracterização desse novo território e, assim, merecedor de uma discussão mais aprofundada.

A partir desse resultado, conforme ilustrado pela figura (VUE), obtêm-se dados que merecem uma discussão pormenorizada e que apresentam dispositivos para as perguntas elencadas. Isso uma vez que, como dito, a partir desse primeiro grafo e do retorno ao material inicial (todas as entrevistas reunidas), foram retiradas as questões que faziam sentido serem discutidas.

Em razão disso, as categorias elencadas: a construção do lugar e a disputa fundiária, aliança, argumentos e contra-argumentos, justificativas, associações, disputas, grupos políticos, memória e história, participação, partido, perspectivas e noções de desenvolvimento, processo de emancipação, porto e recrutamento político foram divididas como pontos a serem refletidos de acordo com as quatro perguntas descritas. Encontram-se, portanto, separadas e relacionadas dentro das quatro questões, sendo retratados nesses pontos os conceitos teóricos condizentes com essas categorias. Isso a partir do resultado ilustrado por meio do grafo representativo de cada uma delas. Observa-se que as categorias partido, disputa e associações não apresentaram conteúdo suficiente para serem discutidas separadamente. Sendo assim, foram inseridas nas análises das demais categorias.

Após essa explanação sobre a perspectiva da pesquisa, a coleta e a análise de dados, passa-se à discussão que permite entender como ocorreu o processo de emancipação do município de Pontal do Paraná.

3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E MUNICIPALIZAÇÃO: O CONTEXTO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

3.1 A MEMÓRIA COLETIVA

“A vida de uma pessoa não é o que lhe acontece, mas aquilo que recorda e a maneira como recorda.”

Gabriel García Márques

Através da influência de autores como Henri Bergson e Emile Durkheim, Maurice Halbwachs (1990) propõe, no início do século XX, um olhar sociológico sobre a memória, bem como estudos dos fenômenos humanos que correlacionavam o individual e o coletivo, fator esse primeiramente experienciado nas artes, como a literatura.

A história, no sentido descrito pelo autor, refere-se à memória dos diversos grupos que atravessaram os momentos históricos e que vivenciaram determinado período, e não somente aos fatos instituídos como verdades gerais. Observa ainda que a descrição sobre determinado momento depende do grupo a que se dá voz e que dessa forma fornece informações sobre determinado acontecimento.

Halbwachs (1990) evoca o depoimento e a partir dele levanta a questão de que o resgate da memória está relacionado com a vivência e os sentidos de um indivíduo dentro de um grupo. Assim, a própria significação do que se constitui depende diretamente do que foi experienciado em um coletivo, o que assim se refere ao tempo, ao ambiente, às afetividades e percepções vivenciadas.

Dessa forma, é somente dentro de um contexto que a lembrança pode ser rememorada. As primeiras impressões da infância, por exemplo, somente passam a fazer sentido à medida que são também reconhecidas por um grupo (nesse caso, por ser a instituição mais próxima do indivíduo, a própria família). Nesse sentido, uma ação socialmente proibida passa a ser assim significada a partir do momento em que é vivida por aqueles que estão mais próximos e que interferem nessa percepção por meio da relação. O cenário familiar relativo a tal experimentação, somado aos membros envolvidos com a criança, fornecem a informação que ficará registrada e que poderá, futuramente, ser revisitada. Ao tocar um animal peçonhento, a criança passa a ter conhecimento sobre o perigo somente no momento em que isso lhe é transmitido por um membro familiar. Somente nos lembramos a partir do momento em que passamos ao status de ente social.

Sem desconsiderar o individualismo, mas propondo a superação da noção de memória desvinculada da questão social, o autor promove uma ideia revolucionária no campo da sociologia: a afirmação de que a memória é, fundamentalmente, coletiva. A constituição do passado e, portanto, da história e a lembrança dos indivíduos depende, essencialmente, das relações que se estabelecem em relação ao grupo. Segundo Halbwachs (1990, p. 14), “a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro de quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente”.

Nossas lembranças referem-se a informações de um grupo que não necessariamente está presente. Como quando chegamos a um novo lugar: a novidade refere-se a nossa entrada no local, mas o mesmo foi anteriormente habitado e construído, de modo que estão presentes, por exemplo, em sua arquitetura, sua história e seus significados.

Da mesma forma, a proximidade afetiva, o maior ou menor grau de ligação, é também capaz de instaurar fortes ou fracas permanências. O envolvimento maior em determinado grupo e as relações estabelecidas com eles promovem maiores lembranças. A intensidade da ligação faz com que a memória daquele que mais

amou se sobreponha à daquele que não viveu o acontecimento de forma tão intensa. De maneira análoga, “esquecer um período da vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam” (HALBWACHS, 1990, p. 32).

A reconstrução individual do passado não ocorre somente pela retomada de vários momentos que o constituíram. É necessário que ela seja também operada no âmago nos outros, reciprocamente reconhecida em nós e nos outros, outros estes participantes de um mesmo grupo, de uma mesma sociedade.

Com isso, os acontecimentos mais presentes na vida de um indivíduo são também os mais intensamente gravados na memória dos grupos a que ele pertence. Assim também, as lembranças mais difíceis de serem evocadas são aquelas que concernem somente ao indivíduo. Os grupos que participam de forma intermitente da vivência do indivíduo geram recordações da mesma forma.

Observa-se que as pessoas que ofereceram suas memórias ao estudo em questão possuem um aspecto central que as aproxima: o envolvimento em um acontecimento político. Assim, a emancipação do município aparece como um dispositivo-chave para a abertura de caminhos que levam a discussões que se relacionam com o fato em questão. Com isso, a partir do levantamento dessa história coletiva, são desenhados os cenários, acontecimento, vivências e modos de pensar que se relacionam ao fato.

Tendo sido ouvido um grupo que participou de uma determinada época, em um determinado contexto, em um lugar (território, espaço), imbuído de pensamentos e percepções, os relatos passam a apresentar aspectos em comum, o que passa a dar forma ao processo e a seu território.

Com as contribuições de Halbwachs (1990), pode-se compreender que os pontos levantados pelos colaboradores confluem entre si, possibilitam o resgate não apenas do modo como ocorreu o processo, mas também, e principalmente, as ligações que se estabelecem com ele.

Nossos pensamentos são a todo momento parte integrante do pensamento dos grupos a que pertencemos, de tal forma que nem sempre se pode compreender o que realmente nos pertence. A dúvida é, assim, o ponto de choque entre os diferentes pensamentos dos diferentes grupos a que podemos pertencer. Mas isso se processa de maneira tão internalizada que não é simples reconhecer o que faz parte do indivíduo. “É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas” (HALBWACHS, 1990, p. 46).

Ricoeur (2007) discute o olhar de Halbwachs apontando que para este autor “para lembrar, precisa-se dos outros” (RICOEUR, 2007, p. 130) sendo, portanto, a existência da memória reflexo da experiência de pertencimento a um grupo. Essa denominação gera a ideia de que, na realidade, não estamos nunca sozinhos, sendo que as mais marcantes lembranças são aquelas vivenciadas em um coletivo, o que nos fornece acesso a momentos reconstruídos pelos outros. Nesse sentido, as lembranças da infância constituem uma ótima referência, pois se referem a lugares socialmente marcados, como a casa ou o jardim.

Na criança, seu desenvolvimento ocorre em um meio que passa a constituir-la intrinsecamente. Entretanto, ao crescer passa a reconhecê-lo e então descola-se daquilo que necessariamente não reconhecia, anteriormente, como seu. Portanto, o retorno a esse passado, através da lembrança, é revisitado de maneira diferenciada, pois, na vida adulta, seus conceitos sobre esse meio sofreram modificações:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 70).

Assim, a reconstrução da memória é revivida ao mesmo tempo em que são misturados conceitos e pensamentos que se referem ao tempo presente. Ao rememorar, pode ocorrer uma análise do fenômeno baseado nas ideias que foram construídas no decorrer da vivência daquele que se lembra. Dessa forma, a visão do pai da infância difere daquela conceituada no presente, já que nesse estão imbricados os conceitos que pertencem ao momento atual.

Esse conceito acabou sendo muito bem definido através da fala da colaboradora 6, quando menciona: “eu acho que vou responder mais com a cabeça que eu tô hoje do que com a cabeça do ontem, né?”. Nesse sentido, apontando o quanto durante o rememorar, há uma atualização das ideias passadas que passam a possuir os significados do presente.

Da mesma forma, o Colaborador 2 expressa que durante o retorno às lembranças, “a gente vai e volta”, demonstrando, assim, esse fluxo de ideias que ora pertence ao passado, ora ao presente.

Um importante aspecto a ser destacado em relação ao fato de que a memória está relacionada à participação e vivência em um grupo se refere à

constatação de que os colaboradores e colaboradora utilizam a terceira pessoa do plural quando tratam do processo de emancipação. É o caso da fala do Colaborador 1, quando descreve: “Aí em oitenta e quatro [1984], aí, sim, aí nós começamos a fazer o movimento de emancipação, né? [...] Aí foi, aí a gente conseguiu a emancipação em 1995, dia 20 de dezembro”.

Um outro exemplo se dá no caso da fala do colaborador 3: “eu acho que o que mais marcou a gente foi a votação do plebiscito”. No caso desse ator que participa do movimento a favor de Paranaguá, a lembrança permeada por meio do grupo também pode ser verificada: “a gente tinha uma pretensão de fazer uma estrada mais próxima aqui de Paranaguá, que unisse o centro mais ou menos na altura de Ipanema, trazer uma avenida, uma pista que viesse até Paranaguá para aproximar mais esses dois agrupamentos humanos”.

Em relação à influência das informações que emergem por meio da vivência em um espaço coletivo configurado através de sua arquitetura, pode-se observar a fala da Colaboradora 6: “eu consigo, assim, fechar o olho e visualizar o postinho de saúde de Ipanema”. Ela também nos oferece sinais de que as percepções e acontecimentos vividos de modo coletivo são as engrenagens construtoras da memória:

E não sei, acho que a gente brincando conseguia escutar assim as discussões deles, conversa deles tudo [...] Então eu lembro assim de eu ser menininha, assim pequena, e quando tinha as reuniões assim nós sempre tava pelo meio, nem que fosse só pra tomar aquele suco que a Carpa trazia, mas nós sempre tava ali pelo meio, sempre assim [...] Só sei muito... muitas das coisas que até eu tô contando pra ti não é nem coisas que eu presenciei, mas sim que eu acompanho na história do município, por tá ligada a esse nosso povo nativo, essas lendas vivas que ainda estão junto da gente, né? (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Como dito, as impressões infantis dão o tom da lembrança à medida que ocorrem em meio ao coletivo, ao mesmo tempo que por meio da vivência social se inserem visões do grupo a que se pertence.

Assim, partimos da consideração de que a memória é ponto de partida que inicialmente parece pertencer ao âmbito individual, mas é, em sua essência, coletiva. Esse recurso e sua intrínseca característica nos acompanham no decorrer das próximas análises (que se apresentam através das perguntas elencadas), já que tratamos de fenômeno em si também referenciado ao social.

3.2 O CENÁRIO EM ESTUDO

3.2.1 História do território

Wachowicz (2000) ao descrever a história do Paraná, aponta que os indígenas paranaenses foram classificados conforme sua cultura e que os tupis dominavam o litoral paranaense. No local, os sambaquis, anteriormente denominados osteira, refletem a cultura da população que amontoava os resquícios de sua alimentação, baseada no consumo de animais marinhos. De tal cultura resultaram na região importantes vestígios arqueológicos, além dos demais saberes da população, como o manejo para a produção de farinha de mandioca. Ao citar Antônio Vieira dos Santos, o autor relata que a população de carijós girava em torno de seis a oito mil índios.

Wachowicz (2000) remete ao período de 1534, em que D. João III, ao dividir as capitanias hereditárias, doou o litoral sul aos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa. O quinhão sul, deste último, possuía uma delimitação vaga e foi inicialmente chamado de Santana, para a seguir passar a ser conhecido como Capitania de Santo Amaro. Porém, ambos irmãos não prestaram o devido valor ao local, que era percorrido por mineradores à procura de ouro e prata e por predadores de índios carijós. Participante de uma dessas bandeiras, Diogo de Unhate requereu e obteve uma sesmaria que se estendia do rio Ararapira a Superagui, sendo ele o primeiro proprietário português no território.

A guerra entre portugueses de São Vicente e Rui Mosquera, aliado dos tupiniquins (inimigos dos carijós) retardou a entrada dos portugueses no local. Com a expulsão desse último para Santa Catarina, os portugueses tiveram melhores condições de percorrer a região de Paranaguá, que era também percorrida por jesuítas na busca pela evangelização dos carijós. Ainda que frequentada por predadores e comerciantes, somente com a notícia de descobrimento de ouro na baía de Paranaguá é que habitantes vindos de Cananeia, São Paulo, Santos, São Vicente e Rio de Janeiro se estabeleceram no local. Dentre estes, estava a família espanhola Peneda.

Em 1617, a bandeira de Antônio Pedroso percorreu a região e nela o filho do espanhol, Gabriel de Lara, permaneceu na região e juntamente com os Peneda

fundou uma povoação na ilha da Cotinga. Temerosos em relação aos carijós, permaneceram na ilha até que Lara conseguiu a transferência do vilarejo para a margem do Taquaré, hoje Itiberê. Em 1646 foi levantado no local o pelourinho e em 1648 houve a primeira eleição para a Câmara municipal e a criação dos aparatos relacionados à justiça. Gabriel de Lara foi então nomeado capitão e fundador do território.

Após a extinção da linha de Pero Lopes de Sousa, entre 1615 e 1656, uma disputa política pela posse das terras ocorreu entre o Conde de Monsanto (que alegava ser neto de Martim Afonso de Sousa) e Mariana de Sousa Guerra, Condessa de Vimieiro (também descendente de Martim Afonso). Após o casamento dela com Dom Luís Carneiro, Conde da Ilha do Príncipe, a disputa entre os mesmos se tornou acirrada, sendo Gabriel de Lara personagem central na delimitação ora de um, ora de outro lado. Importante salientar as doações como base do processo de invasão do território em questão.

Por fim, em razão da atuação de Lara em reivindicação popular contra o recrutamento de indígenas para a guerra contra os holandeses na Bahia, esse ator se estabelece como liderança inquestionável e em 1660 a Câmara Municipal o reconhece como capitão-mor, ouvidor e alcaide-mor da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Em seguida, o governador do Rio de Janeiro o delegava como governador da Capitania de Paranaguá, que existiu até 1709, até ser comprada pela coroa portuguesa em 1711, passando a fazer parte da Capitania de São Paulo. Após um período de decadência, providências do Ouvidor Pardinho promoveram novo direcionamento ao local.

As primeiras descobertas de ouro, de grande interesse de Portugal, ocorreram no litoral sul do Brasil e foram determinantes tanto para o seu povoamento quanto para o surgimento de Paranaguá. Dado tal interesse, a coroa enviou Eleodoro Ébano Pereira para responder sobre a administração das minas e vigilância da região.

Em 1812, com a transferência da sede do Ouvidor para Curitiba, as comarcas passam a ser denominadas de Curitiba e Paranaguá. Os desdobramentos referentes às estradas constituídas no período e a atenção do Príncipe Regente D. João ao local fizeram com que a população almejasse um objetivo e enviasse ao príncipe um representante a fim de explicar as vantagens da criação de uma nova capitania com sede em Paranaguá. A partir de então teve início o processo de

formação do estado do Paraná, sendo o movimento dos defensores dessa emancipação denominado Conjura Separatista.

3.2.2 Origem dos municípios no Brasil

Ao descrever a origem do município no Brasil, Favero (2004) aponta que este foi implantado com a mesma estrutura (organização e atribuição política, administrativa e judicial) apresentada no reino português. Porém, ao ser transportado, o nome dado ao território governado pelo Conselho (caracterização de Portugal) passou a se chamar município (derivação das antigas comunas romanas). A partir da Lei de 28 de outubro de 1828, o termo município foi oficializado. Antes, tais locais eram denominadas cidades, vilas ou paróquias.

O município era, assim, formado pelos seguintes membros: alcaide (exercia as funções administrativas e judiciais e representava o poder central); juízes ordinários (escolhidos entre os “homens bons”, deliberavam e julgavam juntamente com o alcaide); vereadores; almotacés (exerciam o policiamento e aferiam questões de tributos); juízes de fora (representantes da Coroa nos Conselhos, exerciam funções de almotacés e homens bons); procurador (homens bons que representavam o Conselho perante a Coroa) e os homens bons (compunham o órgão consultivo do Conselho – homens experientes livres e idôneos radicados no local). Os homens bons escolhiam, pelo voto, os juízes e vereadores, que formavam a câmara do Conselho e se responsabilizavam pelo governo econômico (FAVERO, 2004).

O autor observa que a organização municipal no período desempenhou um papel de apoio à colonização e que a independência refletia na autonomia dos colonos. Apresenta como ilustração o fato de que em 1549, através da promoção do governo português, houve a criação e fundação da cidade de Salvador com o intuito de dar maior impulso ao processo de colonização. Tendo como objetivo expulsar os competidores franceses, essas ações foram seguidas, em 1567, pela fundação de uma segunda cidade, o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a Coroa era responsável pelos encargos de fiscalização, ficando as responsabilidades judiciárias, militares e mesmo fazendárias transferidas à governança local. A arrecadação dos tributos era de responsabilidade dos donatários das capitanias, sujeitos reconhecidos nas cidades ou vilas e denominados capitães, estando sujeitos ao capitão-mor.

Aos vereadores cabia o papel político. Estes, os juízes ordinários e o procurador eram eleitos de forma indireta por um colégio eleitoral de seis membros escolhidos pelo povo. Tais membros deveriam ser escolhidos entre os homens bons, sendo excluídos os oficiais mecânicos, os judeus, os degradados e estrangeiros.

Reunidos em Câmara, os vereadores deveriam administrar as obras do Conselho, decretar cobrança de taxas e demais ações afins. Em tal momento, os governos em geral estavam submetidos ao poder central e por isso não possuíam autonomia. Favero (2004) destaca ainda o fato de que no Brasil o município precedeu o Estado e que a organização do território sempre esteve pautada nos três níveis de entidades político-administrativas (nacional, estadual ou provincial – que sucedeu as capitanias – e a municipal). Observa que os municípios brasileiros possuíam vasta área e traz como exemplo a cidade de Curitiba, que no século XVIII pertencia à Comarca de Itu – SP. E acrescenta:

No período colonial a expansão municipalista foi restringida pela ação centralizadora das Capitanias Hereditárias e dos Governadores-Gerais. No entanto, as municipalidades de então tiveram inegável influência na organização política que se ensaiava no Brasil. Deste modo, nos povoados que se fundavam, as municipalidades realizavam obras públicas, estabeleciam posturas, fixavam taxas e distribuíam a justiça. (BIRKHOLZ 1979 apud FAVERO 2004, p. 25).

De acordo com Favero (2004), a intervenção da Coroa portuguesa agia fortemente na organização territorial, como as capitanias que se constituíam e eram concedidas por cartas de doação. Os capitães-mores eram delegados, e não proprietários, e exerciam o poder de conceder terras e criar vilas.

Segundo Santos e Andrade (2015), a forte influência de Portugal como centro político tornava as capitanias hereditárias, essa primeira organização político-administrativa do Brasil, expressão da ação dos senhores de terra e dos costumes locais e por isso não apresentavam uma consciência provincial e nacional. A vigilância portuguesa se utilizava do municipalismo para conter divergências políticas e agia de modo a construir um Estado único e centralizador. Mas a presença de movimentos de rebeldia buscava o Federalismo e, portanto, a descentralização e a autonomia das províncias. Tal condição pôde ser buscada a partir do ato adicional de 1834, que desempenhou a função de descentralização e impulsionou a Constituição de 1891. Cabe lembrar que esta foi a primeira Constituição da República, proclamada no Brasil em 1889.

Os autores apontam que ao ser instituída, tal Constituição apresentava três apelos ideológicos: “o liberalismo inglês, a democracia francesa e o federalismo americano” (SANTOS; ANDRADE, 2015, p. 12). Entretanto, observam que tais ideais não encontraram reverberação de fato em razão das condições sociais apresentadas. Porém, descrevem que a Constituição de 1891 oferece três modificações significativas na estrutura do Estado: a mudança da forma de governo monárquica para a republicana, do sistema parlamentarista para o presidencialista e quanto à forma de Estado, de unitário a Federal.

3.2.3 Federalismo

De acordo com Souza (2005), o território brasileiro adotou a forma federativa há mais de um século. Nesse tempo, o país experimentou arranjos diferenciados, como o regime democrático e o autoritarismo. No decorrer desse processo, durante as sete constituições que regeram as instituições brasileiras, o federalismo esteve sempre integrado ao corpo institucional. Dado esse fato, no estudo do federalismo torna-se importante o retorno à teoria constitucional, já que ela é a base para entendimentos fundamentais sobre os entes federativos, tais como a atribuição de cada um deles.

Assim, apesar das muitas discussões ligadas ao tema, como as dinâmicas da economia política ou mesmo a cultura política, a autora procura preencher a lacuna existente nos estudos da ciência política sobre como se aplicam na prática os dispositivos constitucionais do federalismo brasileiro.

Com isso, demonstra que os constrangimentos enfrentados pelo federalismo brasileiro estão ligados mais às dificuldades de redirecionamento de políticas públicas e da administração de questões macroeconômicas não antecipadas pela constituinte de 1988 do que problemas decorrentes do desenho constitucional. “As circunstâncias político-econômicas prevalecem sobre os mandamentos constitucionais” (SOUZA, 2005, p. 3).

O retorno à história das constituições demonstra tanto os processos históricos territoriais anteriores à Constituição de 1988 como os dispositivos constitucionais que se mantêm ou se modificam de acordo com os regimes políticos. A divisão territorial era debatida ainda na era colonial e o principal objetivo do movimento republicano era pautado no federalismo (descentralização), e não na

liberdade como se pressupunha, porém, eram tratados como iguais. Apesar da influência americana e mais tarde das constituições de Weimar e do México (em relação aos direitos sociais), o Brasil teve uma história própria no decorrer da construção das sete constituições.

Após a independência de Portugal, em 1824 foi promulgada a primeira Constituição, que delegou poderes às 16 províncias e mesmo não oferecendo a elas autonomia, criou a possibilidade de construção de uma federação. Após a instituição da República, a Constituição de 1891 apresentou um caráter descentralizador e alguns recursos foram destinados a alguns estados, demonstrando a construção de um federalismo pautado no direcionamento de recurso para poucos estados e com pouca relação entre os entes federados.

Em 1930, com o golpe de Vargas, foram tomadas medidas como o perdão das dívidas dos estados com a União e como a reforma eleitoral, que aumentou a representação na Câmara de estados menos populosos. Como resultado do golpe, a Constituição de 1934 deu início à constitucionalização dos aspectos socioeconômicos e ampliou as relações intergovernamentais por meio da concessão de recursos e assistência técnica às instâncias subnacionais. Aos municípios foi assegurado o acesso aos recursos por eles coletados (SOUZA, 2005).

Em seguida, a Constituição de 1937, pós-golpe civil e militar, resultou na diminuição do poder regional, uma vez que os governadores foram substituídos por interventores e as receitas foram delegadas ao gerenciamento da União com vistas ao aceleração da industrialização, tendo como resultado o desequilíbrio financeiro entre os estados.

A Constituição de 1946 permaneceu por longo tempo e sobreviveu a diversas crises (como o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros). Essa Constituição foi marcada pela transferência intergovernamental (União junto aos municípios) a fim de diminuir os desequilíbrios da receita. Entretanto, o crescimento das atividades federais, o aumento do número de municípios e a inflação foram alguns fatores que fizeram com que tal medida não obtivesse tanto sucesso.

Souza (2005) destaca que o Brasil entrou no quadro de regimes autoritários com o golpe de 1964 e que apesar de produzirem várias emendas, os militares somente promulgaram nova Constituição em 1967, sendo que em 1969 uma nova emenda foi editada. Nestas, o poder político e tributário esteve centrado na esfera

federal, porém, poderes subnacionais criam coalizões legitimadoras do regime, não reduzindo seus poderes.

Mesmo centralizando os recursos, os militares criaram uma reforma tributária que promoveu a transferência intergovernamental por meio de fundos de participação (Fundo de Participação de estados e municípios). O critério de transferência deixou de ser a repartição uniforme e passou a ser a população e o inverso da renda per capita.

A Constituição de 1988 teve como bandeira o reforço ao federalismo e à descentralização. Seu processo de construção promoveu o exercício da participação política, que ocorreu durante 20 meses e 24 subcomissões (posteriormente transformadas em oito). Além disso, havia espaço para o recebimento de propostas fora do congresso (caso contassem com a assinatura de 30 mil eleitores) e de sugestões pelo correio. Considerada a mais detalhada das constituições, continha 245 artigos quando aprovada (mais 70 no capítulo de disposições constitucionais transitórias, terminando por apresentar 250 artigos e 94 nas disposições transitórias) e que regula não apenas direitos e regras individuais coletivas e sociais, mas também muitas políticas públicas.

Entre suas características está a não construção por meio de especialistas, o não espelhamento em constituições anteriores, a sua produção como parte do processo democrático (e não de ruptura) e, finalmente, a possibilidade de decisão sobre a manutenção ou não do sistema federativo. Suas regras foram ainda capazes de conciliar novos e velhos grupos de interesse e atores políticos.

Souza (2005) relata ainda que a Constituição de 1988 se diferenciou das anteriores em relação ao aumento de recursos para as esferas subnacionais, pelo aumento da competência do poder legislativo e judiciário e reconhecimento dos movimentos e organismos não governamentais, pela universalização de alguns serviços sociais. Ao mesmo tempo, manteve algumas características como a tendência a regras uniformes às esferas subnacionais, dificultando a produção de políticas condizentes com suas prioridades (em especial as estaduais).

A federação brasileira possui um triplo federalismo que resulta na autonomia dos municípios e um diminuído controle dos estados em relação às questões locais. Os três níveis de governo possuem poderes legislativos próprios e os níveis federal e estadual possuem poderes judiciários próprios; já os estados possuem maior representatividade no senado. Essa Constituição reduziu a intervenção direta do

governo federal nos estados e municípios, a não ser em casos que demandam, por exemplo, a presença do exército.

Segundo Souza (2005), a complexidade do federalismo brasileiro supera a qualificação de centralizador ou descentralizado. Aos estados e municípios cabem poucas competências constitucionais, ao mesmo tempo estes possuem considerável autonomia administrativa. O detalhamento da Constituição em relação às regras, competências e recursos das políticas públicas e à ação do Supremo Tribunal Federal sobre as leis estaduais acaba resultando em um estado que possui o papel de gestor do direito federal. Ainda que existindo constituições estaduais, estas acabam sendo apenas a repetição das regras federais. Apesar da primazia do ente federal, o federalismo brasileiro apresenta um caráter mais cooperativo do que competitivo. Os serviços públicos, em especial os sociais, encontram-se divididos entre os três entes federados.

Conforme a autora, a primazia de poder entre os entes federados encontra diferentes pontos de vista, alguns sinalizam que os interesses estaduais dominam a federação, enquanto outros consideram que esses entes partilham o poder. O papel e favorecimento do poder local estão mais ligados aos conceitos de descentralização e de relações intergovernamentais.

O fato é que, apesar de se apresentar no sentido do cooperativismo, o federalismo brasileiro aparece como altamente competitivo e sem demonstrar vias de intermediação e negociação de conflitos. Estes acabam por serem resolvidos por meio do STF (Supremo Tribunal Federal) através das muitas instituições que podem propor Adins (ações diretas de inconstitucionalidade, como o Presidente da República, governadores etc.).

A separação entre poderes esteve sempre presente nas constituições, a não ser nos períodos autoritários. A relação entre eles se constitui um sistema complexo, já que as aprovações de um recurso, por exemplo, destinado a um ente, deve passar pela aprovação de outra esfera. O poder executivo federal abrange o maior número de competências exclusivas (como a defesa nacional, política monetária etc.), além de também ser responsável pela proposição de leis concorrentes nos três níveis (como a educação e a energia elétrica, por exemplo). O poder judiciário federal possui como grande agente o Superior Tribunal Federal, que possui o papel de julgar os conflitos entre os entes e de controlar leis e normas.

Os estados, por sua vez, apesar de possuírem mais baixa capacidade legislativa, possuem grande arrecadação, porém, as diferenças econômicas entre regiões fazem com que as possibilidades de ação decisória, financeira e administrativa sejam diferentes. Tal fator se refere também aos municípios, e assim como os estados, seu regimento está previsto na Constituição, como o número e remuneração dos vereadores (e deputados estaduais no caso do estado).

A Constituição de 1988 possibilitou que os municípios fossem regidos por leis orgânicas próprias. Por volta de 1990, os serviços de saúde e educação fundamental passaram a ser providos pelos governos locais. Tal fato foi avaliado com sucesso e como tendo reduzido os conflitos dos municípios pelo recurso federal. Com essas atribuições, a relação entre a União e os municípios se estreitou, e uma menor participação dos governos estaduais ocorreu. Já a relação intermunicipal acabou por se estreitar através, por exemplo, de consórcios. Além disso, a ação dos governos locais se ampliou por meio das comunidades e conselhos locais, gerando a participação e descentralização do direcionamento das ações e recursos.

A tributação é assegurada pela Constituição aos três níveis de governo. As esferas subnacionais recebem 32% dos impostos coletados e, juntamente com as transferências, somam 43% das receitas. Estas ficam responsáveis por até 70% da despesa com pessoal. Em relação aos empréstimos, os três níveis necessitam de aprovação de seus legislativos, da aprovação do Banco Central e do Senado Federal. A lei de responsabilidade fiscal (2000) tornou a contratação de novos empréstimos quase impossível.

A transferência de recursos ocorre por meio de fundos de participação, sendo que 21,5% são destinados aos estados e destes, 85% às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo os outros 15% destinados às regiões Sul e Sudeste. A fórmula para essa transferência se dá pelo tamanho da população e o inverso da renda per capita. Nos municípios, essa mesma fórmula serve para as transferências dos 22,5% destinados, sendo destes, 10% direcionados às capitais.

Cabe notar que a Constituição de 1988 conta com 42 emendas (até a data do estudo em questão) sendo a mais emendada Constituição. O fato é que apesar dos avanços, o constitucionalismo brasileiro encontra problemas para manter o regime democrático, em especial devido às desigualdades econômicas entre as regiões. O tratamento igual das esferas subnacionais e os poucos meios de

cooperação e coordenação intergovernamental, vertical e horizontal, são fatores que colaboram para tal situação:

A solução para os principais problemas que afetam o federalismo brasileiro depende menos de como o federalismo está hoje desenhado na Constituição e das instituições que o modelam do que (a) do encaminhamento de conflitos políticos mais amplos, em que o das desigualdades regionais inscreve-se e (b) da redefinição de prioridades governamentais. (SOUZA, 2005, p. 15).

Nesse sentido, observa-se que são necessárias mudanças em relação ao gerenciamento dos conflitos e do modo de relação nas regiões, bem como destas entre si, ações essas que dependem de uma ampla transformação no funcionamento atual.

De qualquer forma, a compreensão sobre as mudanças que ocorreram nas constituições brasileiras interessa para que seja verificada como tal processo desembocou em um modelo descentralizado, tornando, assim, os municípios entes que participam da destinação de recursos, ao mesmo tempo em que exercem importante papel na implementação de políticas públicas.

3.2.4 Municipalização

De acordo com Magalhães (2009), a emancipação municipal no Brasil teve início na década 1930. Tal processo se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, sendo restringido no período militar (1970 e 1980) e retomado após esse período.

Com a Constituição de 1988, os municípios passaram ao status de entes federativos, sendo a eles atribuída autonomia política, administrativa e financeira. Com isso, sua participação nos serviços essenciais também foi ampliada. Um processo de descentralização mais efetiva passou a ocorrer em 1985, através da intensa instalação de municípios.

No período de 1984 a 2000 foram instalados no Brasil 1.405 municípios, sendo que os maiores índices apresentados foram os das regiões Sul e Nordeste. No ano de 1984 existiam 4.102 municípios e os novos municípios equivalem a um aumento de 34,3%. Magalhães (2009) observa que dos 1.405 instalados, 94,5% possuem menos de 20 mil habitantes.

Com isso, apresenta um paralelo que descreve o aumento significativo dos municípios no Brasil. Em 1940, 2% possuíam menos de 5 mil habitantes e 54,5% menos de 20 mil, número que passa para 24,10% e 72,94%, respectivamente, em 2000. O autor aponta que o crescimento dos recursos fiscais aumentou, já que entre 1960 e 1996 a receita a eles disponibilizadas foi multiplicada por aproximadamente três.

O geógrafo Cigolini (1999), em seu estudo sobre a ocupação do estado do Paraná na década de 1990 e suas consequências, destaca a criação dos 76 novos municípios nesse estado, o que faz passar de 323 a 399 o número de unidades de governo local. O autor chama atenção para o Artigo 18, Inciso 4º da Constituição Federal de 1988, que determinava que:

A Criação, a Incorporação, a Fusão e o Desmembramento de município preservarão a continuidade e a unidade do Histórico-Cultural do Meio Ambiente Urbano, far-se-ão por Lei Estadual obedecidos os requisitos previstos por Lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (BRASIL, 1988).

Complementa que a Constituição do estado do Paraná, promulgada em 1989, em seu 19º Artigo, cita as condições de criação dos municípios e que em 1991 é publicada Lei Complementar nº 56/91, explicitando os requisitos para as emancipações. Observa que nela consta a necessidade de que a população estimada nesses locais seja superior a 5 mil habitantes. Cigolini (1999) relata que ao se observar o cumprimento dos requisitos mínimos para as emancipações, 50% dos novos municípios não cumpriram as condições mínimas exigidas. Para o autor, mantidas as atuais exigências, as possibilidades de fragmentação chegaram a seu limite, tendência verificada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que estabelece novos critérios às emancipações.

Brandt (2010) salienta que essa emenda alterou a redação do 4º parágrafo do 18º Artigo ao requerer que o período para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seja determinado por lei complementar federal e por consulta prévia aos municípios envolvidos e às populações interessadas.

Citadini (1998) chama a atenção para a inviabilidade de sustentação econômica de novos municípios, o que leva a uma grande dependência do repasse estadual e federal. Além disso, um possível problema econômico nessas esferas

repercute no orçamento municipal. A dificuldade na adequada arrecadação de impostos a eles devidos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), é outro aspecto levantado pelo jurista. O autor defende a necessidade de que, para receberem os fundos federais, os municípios tenham um patamar mínimo, de arrecadação razoável. Assim, defende a importância do requisito criado pela Emenda nº15, sobre a necessidade de elaboração e publicação de Estudo de Viabilidade Municipal, antes do plebiscito.

Diante das dificuldades encontradas por muitos municípios, o autor levanta a possibilidade de fusão, o retorno ao município de origem (ainda que seja dolorosa essa resolução). Sublinha que muitas vezes são considerados os fatores meramente políticos em detrimento da viabilidade ou não da nova criação. Citadini (1998) relata que não se deve ser contrário, em tese, à criação de novos municípios, já que países melhores administrados possuem grande número de municípios. Além disso, a população encontra nas emancipações uma nova maneira de aumentar os recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias nas áreas de saúde, educação, segurança, serviços públicos e afins. Ainda assim, o autor ressalta a necessidade de se observar a problemática apontada. Sublinha ações de melhorias dessas condições, como as mudanças que promovem um adequado modo de cobrança de impostos municipais essenciais, como o IPTU.

Assim, o processo pode trazer o aumento da população e economia local, como também gerar maiores gastos públicos em locais estagnados (MAGALHÃES, 2009).

O economista e geógrafo Bremaeker (2013) destaca que política e administrativamente, o município brasileiro é um dos mais autônomos do mundo. Salaria que quanto menor o município, maior sua dependência em relação aos recursos provenientes do governo federal e dos estados. Sublinha o fato de que as taxas municipais representam 17,72% das receitas municipais e que os municípios maiores, devido ao maior porte demográfico, possuem maior arrecadação dos tributos, como no caso do IPTU e ISSQN.

Destaca que a tendência do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) tende a diminuir nos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes). O mesmo ocorre com o PIB (Produto Interno Bruto), sendo que a renda da população também tende a ser menor no caso dos municípios menores. Em seu

estudo, comprova que quanto maior o espaço territorial de um município, maior a probabilidade de desmembramento para a criação de um novo município.

Em relação aos motivos que levam às emancipações, Bremaeker (1992) realizou pesquisa com prefeitos dos novos municípios em 1992. Obteve como resposta que 54,2% se davam em razão do descaso por parte da administração do município de origem, 23,6% em razão da forte atividade econômica local, 20,8% devido à grande extensão territorial do município de origem e 1,4% em razão do aumento da população local.

Cigolini (2009) em sua pesquisa sobre 22 municípios emancipados na década de 1990 obteve como resultado que 60% dessas criações ocorreram devido às condições favoráveis, 22% em razão dos anseios da comunidade local e 18% baseadas em plebiscito.

Magalhães (2009) destaca a aproximação dos moradores de seus representantes políticos como um importante fator presente no processo, pois, anteriormente às emancipações, em geral as mediações eram feitas com estruturas políticas distantes, dificultando a representatividade da população local.

Os autores Gomes e MacDowell (2000) demonstraram que os municípios mantêm maiores gastos com o legislativo do que a União e os estados proporcionalmente, sendo que o número menor de habitantes colabora para esse resultado. Defendem que os municípios muito pequenos (até 10 mil habitantes) e os micromunicípios (até 5 mil habitantes) são os grandes beneficiários da descentralização, já que recebem maior recurso por habitante do que os demais. Descrevem que a maior parte da população, 80,4% segundo estudo, estaria sendo prejudicada diante de tal situação. Destacam que uma grande parte dos recursos dos novos municípios está direcionada a despesas administrativas em detrimento do custeio ao investimento no setor público (União, estados e municípios) e aplicação em programas sociais.

Magalhães (2009), por outro lado, coloca que o direcionamento de recursos às pequenas e pouco exploradas regiões possibilita o desenvolvimento das potencialidades locais e, assim, evita o êxodo às cidades maiores. Com isso, apesar de perderem recursos, as cidades maiores deixariam de ter gastos decorrentes do processo emigratório.

Observa-se a necessidade de estudo sobre os locais que pretendem emancipar-se, a fim de que estes demonstrem qual a viabilidade econômica e se ela

será sustentável. Ao mesmo tempo, faz-se necessária maior atenção por parte dos distritos administrativos, que com melhor atendimento poderiam diminuir as emancipações. A solução final para municípios em que tal processo seria inviável se daria através da fusão com outros municípios, a fim de aprimorar a estrutura político-administrativa (MAGALHÃES, 2009).

Reis, Costa e Silveira (2013) também apontam que a Constituição de 1988, em conformidade com a reforma do Estado e a redemocratização do país, estabelece a descentralização política, administrativa e fiscal, o que resulta em transferência de poder, recursos e atribuições para os governos locais com vistas à melhoria na prestação de serviços, o aumento na eficiência dos gastos públicos e, com isso, a elevação da qualidade de vida da população. Assim, as possibilidades advindas de tais mudanças teriam servido de alavanca para o aumento expressivo do número de municípios emancipados durante os anos 1988 a 1997 (período em que se realiza o estudo em questão).

Reis, Costa e Silveira (2013) apresentam a discussão sobre as mudanças em relação à disponibilização de recursos aos governos locais, como a destinação a esses da quarta parte do imposto estadual sobre o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias). Nesse aspecto, indicam a discussão de que o aumento do número de tais municípios de pequeno porte é capaz de gerar incapacidade de sustentação financeira, dado o baixo índice de geração de renda e capacidade de expansão que apresentam, o que demanda alta necessidade de recursos provenientes dos demais âmbitos (estadual e federal) e tem como resultado grande dependência financeira dos entes federados em relação à União.

Por outro lado, a descentralização poderia oferecer maior capacidade de alocação eficaz dos recursos públicos, já que ao ocorrer em nível local, possibilita a territorialização das demandas, contribuiu para a participação e direciona nesse sentido a formulação de políticas públicas.

Tomio (2002) também descreve a década de 1980 como palco da redemocratização do país ao transformar o ambiente político institucional, possibilitar a liberação política, a ampliação da competição eleitoral e a melhoria das liberdades civis. Reafirma que a Constituição de 1988 é o principal marco de tal momento ao apresentar um novo desenho jurídico e democrático e uma nova ordem no pacto federativo ao ampliar a atuação dos estados e municípios, além do novo arranjo fiscal e tributário decorrente. Observa que se chega nesse ponto à mais ampla

autonomia da história republicana, não identificável em outras organizações federativas mais conhecidas e salienta que o regime político ditatorial inibiu a criação de municípios.

O autor pontua que o novo arranjo fragmentado não tem recebido a atenção devida dado o fato de que de 1988 a 2000, 25% dos atuais municípios foram gerados (sendo que nos últimos cinquenta anos o número de municípios quadruplicou), além da questão de que tal fenômeno é muitas vezes abordado pelo caráter normativo e não em razão de suas causas (aspecto que se debruça a discutir). Assim, procura identificar o arranjo dos mecanismos institucionais a partir da interação dos atores políticos, das mudanças decorrentes das regulamentações e das interferências da esfera estadual. Salienta que os processos emancipatórios não seguem uma lógica socioeconômica, uma vez que ocorrem em estados com índices distintos.

Tomio (2002) diz ainda que o fato de a referida Constituição prever autonomia aos estados na regulamentação e decisão política resulta em um dos aspectos determinantes na criação dos novos municípios. E é justamente a interferência do executivo estadual um dos principais aspectos que procura discutir. Sem a ação das lideranças locais não haveria emancipações, porém, a apreciação do processo se restringe à decisão política estadual.

Nesse sentido, Tomio (2002) sugere que no caso dos deputados estaduais participantes dos processos (que possuíam vários instrumentos de controle legislativo das emancipações), não haveriam interesses significativos envolvidos, a não ser a continuidade da carreira política. No caso das lideranças locais, o motivo se daria em razão da ampliação do atendimento de seus interesses (reeleição, aumento da oferta de recursos fiscais, incremento ou melhora das políticas públicas), fato que se repetiria no caso dos eleitores que passassem a interagir no processo. Outro pressuposto apontado pelo autor refere-se às instituições políticas, que determinam as escolhas individuais moldando a forma como o processo ocorre.

O mesmo autor descreve os tipos de instituições presentes nos processos emancipatórios: delimitadores (federais, estaduais e municipais que definem as localidades passíveis de serem emancipadas); estimuladoras (legislações que regulamentam as transferências de recursos); processuais (legislações que determinam a forma como deve ocorrer o processo). O autor reafirma também o fato de que a carga tributária própria dos municípios seria incapaz de sustentar seu

funcionamento e aponta: “criar um novo município continua sendo um grande negócio para as localidades do interior” (TOMIO, 2002, p. 11). Confirma ainda que o arranjo de tais processos oferece um papel central ao legislativo estadual em razão do veto atribuído aos deputados estaduais.

Ao utilizar tal proposição em seu estudo, Alves (2006) se propõe a problematizar as causas da criação de municípios no estado do Paraná posteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989. Seu objetivo é analisar as causas, o contexto institucional no estado do Paraná e a relação entre os poderes Executivo e Legislativo estaduais na criação das novas unidades administrativas (territórios) desse estado. O autor aponta a importância da compreensão das causas que possibilitaram a explosão de novos e pequenos municípios após 1988, em especial no estado do Paraná, que se constituiu como sétimo estado na federação com maior número de novos municípios no período, a fim de propiciar o entendimento das causas de tal processo.

Para tanto, realiza uma análise dos processos de criação dos municípios do Paraná no período em questão através da abordagem neoinstitucionalista, da teoria da escolha racional e dos argumentos propostos na tese de doutorado em Ciências Sociais de Fabricio Tomio, por meio de um estudo comparativo dos dois períodos democráticos brasileiros: 1946 – 1964 e após 1988.

Alves (2006) conclui que a causa principal que definiu o ritmo na criação de municípios no período de 1988 a 1996 foi o amplo controle do poder legislativo estadual na condução do processo, bem como a ampliação de transferência dos recursos fiscais da União aos municípios. Conforme será verificado, tais fatores estão também relacionados ao processo do território referente a este estudo.

3.2.5 O espaço em questão: Pontal do Paraná

No caso do município de Pontal do Paraná, Rocha (1997) relata que a primeira reunião visando à emancipação do município ocorreu em 1985. A partir dela, em 1987 foi apresentado, por um deputado estadual, um projeto de lei que tinha por objetivo: “atendermos à vigorosa reivindicação das populações permanentes e temporárias daqueles balneários” (Praia de Leste, Pontal do Sul e outras praias), “desejos de contar com os benefícios dessa divisão territorial básica,

para fins de atendimento de seus problemas de urbanização, valorização e desenvolvimento local” (ROCHA, 1997, p. 30).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pontal do Paraná surge do desmembramento do município de Paranaguá, sendo que a história política daquele município passa a ser escrita a partir dos primeiros movimentos em direção à emancipação, no ano de 1983, e possui a seguinte denominação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pontal do Paraná, pela lei estadual nº 8915, de 15-12-1988, subordinado ao município de Paranaguá. Em divisão territorial datada de 1991, o distrito de Pontal do Paraná figura no município de Paranaguá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1993. Elevado à categoria de município com a denominação de Pontal do Paraná, pela lei estadual 11252, 20-12-1995, desmembrado do município de Paranaguá. Sede no antigo distrito de Pontal do Paraná. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. (IBGE, 2016).

Atualmente, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social (IPARDES, 2017), o município de Pontal do Paraná possui uma área territorial de 202,159 km², uma população estimada de 25.393 (vinte e cinco mil trezentos e noventa e três) habitantes e 19.226 (dezenove mil duzentos e vinte e seis) eleitores. Possui ainda densidade demográfica de 125,61 habitantes por km², com taxa de crescimento populacional de 3,86%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738 e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 17.483,00 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e três reais).

Dito isso, passamos aos resultados obtidos por meio das categorias relativas ao contexto que concerne ao processo de emancipação deste estudo. Nesse sentido, tomamos a pergunta: Qual o contexto do processo de emancipação de Pontal do Paraná? Essa questão se faz essencial como primeiro ponto a ser discutido, uma vez que envolve o cenário em que ocorre o processo, os agentes envolvidos e o enredo institucional que possibilita a mobilização. Em razão de tais pontos, as categorias história e memória, a construção do lugar e a disputa fundiária e o contexto institucional inserem-se como meios de acesso à resposta que se pretendeu alcançar.

Inicia-se a discussão com a apresentação da Figura 5.

Pode-se observar que o grafo acima demonstra como a memória do território está correlacionada com seu município de origem, Paranaguá, e com os balneários Praia de Leste e Pontal do Sul. O termo dificuldade aparece, nesse contexto, relacionado à escola e transporte, estes também relacionados à Ilha do Maciel (comunidade tradicional pertencente à região de Pontal do Sul). A relação com Paranaguá aparece como resultado previsível, porém sua importância se faz presente tanto em relação à necessidade de retorno à sua história quanto ao fato de que ainda nos dias atuais Pontal do Paraná apresenta grande relação de troca, por vezes de dependência, com tal município. As dificuldades estão relacionadas aos argumentos utilizados pela população local e refletem parte do discurso utilizado para o processo, o que será melhor discutido no item argumentos e contra-argumentos. Neste momento, observa-se a importância de que seja retomada a maneira como a lembrança em relação ao território demonstra suas antigas características.

Conforme descrito, a origem e história de Pontal do Paraná se dão a partir dos primeiros povos que viviam no local, ou seja, os índios tupi, que deixaram seu legado por meio dos sambaquis e do manejo da farinha de mandioca, dentre as demais contribuições relativas à sua cultura. Atualmente, residem no local a comunidade Mbya Guarani, com a presença de uma família, localizada na estrada ecológica do Sambaqui Guaraguaçu. Essa terra indígena ainda não foi demarcada, mas possui o reconhecimento de seu território por um decreto da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, conforme apontou Cristo (2011). Há ainda outra comunidade que reside no território do balneário Shangri-lá e que possui treze famílias, conforme levantamento realizado no dia 2 de agosto de 2017 na coordenação do Cras Ipanema em Pontal do Paraná.

Esse primeiro ponto necessita ser destacado uma vez que ao se tratar da memória e história do município em questão, primeiramente é necessário nos remetermos a essa população. Conforme será discutido, as perspectivas com base na noção de crescimento revertidas em planos de desenvolvimento do local apontam para o risco do não reconhecimento dessas comunidades e de seus direitos e do não reconhecimento de seu lugar político. Conforme verificada na história do território, de acordo com Wachowicz (2000), as doações apresentavam-se como forma de utilizar questões legais para legitimar a dominação desses povos, seguida da exploração e utilização de sua força de trabalho. Nesse sentido, a

naturalização da exploração ocorrida se reverte na banalização da ausência de direitos por parte dessa população.

Observa-se que as literaturas e fontes de informação sobre Pontal do Paraná estão relacionadas ao nascimento de Paranaguá. Através do levantamento realizado, foi verificada a quase ausência de literaturas sobre o município, em especial as que se referem a questões históricas, sendo a literatura de Rocha (1997) a única bibliografia sobre o município encontrada na biblioteca de Pontal do Paraná, que se localiza no balneário Ipanema. Observa-se maior quantidade de dados a partir de pesquisas científicas, de maneira geral as publicadas recentemente, como é o caso dos apontamentos realizados por Costa (2007), que descreve a ocupação do local a partir do século XVI com a chegada dos índios na região de Superagüi e Britto (2014), referindo-se ao fato de que a ocupação na região do Sambaqui data de 6000 anos e que apesar dele ser tombado como Patrimônio Histórico e Artístico apresenta indícios de degradação devido a loteamentos próximos ao local.

Observa-se que nas bibliografias, de modo geral, a história do município passa a ser descrita a partir do processo de emancipação, o que acaba por demonstrar a importância desse fenômeno, considerado como nascimento político desse município. Tal nascimento supõe um ambiente, que pode ser demonstrado a partir do retorno às suas origens.

Assim, na categoria história e memória, podemos verificar um pouco das características do lugar nos tempos anteriores ao processo de emancipação.

Aspectos relacionados ao modo de vida, às produções e à gestão da saúde são também verificados. Ainda, as antigas denominações (nomes) das regiões e as mudanças ocorridas. Surgiram também características ligadas aos modos de locomoção naquele momento, ao sistema escolar e ao papel das primeiras instituições.

Em relação à busca pela memória e, assim, à identidade do território, a importância do levantamento sobre a história do município foi destacada pelos atores que viabilizaram esta pesquisa:

Eu acho que a história do município está sendo perdida um pouco com a morte dos moradores mais antigos, dos nativos principalmente, parte da história de Pontal vai se perder [...] e se nós não fizermos isso com uma certa urgência, mas urgência urgentíssima [...]. Nós temos um projeto [...] a gente tinha um sonho de se criar a Casa da Cultura e resgatar isso aí, resgatar não só a história do município como as peças que nós temos que estão se perdendo, nós temos usina de fábrica de farinha, nós temos duas

no município ainda que se deixar vão se perder, vão acabar estragando. Então o sonho seria isso sabe, promover rodas de conversa entre nativos antigos para as crianças aprenderem sobre a história do município, nós temos o sambaqui, agora está preservado, mas já se perdeu quase tudo que tinha lá. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Os colaboradores fazem referência a problemas enfrentados devido à dificuldade de acesso, à falta de estradas, à ausência de serviços:

Então, quando eu vim pra cá não tinha nem estrada, não tinha nada, tinha que vir pela praia. Tinha uma estrada velha que vinha aqui pelo Guaraguaçu, né? Não tinha essa nossa estrada aqui. Agente sofreu muito pra vim pra cá. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

A subsistência aqui era muito difícil. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Olha, a vida aqui, quando eu era novo, por exemplo, que tinha força para trabalhar, tinha tudo, era tão difícil de morar aqui... Era mais trabalho e não tinha lucro. Porque não tinha ninguém. Aqui não tinha comércio em parte nenhuma, não tinha comércio, não tinha em Ipanema, não tinha em Praia de Leste. Praia de Leste podia ter, mas era pouquinho, agora aqui pra cá (Barrancos) não tinha nada, não tinha nenhum mercado, não tinha uma padaria, não tinha uma farmácia [...] Naquele tempo, bastante tempo, mas não muito, sabe? Mais ou menos deve ser uns 40, 50 anos... De 40 anos era triste morar aqui, era triste. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Devido às dificuldades de acesso, os tratamentos de saúde geralmente acabavam sendo realizados de acordo com a cultura da época. Funções como a do curador, benzedor e parteira existiam como meios de cura e como importantes papéis dentro da comunidade. O benzimento e a utilização de chás eram modos de tratamento das doenças e dos envenenamentos por animais peçonhentos:

Mulher ficava grávida ia pra Paranaguá e tinha que ganhar às vezes a criança no caminho. Porque até chegar em Paranaguá... A estrada era ruim. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Então era difícil, se você ficava doente você se tratava com folha de pau-velho do mato. Tinha aqueles, como é que fala? Curador, sabe? Aqueles curador que não sei como a missão daquelas pessoas é conhecer um pouquinho da medicina. E criado aqui não sabia ler, mas fazia um chá, fazia isso, dava aquilo, era curado assim, então, quem te curava mesmo era Deus. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Olha, você vê que naquele tempo a cobra jararaca, tinha muito nesse mato aí, tinha um benzedor [...] mordida uma cobra no pé, porque a turma só trabalhava no mato naquele tempo, sabe? Não tinha sapato, era descalço mesmo... Olha, toda semana, quinze dias era um que a cobra mordida, jararaca lá. Ele benzia e vinha lá de a pé fazer um curativo, todos eles... Não morria nenhum. Cada jararaca venenosa, sabe? (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Como se pode observar no grafo referente a essa categoria, o termo nascimento encontra-se vinculado a Paranaguá. Isso devido ao fato de que atualmente os partos das moradoras de Pontal do Paraná são realizados no município de Paranaguá em razão da ausência de ofertas desse serviço no município. Dessa forma, as crianças que nele residem acabam por ter seu registro identificado pela cidade de Paranaguá, e não Pontal do Paraná. Antigamente, porém, conforme relata o colaborador, os nascimentos ocorriam mediante o trabalho de parteiras. Com isso, a identificação da população local se faz através desse histórico, ou seja, somente são denominados pontalenses aqueles que realmente nasceram no município por meio dessa intermediação:

Então, você fala isso pra esse pessoal novo aí, o pessoal diz que é mentira. Olha, eu nasci aqui mesmo, hoje a turma fala: “ah, eu sou pontalense”. Mentira! Nasce tudo em Paranaguá, nasce tudo em Paranaguá. Eu não eu nasci aqui... Partera sabe, partera, tempo de partera. Então, nós somos pontalense. Você vê esse pessoal, que essas partera, eles não sabiam ler, nunca aprenderam ler, não tinha escola. E como que tinha o dom de trabalhar pra fazer uma parteragem sem risco nenhum? Só seguir aquilo que eles diziam, “façam assim, façam assim” sem nunca tiveram perto de um médico pra explicar pra ele. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Em relação aos modos de produção e acesso aos serviços, é apresentada a ausência de comércio local e as dificuldades de trocas devido às distâncias dos centros de comércio (Paranaguá). Por causa de tal cenário, a cultura de subsistência imperava, através do cultivo da banana, do arroz, da mandioca e da produção de farinha:

Então, assim porque aqui tinha roça aqui, tudo a gente sobrevivia daqui mesmo, era o peixe, as roças que plantavam o arroz, o feijão, o milho plantavam tudo aqui. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Mas a gente via que não tinha dinheiro porque não tinha nada. Você podia matar o peixe, peixe você matava a hora que queria vender pra quem? Não tinha comércio, né? Aí pegar uma canoa a remo pra daqui a Paranaguá levava três horas, quatro horas... O peixe tinha que chegar, chegava podre, né? Não adianta fazer isso aí. Então a turma vivia aqui mais da lavoura. É um índio mesmo sabe, plantava mandioca pra fazer a farinha, banana, arroz, esses troço tudo nós plantava. Só que não tinha despesa, né? Porque acho que eles tinham, não tinham nada... É querosene, luz de querosene, então era muito difícil. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Observa-se que diante de tais condições, o plantio e a relação com a terra faziam parte dos modos de vida da comunidade. O mesmo colaborador destaca que diante de tais condições, a função de pescador se fazia como prática diretamente relacionada às possibilidades apresentadas, ou seja, como trabalho e denominação diante da ausência de comércio próximo ao território. Ao mesmo tempo, função que se desenvolve por meio das condições oferecidas pelo ambiente e, assim, trabalho genuíno ao local:

Então, nascia aqui era tudo pescador. Então, a turma me pergunta: mas por que pescador? Mas veja bem, se aqui não tinha uma padaria, aqui não tinha uma farmácia, aqui não tinha um mercado, aqui não tinha uma prefeitura, aqui não tinha nada, ele montava o que ele fazia. Então, hoje todo mundo se engana por quê? Porque era pescador, ele era porque só podia ser pescador. Mas no momento o registro de antigamente era tudo pescador. Então, precisa de uma pessoa que entenda por que ele era pescador [...] Ora, mas por que pescador? Ora, mas, mas se não tinha outra coisa, né? Você coloca aquilo que você faz, pescar de tarrafa aí de tarrafa [...] então, você botava como pescador. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

A ausência de estradas de acesso e a baixa renda demandavam formas de transporte que traduziam também as dificuldades apresentadas pelos moradores, sendo muitas vezes necessário realizar o caminho de Pontal do Paraná a Paranaguá a pé. Em relação à compra de remédios e alimentos, era realizada também a pé, com os mantimentos sendo carregados nas costas:

A gente viu pessoas aqui carregar filho de carro de empurro até Praia de Leste pra ir pegar o ônibus pra levar pra Paranaguá. A turma não tinha uma bicicleta, a turma não tinha nada. Sabe esses carros de empurro? O pessoal era muito pobre, muito pobre, não tinha um tostão no bolso pra fazer nada. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Meu pai fez umas oito, dez viagens daqui a Paranaguá pela praia de a pé com saco de compra trazido de Paranaguá pra aqui, porque não tinha aonde comprar aqui. Você veja só por que que o homem chega nessa situação. De a pé daqui a Paranaguá, pegava aqui pela praia entrava na Praia de Leste, que aqui não tinha estrada, entrava na Praia de Leste em Paranaguá, saia mais ou menos uma hora, duas horas daqui, ia chegar umas oito horas da noite aqui. Ida e volta com os sacos nas costas, esse não é pra pessoas. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Eles iam ou de canoa, canoa a remo, porque não tinha canoa a motor naquela época, ou a pé pra ir até Paranaguá, entendeu? (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Em relação a serviços de educação, existiam duas escolas, com oferta de classes multisseriadas, conforme destacado na Figura 5.

Nós tinha uma escola aqui que os professores davam aula, quatro turno numa sala de aula só. Numa sala de aula tinha quatro turma. Então, primeiro, segundo, terceiro e quarto. Isso foi em 79, né? 78 por aí. Então, tinha uma professora que dava aula pra primeiro e segundo ano. E tinha outra professora que dava terceiro e quarto na mesma sala. Não tinha creche, não tinha esse negócio; era primeiro e segundo ano. Complicado... Não tinha banheiro, não tinha nada. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Só tinha de primeira até quarta. Depois de uns anos, depois antes mesmo da emancipação, aí passou a ter de quinta a oitava, que era só até a quarta série. Só tinha duas escolas na extensão de Pontal do Paraná todo, só tinha duas escolas. Uma escola que era em Barrancos e a outra era em Grajaú. Multisseriais em Barrancos; a escola multisseriada, ela ficou até a década de 90, 2000 eu acredito... Lá por 2000 funcionava a escolinha em Barrancos. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

A Ilha do Maciel, localizada na parte extrema do município e que acolhe uma comunidade tradicional, é lembrada como último local que abrigou uma escola multisseriada. A comunidade passa por desmantelamento de políticas públicas, a acesso a serviços e direitos. Nesse ponto, a Colaboradora 6 remete ao fato de que o fim da escola na própria comunidade gera dificuldades para a população:

A última escola no município que permaneceu, que foi bem assim, acho que até 2005, ainda com sala multisseriada e foi a última a fechar das escolinhas rurais foi a escola da comunidade de Maciel, a comunidade Maciel. Nossa, e eles resistiram bastante, assim, porque eles têm muita dificuldade pra trazer as crianças pra cá, pra Pontal do Sul, que tem a questão de transporte que é de barco, aí depois mais um ônibus pra vir até aqui. Daí os que vão pra primeira série são pequenininhos tudo tal, né? Pra eles é mais difícil do que pra nós, pra nós que estamos aqui já ligado à educação infantil isso e aquilo... As crianças já começam a ir pra escolinha desde seis, sete meses. Agora pra eles não. Só sai mesmo de baixo da asa da mãe com sete anos, seis anos pra ir pra escola. Então, de Maciel foi a última escola multisseriada aqui no município que foi fechada. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Quanto às características relativas à nomeação do território, no momento anterior à emancipação se guardava um modo de se referir a ele como em referência a seu município de origem:

Então, aqui se chamava assim: “as praias de Paranaguá”, né? Que era o distrito de Paranaguá, né? (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Agente chamavam na época: “as praias de Paranaguá”. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Inicialmente, o lugar era denominado Barra do Sul, tendo o nome sido modificado oficialmente a partir do processo de emancipação. O local era oficialmente denominado dessa forma, o que se verifica por meio das certidões de nascimento:

Então, quando nós nascemos aqui, aqui primeiro era Barra do Sul. Barra do Sul hoje é Santa Catarina, né? (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Muitos balneários mudaram de nome, igual Pontal do Paraná era Barra do Sul. Então, a certidão de nascimento da minha mãe é Barra do Sul. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Como dito, muitos balneários tiveram seus nomes modificados, como é o caso do balneário Atlântica e o balneário Pri Ki Mirim. Conforme será apresentado de maneira mais pormenorizada, Little (2015) destaca a toponímia como denominação de espaços geográficos pela linguagem de um grupo, o que faz também menção à memória coletiva. Ao mesmo tempo, as modificações decorrentes se traduzem pelo controle do território por meio da linguagem:

[...] balneário Atlântica, que depois veio a ser conhecido como balneário Santa Terezinha (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Eu nasci em Atami, que na época nem era Atami; na época era Pri Ki Mirim. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

As denominações do município e região e as mudanças que ocorreram neles demonstram como o processo de emancipação modificou o modo como ocorriam as referências ao lugar, sendo que tal processo, bem como o lugar onde ocorreu a disputa política, acabou influenciando a escolha por tal denominação. Ao mesmo tempo, observa-se na Figura 5 a ligação entre os termos município e Pontal do Sul, que se justifica em razão de Pontal do Sul ter abrigado importante parte dos acontecimentos do processo de emancipação, além de ser o balneário que servia como referência para a região:

Pra escolher o nome também foi muito difícil, porque haviam muitas ideias e tal. Uns queriam chamar de Bela Vista, Boa Vista, outro queria não sei o quê. Como tinha Pontal do Sul a praia e alguns queriam que fosse Pontal do Sul, outros queriam que fosse Praia de Leste e você não pode beneficiar um balneário ou outro que você vai criar problema político interno aqui no município. Acabou prevalecendo Pontal do Paraná. [...]. Na geografia não me lembro bem como é que fala... Na geografia daquela região ali, mas tem muito a ver com pontal aquilo como se fosse uma ponta lá [...] Todo mundo conhecia como Pontal do Sul, então ficou Pontal do Paraná, até como uma homenagem porque a briga toda foi em Pontal do Sul, toda a briga com Paranaguá [...] Eu queria lembrar o apelido dele, Zé do Pontal. Tá... Isso também pesou um pouco em dar o nome de Pontal, porque ele era o cara popular; ele era o cara que ia puxar os votos, porque ele era muito conhecido, Zé do Pontal era uma figura muitíssimo conhecida [...] Mas então ficou Pontal do Paraná porque tem uma outra região, Pontal não sei do que, em algum outro estado do Brasil, pra não confundir então ficou Pontal, Pontal do Sul, Pontal do Paraná, né? (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Após verificada as características que compõem a história do lugar, a fim de compreender o cenário no qual se estabelece o processo em questão, vale considerarmos o aparato institucional que possibilita o processo de emancipação. Nesse sentido, a Figura 6 demonstra o contexto constitucional.

aparece a partir das ligações candidatura, prefeito, governador, ator local. O termo deputado estadual, em importante destaque, possui forte relação com ajudar, ambos correlacionados com assembleia, que possui ligação com movimento. Interesse e política possuem também forte relação. Representatividade está relacionada com Pontal, que se liga à emancipação e, por conseguinte, apresenta praticamente o mesmo grau de ligação com acordo e problema. Custo está ligado à prefeitura, que apresenta triangulação com os termos câmara e vereador.

Os resultados demonstram que as discussões realizadas por Tomio (2002) apresentam-se como fator diretamente relacionado à emancipação de Pontal do Paraná. Ou seja, que os mecanismos institucionais não seguem uma lógica socioeconômica, mas estão pautados nas condições constitucionais. São essas condições que possibilitam a interação entre os atores locais. Verifica-se, no desenrolar do acontecimento em questão, a presença das instituições delimitadoras, no papel do legislativo estadual, por meio de tais interações e estimuladoras, a partir da legislação que regulamenta a transferência de recursos e, assim, impulsiona tal processo.

Seguindo a lógica de tal autor, os apontamentos realizados por Alves (2006) são verificados e reafirmados, uma vez que se pode observar o amplo controle do legislativo estadual na condução do processo. Nota-se que esse cenário é reconhecido pelos atores envolvidos no movimento. Simultaneamente, os resultados demonstram que esse cenário repercute na facilidade de aplicação de um novo cenário político no município a ser implantando.

A participação da esfera estadual, no papel do termo deputado estadual (que a partir da legislação vigente ganha centralidade no processo), relacionando a assembleia e movimento faz com que se possa refletir a respeito de uma relação direta entre ações na assembleia em direção aos municípios.

Durante as entrevistas, tais pontos eram apresentados ora como resultado da reflexão sobre os acontecimentos vivenciados, ora como resultado de um conhecimento consciente sobre a legislação e os fatos. O fato de que muitas emancipações ocorriam na época é reconhecido pelos atores:

Mas na época aí no estado do Paraná tava acontecendo muitas essas emancipações. Nossa, muita emancipação. 399 municípios tem o estado do Paraná. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Naquela época, a Constituição, ela era muito flexível para a criação de novos municípios e 28 municípios no estado do Paraná estavam praticamente pronto o processo pra promover uma emancipação. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O reconhecimento do aspecto formal da legislação condizente com a possibilidade de criação de novos municípios é reconhecida pelo Ator 4, que discute as mudanças ocorridas na Constituição, que anteriormente não exigia um plebiscito que envolvesse a participação da população do município de origem:

No caso de Paranaguá, só a população de Pontal foi ouvida e a população de Paranaguá não pôde se manifestar, porque a Constituição dizia isso. Porque a Constituição dizia que pra criação de um município novo teria que haver um plebiscito somente na região da área a ser emancipada e não em todo o município. Sabiam que estava-se discutindo uma mudança na Constituição pra mudar, tanto que mudou e não criou mais. Aí foi um processo acelerado, todo mundo quis tratar: “Vamos resolver o nosso que depois não vai dar mais” [...] O importante [...] é que havia uma facilidade muito grande pra criação de novos municípios porque, principalmente na questão do pré-requisito que era o plebiscito, que só se ouvia a população da área a ser emancipada e não o município como um todo. Foi a grande mudança que agora dificultou. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O colaborador se refere à mudança na Constituição, que atualmente exige a participação do município de origem, dificultando, assim, a criação de novos municípios. Tal fato pode ser verificado a partir da Emenda Constitucional n°15, de 12 de setembro de 1996, que, em artigo único, aponta que:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (BRASIL, 1996).

O mesmo colaborador observa que se pretende realizar nova modificação a fim de possibilitar o retorno da situação anterior:

Porque você hoje pra fazer uma emancipação você tem que ter esse pré-requisito da essa consulta popular que envolve o município todo. Hoje jamais passaria uma emancipação de Pontal que a população daqui majoritariamente seria contrária [...] Tanto que após essa leva de criação de novos municípios houve uma alteração na Constituição e todo o município passou a ser ouvido no plebiscito, que é obrigatório fazer. E nunca mais se criou nenhum município no Paraná desde aquela época. Hoje muito mais difícil, tanto é que depois daquela leva de municípios criados nunca mais se criou. Tão querendo mexer de novo na Constituição agora para voltar a ser

como era, para poder facilitar a criação de novos municípios. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Aspectos relacionados aos custos relativos à criação de novos municípios são apontados pelos atores, que mencionam o fato de Pontal não possuir receita suficientemente capaz de realizar a manutenção da estrutura necessária ao andamento do município. Tal fato vai ao encontro dos apontamentos realizados por Reis, Costa e Silveira (2013), quando discutem a problemática relativa ao aumento dos municípios de pequeno porte, que por vezes apresentam incapacidade de sustentação financeira em razão do baixo índice de geração de renda e alto índice de tributos:

Porque os deputados achavam que a gente não tinha condição de sobreviver aqui, porque a receita é muito pouca aqui; nós não tínhamos receita. Então, o próprio deputado achava que a gente não ia sobreviver aqui [...] Alguns municípios se emancipavam, mas não conseguia sobreviver, não tinha receita. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Mas ao mesmo tempo a gente sabia que as dificuldades econômicas, a sustentação financeira do município era uma questão muito difícil, como ficou provado aliás até hoje. Pontal se bate com a dificuldade financeira do município, continua dependendo. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Na verdade, eu nunca fui muito favorável à criação de municípios porque cada município que você cria, você cria uma despesa enorme para o Estado. Tá, mas há algumas situações que você não tem como escapar disso. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Especificando tal condição, os atores destacam a questão dos impostos repassados aos municípios, bem como a estrutura administrativa decorrente da sua criação, ou seja, a câmara de vereadores, a comarca, as delegacias. Observa-se que nesse ponto verifica-se os apontamentos realizados por Magalhães (2009), quando se refere à grande dependência dos municípios das demais esferas, em especial em relação ao Fundo de Participação dos Municípios, bem como sobre o fato de os novos municípios despenderem grande gasto com o legislativo, além do grande gasto com pessoal:

E a gente sabe que se for ver, em termos de Brasil, 5500 municípios é uma barbaridade o que acontece com certos municípios que não tem a menor condição, vive do repasse do fundo de participação dos municípios, do ICMS e só para sustentar aquela estrutura administrativa sem a menor condição de dar nenhum atendimento à população. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Ah, sim, o excesso de municípios é um custo muito grande pra máquina governamental, né? Porque você tem que criar uma câmara de vereadores, criar uma prefeitura, na sequência vem a comarca, o poder judiciário, né? Polícia, delegacias, essas coisas. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Aí a gente começou a fazer o trabalho mais qualificado, mais técnico, porque muitos municípios tiveram problema, se emanciparam e tiveram que voltar para o município mãe de novo. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

O Ator 4 assinala a necessidade de maior estudo e avaliação no caso da criação de novos municípios:

Ter uma legislação que priorizasse a questão da independência econômica para que o município pudesse se sustentar, e não se criar, se proliferar, sem essa montoeira de, de municípios dependentes do repasse de verbas do governo estadual e do governo federal. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Por fim, a Figura 7 apresenta a categoria a respeito do processo de emancipação de Pontal do Paraná.

relação com associação, alicerce do processo. Seguindo a mesma lógica, comunidade encontra-se relacionado a processo, que vinculado à lembrança, associa-se a projeto e Praia de Leste. Participação relaciona vinculado à lembrança (vinculada a projeto) e litoral, ou seja, a lembrança sobre participação encontra-se vinculada a um projeto para o território.

A esfera federal aparece como importante componente: esfera federal encontra-se associado a presidente, a Supremo Tribunal Federal e liminar. Supremo Tribunal Federal liga-se a Brasília (fator mais lógico), porém, Brasília liga-se ao polo Curitiba. Novamente, ilustra-se a forte ligação entre ator local e deputado estadual, que está ligado ao termo ajudar, sendo trazida a relação reunião e Clube de Campo Santa Mônica, local onde muitos encontros também foram realizados. A relação de município encontra-se estabelecida com prefeito e criar, havendo, assim, a ilustração do fato da criação do município estar fortemente ligada com a criação do cargo de prefeito. Outro aspecto a ser destacado é a relação movimento com empresário, categoria que participou ativamente do processo, sendo o grupo de maior envolvimento e, portanto, sendo colocado como um representante da população e, ainda, a ligação entre emancipação e favor.

As primeiras reuniões a fim de realizar a emancipação ocorreram no ano de 1983 e a partir dos movimentos nessa direção a administração em Paranaguá acabou tomando iniciativas em contraposição a tais ações. Com isso, os atores fazem referência às atitudes do prefeito da época, que tomou iniciativas para manter a relação já estabelecida com a região:

Na época teve um prefeito em Paranaguá, José Vicente Elias, que o primeiro processo de emancipação ele veio à nossa cidade e impediu. Veio com algumas pessoas do sindicato, da estiva, houve discussões com nosso pessoal, ameaças [...] e acabou não saindo naquela época. [...] Vicente Elias foi no primeiro momento que eles fizeram, acredito que foi entre o ano 87 e 88. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Naquele período, que o prefeito da época, José Vicente Elias, ele transferiu a sede administrativa da prefeitura pra Pontal do Sul. Com isso não tinha como emancipar o município, cuja a sede administrativa estava lá. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Aí Paranaguá correu pra cá, pra lá. Trouxe até a Câmara de vereadores aqui pra dentro do município. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

A partir de então, através de uma sede administrativa denominada Endepraias, a ocupação do espaço delimitou a presença de Paranaguá. Em seguida, a transferência da Câmara dos vereadores para Pontal do Sul assinalou ainda mais tal condição:

Daí com a criação da Endepraias melhorou um pouco a assistência porque eles já sabiam que tinha iniciado o movimento de emancipação; eles começaram a se preocupar um pouco mais com a gente, sabe? (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Eles fizeram, criaram essa Endepraias, depois transferiram de Paranaguá a Câmara de vereadores lá para Pontal do Sul. Lá tinha o antigo Hotel Vilage [...] e lá eles montaram a Câmara municipal como quem diz: “Se nós estamos aqui dentro eles não vão poder criar o município”. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Observa-se a possibilidade de haver no movimento emancipatório a continuidade do movimento constitucional, uma vez que o primeiro reflete a tendência ao envolvimento dos demais entes nas ações políticas e públicas, característica desse segundo movimento.

Outro aspecto que merece destaque relaciona-se ao fato de que, mesmo considerando os demais aspectos que caracterizam as municipalizações (como o papel do legislativo estadual), nos períodos de exceção, como a ditadura militar, o número de emancipações foi reduzido. Com isso, revela-se o fato de que, não havendo municipalizações nos períodos autoritários, esse movimento aproxima-se da liberdade democrática. Em relação ao processo investigado, observa-se a forte presença das associações, primeiro modo de organização coletiva local, primeiro experimento democrático.

Os colaboradores mencionam que o movimento surgiu a partir do fortalecimento de tais associações, que acabavam sendo a referência de administração do local, uma vez que representavam a comunidade. A Associação das Praias do Paraná, o Clube de Mães de Praia de Leste e o Lions Clube foram alguns grupos participantes do processo. Cabe observar, entretanto, que esse último guarda grande relação com as elites das regiões. A seguir, por meio da formação de um conselho, seu agrupamento facilitou e deu força ao movimento.

Ai, né? Montamos uma associação, a Amasu, aqui, né? Daí a gente fez um trabalho comunitário e cobrava dos político de Paranaguá. Aí o município começou a se estruturar muito com as associações. [...] o município era administrado mais com as associações. Aí, em 94, nós começamos um

movimento aqui, né? Com as associações, né? [...] Aí ficou fácil, né? Porque nós tinha muitas associações aqui. Mas daí surgiu essa ideia, se as associações representa a comunidade, então vamos monta um conselho. [...] o deputado estadual, né? De Curitiba, ajudou nós aqui e aí nós montamos um conselho já das associações. [...] e nós tinha aí duas pessoas aí em cada associação; nós montamos um conselho aí de parece 32 associações. [...] Aí, sim, o movimento começou a engrossar. Aí quando foi, aí pesou, aí pesou, por que tinha uma representatividade grande aqui. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Na época criamos a Associação das Praias do Paraná, né? E também juntamente com um grupo de mães de Praia de Leste e com o Lions Clube que tinha ali a gente começou; foi o início da gente começar um trabalho. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Os atores relatam os lugares em que ocorriam as reuniões: o Clube de Campo Santa Mônica, o baile da Dica, a igreja católica, o restaurante Costelão, o local onde é atualmente a Câmara do município:

Eles começaram movimento dentro do Clube de Praia Santa Mônica [...]. E ali várias reuniões foram feitas durante semanas e semanas. E ali foi cada vez foi juntando mais gente. [...] Nos balneários tinha alguns locais que eles faziam as reuniões, tinham aos domingos à tarde, domingo à noite, lá em Barrancos, teve um baile muito famoso que chamava o baile da Dica, baile de Barrancos. [...] algumas vezes na igreja católica também [...] Em Pontal do Sul, onde é a Câmara hoje, lá tinha o movimento do pessoal, lá em Pontal do Sul, onde é a Câmara hoje. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

No Santa Mônica, onde é o colégio Paulo Freire, aqui era um grupo, maioria. Até o plebiscito foi ali. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Eu participei de uma ou duas reuniões e foi no Costelão. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Segundo os relatos, os pescadores constituíram um grupo que participou ativamente do processo, com a participação inclusive de pescadores de outros locais. Além deles, outros grupos participaram, como os dos pequenos empresários. Quando o município foi criado, contabilizava-se o número de 3.500 eleitores:

Pescadores antigos participavam ativamente; teve outros pescadores [...] de outras cidades do litoral, de Matinhos [...] que vinham participar, que viam com bons olhos esse projeto de emancipação. [...] os empresários, pequenos comerciantes, se movimentaram, [...], os pescadores e os nativos. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Ah, pra você imaginar, quando foi criado o município, em 95, nós tínhamos 3.500 eleitores. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Uma das ações realizadas na época, e que já apresentava um caráter administrativo, refere-se ao levantamento realizado a fim de mapear o município:

Aí a gente começou a fazer o trabalho de levantamento do município, a mapear o município certinho, levantar pela Copel quantos moradores tinha, quantos terrenos tinha certo, porque não tinha água, era tudo de poço artesiano. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Diante da organização da população e da possibilidade de realização do plebiscito, necessário à realização da emancipação, Paranaguá entrou com uma liminar na tentativa de barrar o processo:

Nós entramos com uma ação no Tribunal de Justiça do Paraná e conseguimos uma liminar impedindo a realização desse plebiscito, o que era pré-requisito, que se não fosse feito esse plebiscito não conseguiriam. A primeira tentativa, sabe? Não deu certo; acabou indo parar em Brasília, no Supremo. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O mesmo ator relata que houve grande mobilização de vários setores do município de origem, através de manifestações. Diante de tais situações, observa-se a disputa pelo território, a busca pela emancipação a fim de gerar mudanças na administração e, assim, controle do local, bem como a tentativa de manutenção do controle dos recursos do local pelo município de origem:

Ah, não houve uma junção muito forte; os vereadores, o presidente da Câmara, a associação comercial, os trabalhadores sindicalizados, esse pessoal a gente conseguiu mobilizar. Fizemos vários movimentos aqui em frente à prefeitura com carro de som, fomos pra Assembleia, levamos não sei quantos ônibus, carro de som no dia da votação, nós estávamos em frente à praça do Palácio do Governo fazendo discurso na frente e batendo, xingando os deputados. Mas não surtiu efeito porque já estava resolvido, o acórdão já tinha sido feito lá dentro. [...]. Mas nós reagimos; eu acho que foi o único município... Não tenho notícia de nenhum outro que tenha tido tanto empenho em evitar uma emancipação como foi aqui. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Diante da liminar apresentada, o grupo de Pontal do Paraná reagiu através do Supremo Tribunal Federal:

Então eu custiei viagem dele pra Brasília, pra ele ir ao Supremo Tribunal Federal, porque Paranaguá entrou como uma liminar tentando impedir a criação do município. [...] E conseguimos derrubar essa liminar lá, né? (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Se não me engano, acho que foi com o ministro Sepúlveda Pertence, e ele deu o parecer pra que pudesse ser realizado o plebiscito, né? (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Foi cassada a liminar do Tribunal de Justiça pelo ministro Sepúlveda Pertence e Pontal pôde fazer o seu plebiscito e a partir daí, então, todos os pré-requisitos estavam preenchidos. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

A partir de então foi possível a realização do plebiscito, momento apresentado como marcante no processo, a partir do seguinte número de votos:

No plebiscito que nós fizemos, 1648 votaram: 1450 pelo sim, 159 pelo não, 17 brancos e 22 nulos. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Eu acho que a gente conseguiu mobilizar cem por cento das pessoas, ali moradores, pra que participassem desse processo, na época... Que precisou ir em cartório, reconhecer assinatura em cartório, tudo; dali foi a gente conseguiu mobilizar. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Eu acho que o que mais marcou a gente foi a votação do plebiscito. Quando o ministro liberou pra gente fazer o plebiscito, isso aí também foi um troço, foi uma festa na cidade aqui muito grande. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

O Ator 5 relembra o número e a data da lei promulgada:

Lei de minha autoria na Assembleia, Lei número 11.252, 20 do 12 de 95, foi a lei que criou oficialmente o município de Pontal do Paraná. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Diante de tais acontecimentos, vale nos atermos aos temas que baseiam o entendimento sobre desenvolvimento, que está relacionado aos conceitos a respeito de redes, poder e território. Isso devido ao fato de que o conceito de desenvolvimento pode ser utilizado para ilustrar as diferenças existentes nos entendimentos a respeito das perspectivas sobre o local (se condizentes ou não com a noção de desenvolvimento). Ao mesmo tempo, os conceitos de rede, poder e território oferecem base para a reflexão sobre tal disputa, além de estarem também presentes na maneira como se configura os entendimentos. Após esse momento, vale considerarmos os resultados que demonstram a construção da estrutura argumentativa de tal certame e o conflito por trás do cenário relativo às noções de crescimento.

4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E DISPUTA TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Para iniciar a discussão sobre desenvolvimento, é importante o entendimento sobre como ele se processa historicamente. Veloso (2013) aponta que o modelo de organização das sociedades pré-industriais em pouco se diferenciava das sociedades antigas, ambas caracterizadas pelo modelo agrário e o baixo padrão de vida, pelo crescimento populacional rente ao crescimento econômico e limitado pela desnutrição, doença ou morte. Entretanto, a seguir, as forças progressistas produziram diferenças na produtividade: a criação da eficiência proporcionada pela especialização geradora da divisão do trabalho criou ganhos no comércio e consequente aumento da economia.

Esses fatores resultaram no aumento da renda per capita, que se fez realmente presente a partir da superação da força de trabalho humana pela máquina através da Revolução Industrial (século XVI), em especial no centro europeu. Tal processo gerou melhorias na tecnologia, sustentou-se no tempo e o crescimento tornou-se condição permanente.

A chamada II Revolução Industrial (século XIX) empregou a ciência no processo produtivo, ampliou esse processo e gerou acúmulo de recursos, controle do meio ambiente e declínio da mortalidade, o que estabeleceu a economia moderna. Somado ao domínio sobre os modos de produção, possibilitou o surgimento das economias dos chamados países centrais e periféricos. Estes, marcados pela submissão a esse modelo.

Segundo Sachs (2000), cria-se, concomitante a esse fenômeno as raízes da noção de desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Esta última, caracterizada pelos países socialmente desprovidos e localizados à margem desse modelo. O autor esclarece que em razão de sua construção, o termo desenvolvimento ficou associado às palavras crescimento, evolução, maturação.

A partir da década de 1970, o termo é ampliado por meio da associação a questões sociais e se institui como proposta abrangente, que considera fatores além dos econômicos materiais. Assim, diante das consequências do modelo pautado no crescimento, Sachs (2000) aponta como saída um projeto que incluía as estruturas e

tecnologias sociais. Como exemplo, aponta o trabalho/emprego favorável e ações políticas que protejam as comunidades que possuem estratégias de produção e superação. Desse modo, sugere a prática dos ideais que o termo desenvolvimento difundiu.

Borja (2009) aponta que a tecnologia é uma das vias mais intensas de mudança cultural dos povos, juntamente com a influência dos valores culturais dos países centro. As trajetórias históricas percorridas pelos países é que determinam suas diferenças. Os conceitos subdesenvolvimento e dependência surgem a partir dessas caracterizações.

Subdesenvolvimento seria, assim, a incapacidade de difundir o modo de produção e tecnologia utilizada por toda a economia, causando heterogeneidade tecnológica e desequilíbrio do balanço de pagamento. Já por dependência seria a necessidade de adquirir a tecnologia ou assimilar o progresso técnico oriundo do sistema mundial.

Esse processo ocorre com o surgimento e estabelecimento de uma burguesia local, constituída pelo espelhamento na burguesia internacional e que passa a reproduzir seus padrões de consumo. Com isso é verificada a interferência dos processos não materiais nos modos de produção e consumo e pode ser visualizada a ação da indústria cultural. Essas influências geram como consequência o distanciamento das condições e ofertas locais. As vicissitudes desse processo geram, entre outros aspectos, a superexploração do trabalhador da periferia e padrões mínimos de qualificação profissional, como no caso brasileiro.

Suzigan (2010) aponta que na primeira fase de industrialização, o Brasil desenvolveu indústrias diretamente ligadas à produção para exportação. Em termos econômicos, não haveria diferença essencial entre a expansão industrial da primeira fase de industrialização e o crescimento da agricultura de exportação. As facilidades de financiamento exteriores para compra de equipamentos e aquisição de tecnologias apresentou-se crucial para a caracterização que se estabeleceria.

O autor aponta as três fases da industrialização do país. A primeira, induzida pelas exportações primárias, ocorre pela especialização de acordo com as vantagens comparativas. Nesse momento, as demandas provinham externamente e as oscilações externas agiam no mercado interno.

A segunda, nomeada industrialização por substituição das importações, ocorre a partir da crise de 1929 e produz impactos na economia nacional:

desvalorização cambial, inflação, déficit governamental, acumulação de estoques. Como consequência, tem-se a alta dos produtos industriais importados e, assim, o favorecimento da indústria interna e a produção local passa a suprir gradativamente a demanda. Entretanto, por não haver passado pela primeira fase de industrialização induzida pela expansão das exportações primárias, o processo torna-se deficiente. A consequência dessa situação se dá pelo baixo consumo do mercado interno, uma vez que a renda interna é também baixa, como consequência.

O terceiro momento ocorre através do esgotamento da substituição de importações e da industrialização pela ação estatal, devido à falta de estrutura econômica e, assim, à falta de diversificação industrial. Torna-se, então, preciso a intervenção do Estado de modo a criar avanços na diversificação estrutural.

Rego (2001) destaca o movimento dos países periféricos em se constituir sempre com um status relativo aos países centrais, o chamado mimetismo cultural (miragem do crescimento econômico através de dados, como o PIB). Com isso, prova que a industrialização por si mesma não é capaz de superar a situação de dependência econômica. Ilustra o caso da industrialização no campo que ocorreu para atender a uma modernização externa em marcha e que acabou por encobrir modos locais de produção. Em contraposição, o autor destaca a necessidade de construção de um projeto social subjacente. Uma das recomendações para tanto seria a industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda. Conforme Furtado (2008, p. 80), a “industrialização dependente não conduz a formas sociais estáveis”.

Thomas (2002) considera os capitais físicos, humano e natural no sentido da melhora na distribuição de oportunidades, da sustentação do capital natural (como as taxas sobre externalidades) e da administração dos riscos globais (como pelo controle da corrupção).

O economista indiano Amartya Sen (2000) aborda o conceito de desenvolvimento de maneira abrangente: o desenvolvimento como liberdade. O desenvolvimento estaria, assim, atrelado às possibilidades de ampliação das capacidades de exercício da liberdade. Desse modo, faz-se dependente de outras extensões, como as possibilidades de acesso e uso de serviços sociais (saúde e educação) ou exercício da cidadania (por meio, por exemplo, da participação política).

Para que se atinja o desenvolvimento, é preciso que sejam oferecidas e ao mesmo tempo construídas condições básicas de sobrevivência: “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade” (SEN, 2000, p.17). Pobreza, negligência na oferta de serviços públicos ou Estados repressivos estão, assim, relacionados a fatores que impedem o desenvolvimento, já que impossibilitam a vivência da liberdade (de não morrer, de expressar-se, de conviver).

Para tanto, Sen (2000) descreve as liberdades substantivas e instrumentais. A primeira, elementar à vida humana, refere-se a evitar privações, como a fome ou a morte prematura, à possibilidade de ler, de ter participação política e liberdade de expressão. As liberdades instrumentais apresentam-se como meios para que sejam atingidas tais possibilidades.

O autor apresenta cinco elementos fundamentais como premissa: segurança protetora (rede de segurança social); facilidades econômicas; oportunidades sociais (acesso à educação, à saúde etc.); garantia de transparência (como a inibição da corrupção e atenção à imprensa) e liberdades políticas.

Essa última refere-se aos direitos civis e é descrita pelo autor como:

Oportunidades que as pessoas têm de determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como o direito de voto e seleção participativa de legisladores executivos). (SEN, 2000, p. 55).

Max-Neef (2003) descreve o desenvolvimento como possibilidade de satisfação das necessidades humanas em detrimento dos aspectos materiais. Descreve, assim, nove necessidades básicas: subsistência, proteção, afeto ou amor, participação, compreensão, ócio, criação, identidade e liberdade. Em relação à participação, levanta a problemática relativa à normalização da destruição das comunidades e suas culturas.

Sachs (1986) elucida que atualmente a sociedade sofre de sintomas relacionados à falta de perspectivas, à persistência da miséria e à agressão desenfreada ao meio ambiente, bem como questiona o desenvolvimento nesse contexto. Pontua que este só se tornará possível através de um planejamento unificado e que nesse caminho, o ambiente é e participa de todas as suas dimensões. Dada essa consideração, o autor passa a fazer uso do termo

ecodesenvolvimento. E, além de propor reflexões, apresenta diversas alternativas para sua implantação.

O autor pontua que um dos aspectos a ser seguido é a não repetição, pelos países periféricos, do modelo existente nos países com alto índice de crescimento. Já nestes, salienta a urgente necessidade de limite de desperdício dos recursos em consonância com níveis toleráveis de poluição. Somados a tais aspectos, o emprego de mudanças institucionais, como a redistribuição da renda, o cuidado com o meio ambiente global, a redefinição de novos estilos de vida, surge como principal ponto de apoio de tal processo.

Assim, salienta as seguintes ações (em especial nas regiões rurais): a valorização de recursos específicos (estímulo à produção e consumo de bens locais), uma condição social (saúde, educação, habitação) adequada às necessidades humanas, o evitar desperdícios (a considerar as gerações futuras), o aproveitamento das partes resultantes da produção (utilização de subprodutos), utilização de fontes locais de energia e uso de meio de transportes alternativos, utilização de ecotécnicas, acesso a financiamento a todas as camadas sociais, efetiva participação da população nas estratégias e uso de tecnologias (junto com o incentivo de ações coletivas), superação de intermediários na chegada ao mercado.

Nesse sentido, o Estado, como regulador econômico, é capaz de gerar ações socialmente inclusivas e benignas ambientalmente, possuindo papel fundamental. Além dos vários adjetivos a que se presta, o termo desenvolvimento surge, com o autor, através da ideia de desenvolvimento total, includente, no qual se supõe o trabalho decente.

Sachs (2009) sublinha nesse ponto a eficiência ao se pensar trabalho não apenas na perspectiva de seu aumento, mas de sua qualidade: “convenientemente remunerado, levando-se em conta o nível de desenvolvimento do país, que se faz em condições de salubridade também humanas e que respeitem a dignidade do trabalhador” (SACHS, 2009, p. 347).

Ainda segundo Sachs (2007), as décadas de 1970 e 1980 produzem conhecimento sobre os desequilíbrios (como a situação da biosfera, o aquecimento global etc.) e preparam, assim, os países para um olhar sobre o meio ambiente e posterior gestão sobre ele. Nesse sentido, o autor pontua a importância do surgimento do terceiro setor (sociedade civil) e, sempre pensando na importância do envolvimento dos atores locais no processo de defesa do ambiente, destaca a

importância de “trabalhar na institucionalização de uma democracia genuinamente participativa em todos os níveis (rural-urbano), nacional e global” (SACHS, 2007, p. 175). As ações em direção à sustentabilidade incluiriam aspectos como equilíbrio na estrutura rural-urbana (redução da concentração nas áreas metropolitanas, crédito e acesso ao mercado por pequenos produtores), criação de reservas de proteção da biodiversidade, resguardo das características culturais de produção e seu contexto.

De modo global, o autor aponta a importância de acordos, tratados, códigos (de locais a internacionais) que englobem os direitos sociais e econômicos e enfatiza uma revolução no pensamento capaz de gerar novos comportamentos e decisões.

Segundo o autor “a distribuição cada vez mais desigual dos frutos do progresso tecnológico e econômico resulta da má organização social e política e não da escassez de bens” (SACHS, 2007, p. 251). O Estado possui, nesse sentido, um papel fundamental e carece, assim, de ser fortalecido e reconfigurado em seus aspectos cristalizados. Nesse sentido, a participação possui um papel determinante:

No plano retórico, a participação ocupa bastante espaço no discurso sobre desenvolvimento. A realidade manifesta é muitas vezes elaborada no escalão central. A reabilitação da abordagem inversa, que privilegia as iniciativas vindas da base, deve ser providenciada, especialmente no que diz respeito à identificação das necessidades reais da população e à hierarquização das urgências. Para tanto, deverá ser fortalecida a capacidade das populações para se responsabilizarem por boa parte das decisões que lhes dizem respeito. (SACHS, 2007, p. 272).

A fim de apresentar os desafios e possibilidades do desenvolvimento territorial sustentável, Little (2015) categoriza o conceito de território como possuidor de três principais denominações. A primeira, baseada em um conceito estratégico-militar, a denomina como área de um estado-nação que está restrita à soberania nacional. A segunda parte da biologia e é definida como resultado das ocupações realizadas pelo instinto animal. A terceira, antropológica, é entendida como resultado das expressões, ações, de grupos humanos em determinados contextos históricos, produtores de territorializações.

O autor define território como “o espaço geográfico de um grupo social que é construído ou institucionalmente, ou politicamente, sobre o qual exerce o controle e usufrui de seus recursos naturais” (LITTLE, 2015, p. 2). Tal conceito envolve os recursos naturais de um espaço de vivência e moradia de grupos e que por isso guarda memórias e ações produtivas próprias.

Nesse sentido, as várias formas de identificação do território referem-se ao sentimento de pertencimento dos grupos. A toponímia, denominação de espaços geográficos pela linguagem de um grupo, é uma das formas de realizar esse reconhecimento, o que faz menção a uma memória coletiva. Os lugares sagrados que oferecem uma orientação geográfica ou a identificação com um ecossistema são também formas de realizar esse reconhecimento, assim como as condutas de territorialidade (ações que demonstram se um indivíduo participa ou não do grupo), bem como seu modo de organização.

Little (2015) descreve alguns grupos territoriais brasileiros, como os povos indígenas, os agroextrativistas, as comunidades agropecuárias, os ecossistemas terrestres e os povos do mar e dos rios, que envolvem os caiçaras precedentes do litoral da Serra do Mar dos litorais paulista e paranaense.

Para o autor, ainda que se apresentem em grande número e com uma massiva construção territorial, esses grupos necessitam de reconhecimento oficial e em razão dela, acabam por apresentar conflitos fundiários (em razão das invasões de terra), sociais (como a discriminação), políticos (em razão do enfrentamento de poder), econômicos.

A Constituição de 1988 é, para Little, o instrumento mais importante de proteção dos direitos territoriais e que consegue abarcar o direito dos indígenas e parte dos quilombolas, sendo que os demais grupos ficam desprovidos de proteção territorial.

Entretanto, com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 2007, houve um avanço no reconhecimento e consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, o que foi construído através da iniciativa de grupos de base. Essa política apresenta um caráter de proteção à biodiversidade, não se referindo especificadamente à proteção de direitos territoriais, mas, sim, ao Desenvolvimento Sustentável.

Por volta de 1960, o movimento ambientalista internacional propõe a contestação da ideologia do mercado dominante, através da crítica às formas poluentes e predatórias desse modelo. Em 1972, o Clube de Roma divulga o colapso dessa política devido à extrapolação dos limites ambientais. No mesmo ano, a Primeira Conferência Mundial sobre meio ambiente gerou confronto entre os países industrializados e os ditos de terceiro mundo, que não aceitaram aderir ao controle dos recursos em detrimento ao autodesenvolvimento.

Em 1988, após as Nações Unidas criarem uma comissão que por anos estudou o impasse criado, a comissão Brundtland publicou o informe que promulgava que o uso dos recursos atualmente não poderia comprometer as gerações futuras, o que abria também a discussão sobre as formas de consumo.

Surgiram, então, conceitos como o princípio da precaução, que apontava para a necessidade de agir com cautela frente aos recursos naturais, e o princípio do pagador poluidor, que define que a entidade poluidora é responsável pela externalidade gerada.

O autor chama a atenção para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92), que reuniu o maior número de chefes de Estado e aprovou a agenda 21 com os 40 princípios para o desenvolvimento do século 21.

O autor destaca o fato de que o termo desenvolvimento sustentável passou por um esvaziamento devido à apropriação por grupos e organizações que utilizam o termo de forma política, porém sem um significado empírico. As metas de desenvolvimento sustentável a serem cumpridas até 2030 também possuem de certa forma esse aspecto, já que se referem a generalidades sem especificações na prática.

Por outro lado, há ainda práticas sustentáveis que normalmente ocorrem em pequena escala e que em geral utilizam modos extensivos de produção que possibilitam a regeneração. Além disso, por vezes se apresentam como revalorização das experiências tradicionais, como é o caso dos ribeirinhos e dos povos indígenas.

O autor sugere a reflexão sobre a sustentabilidade como metodologia de trabalho e como prática cotidiana. Para tanto, salienta a necessária observação das questões: biofísicas (possibilidade de sustentação do ecossistema e sua conservação); demográficas (capacidade de oferta de recursos em relação à população); institucionais (estrutura e organização financeira de manejo); políticas (modos institucionais de solução de conflitos); econômicas (referentes ao processo produtivo e à relação com o mercado) e técnicas (formas de incorporação de novos conhecimentos e técnicas).

Assim, Little (2015) propõe a reflexão sobre o etnodesenvolvimento como forma de implementar o desenvolvimento territorial sustentável, o que se caracteriza através de propostas endógenas, que ocorrem de baixo para cima por meio do

protagonismo dos grupos, através do uso do seu território e da governança local. Como conteúdo, a partir da segurança alimentar (atividades de subsistência e da produção voltada ao mercado) e territorial (práticas de vigilância e defesa do território).

A autonomia cultural é outro importante fator que se refere à tomada de decisão do grupo frente ao mercado, considerando suas potencialidades (como o valor econômico, étnico ou ambiental) e que não necessariamente o faz se submeter às regras do mercado. A interação com o Estado deve funcionar a partir do reconhecimento e defesa por este de suas práticas e direitos. Esse reconhecimento e essa autonomia necessitam estar também presentes nas relações com ambientalistas e o Ministério do Meio Ambiente, já que eles não podem impor aos grupos suas expectativas e entendimentos sobre como devem agir (de maneira conservacionista, por exemplo).

O autor diz ainda que quando se pretende a prática do desenvolvimento territorial sustentável, outro relevante fator a ser considerado é o dos conhecimentos tradicionais. Estes são caracterizados de forma integral, através de uma construção, de um controle social e por meio da transmissão oral de especialistas, além de necessitarem de reconhecimento através dos direitos aos bens imateriais.

No Brasil, ainda que tendo sido aprovada a Lei da Biodiversidade, em 2015, há muitos desafios a serem superados em direção ao desenvolvimento territorial sustentável. Essa lei, por exemplo, necessita regulamentar o acesso e uso do conhecimento dos povos tradicionais de modo a beneficiá-los.

Por outro lado, apresentam-se potencialidades como os Municípios Verdes, a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) ou, ainda, a elaboração dos Planos de Vida junto aos povos indígenas. A ampliação do diálogo entre os conhecimentos tradicionais e a ciência (como a agrobiodiversidade) é outra potencialidade a ser destacada. Assim, afirma o autor, muitos são os desafios, mas muitas também as potencialidades apresentadas.

4.2 REDES, PODER E TERRITÓRIO

O conceito de análise de redes proposto por Lemieux e Mathieu (2004) é adotado uma vez que considera as relações estabelecidas pelos atores e não seus atributos, ou seja, suas características físicas, seus papéis sociais. Assim, importa

mais a maneira como estão localizadas essas relações no espaço a que pertence o ator do que propriamente suas características: mais do que aquilo que sou, importa com quem me relaciono.

Nesse sentido, o lugar ocupado nessas relações e a intensidade delas é tão importante quanto as relações estabelecidas. O campo de estudo a que se refere essa abordagem é chamado análise estrutural das redes sociais. A construção da análise ocorre a partir de uma modelagem matemática produzida através do levantamento dos nós e arestas presentes em um fenômeno. Denominamos “nós” os atores ou instituições que participam do acontecimento a ser pesquisado. Já as “arestas” referem-se ao modo de relação existente entre os nós. Não se faz relevante as propriedades do nó, mas os dados que apresentam seus modos de relação. Como resultado, essa construção apresenta uma configuração espacial capaz de demonstrar de maneira tridimensional a rede de relações estabelecida entre os sujeitos investigados.

Com isso, a localização de um ator, de acordo com a finalidade da relação, assume um caráter determinante para sua situação social: um ator pode apresentar-se como central em uma rede de relações, gerando dependência aos demais atores, como também pode apresentar-se isolado de toda a rede, gerando, assim, impossibilidade de troca (ganho ou perda) e, portanto, ausência de transmissão com os demais. Da mesma forma, importa a densidade de tal relação, que pode apresentar-se de maneira fraca ou forte, bem como sua direção, que define aquele que mais se beneficia na relação (LEMIEUX E MATHIEU, 2004).

Essas relações ocorrem através de fluxos de acumulação que acontecem por meio das mais diversas justificações, mas que tem como origem o poder. Todavia, este não possui uma formatação que poderia ser adjetivada de forma global ou localizável. Ao contrário, o poder se encontra em constante transformação, já que se constrói a partir da relação e, como esta, está em constante mutação. O poder se exerce, se efetua, se pratica. Assim, não é simplesmente a ação do aparelho de Estado que o determina; o poder o ultrapassa à medida que se exerce em diferentes níveis e variados pontos da rede social. E acontece à medida que cria dispositivos de saber (FOUCAULT, 1984).

O saber é, assim, o componente inseparável do poder. Saber sobre o outro, sobre seu corpo, sobre sua verdade, sobre sua ação, sua sexualidade. Foucault (1984) aprofunda a discussão sobre o saber primeiramente por meio da construção

da arqueologia do saber, que procura responder como ele aparece e se transforma. A seguir, passa a investigar o porquê de tais saberes, construindo o que nomeia genealogia. Através do desenvolvimento do conhecimento dos espaços institucionais de controle – asilos, hospitais, prisões – ultrapassa o entendimento da forma como eles funcionam e criam o saber, para então se chegar ao questionamento do porquê de tais saberes. E é nesse trabalho que se desvenda o caráter microfísico do poder.

Como exemplo, a construção da loucura e da normalidade: a introdução da psiquiatria nos asilos, seguida de práticas de instrumentalização e controle sobre a loucura, estabelece os critérios do que é ou não é considerado normal. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se determina o que é anormal, constrói-se os parâmetros da normalidade, do que é passível ou não de participação na sociedade. Da mesma forma, as prisões servem como regulador social daqueles que se encontram fora delas.

Mas essa construção não ocorre necessariamente de maneira impositiva. Sua denominação, como microfísico, ocorre porque se situa nos discursos, gestos, na própria relação cotidiana entre pessoas ou mesmo instituições, ou mesmo em lugares que marcam comportamentos. E se organiza através da disciplinarização dos corpos, do tempo e da vigilância. E encontra o próprio sentido na medida em que prevê a manutenção da sociedade do capital.

Na ação de promover a perpetuação da produção do capital através do outro, exprime-se de maneira simbólica, na medida em que se utiliza a linguagem para promover a ação e se obtém pelo significado aquilo que seria obtido pela força, sempre de forma relacional. Esse fato se verifica, por exemplo, no uso de ferramentas discursivas na formação da violência.

Como se exerce por múltiplas relações de força, por meio da disputa, em que se ganha ou se perde, onde há poder há resistência, também em pontos móveis e transitórios da estrutura social. Da mesma forma que o poder se exerce de forma microfísica, também as micromanifestações de contrapoder, a luta por lugares de saber de si, inserem as possibilidades de encontros próximos dos desejos, comportamentos e discursos autênticos aos sujeitos.

O espaço pluridimensional em que tais processos acontecem é chamado território, sendo este determinado pela maneira como a ação e a estrutura de redes está configurada em uma fronteira. Essa delimitação é que configura sua forma, portanto, a resposta pelo modo como ela acontece é que a estabelece.

Raffestin (1993) discute a necessidade de superação da geografia política clássica centrada na ideia de poder associado unicamente ao Estado e da delimitação do espaço ligado à utilização do solo. Próximo à questão do poder proposta por Foucault, o autor sinaliza o espaço como construído através das múltiplas relações estabelecidas entre as populações por meio das estruturas e significações presentes em tais circulações, estas sempre baseadas no poder. Por isso, ultrapassa a noção de mapa e se constrói pelas práticas espaço-temporais dos atores sociais.

Para Mignolo (2005), o imaginário, atrelado ao simbólico e em seu sentido geopolítico, e as estruturas de poder emergente a partir da criação da ideia de hemisfério ocidental apresentam importantes pistas para o significado de território. É na constituição do circuito comercial Atlântico no século XVI que se funda e forma o sistema mundo colonial/moderno. Atrelada a ações econômicas e ao mesmo tempo que elas, a criação desse imaginário constitui territórios, já que funciona como engrenagem das diferenças coloniais e fundadoras de impressões profundamente transformadoras, como a noção de escravidão como sinônimo de negritude.

O sentido de diferença transformado em raça na América Latina nasce desse artifício, o eurocentrismo, e cria profundas dimensões, presentes e fortes até o momento em tais nações. O discurso colonial, de poder, aparece como invisível, mas estabelece diferenças fundantes da sociedade atual. As exterioridades resultantes criam fronteiras, formadas e a serviço do que foi acumulado em tais formações, sempre com a dupla conotação simbólica e material.

O termo territorial, segundo Saquet (2011), faz menção ao espaço pluridimensional em que ocorrem as relações de forças que determinam a ação e a estrutura dos relacionamentos (redes). A construção de um território acontece por territorialidades. Ele, sendo o conjunto de nós em fluxos de poder e acúmulo somado à natureza, à identidade e aos processos de territorialização, desterritorialização (descolamento de uma estrutura) e reterritorialização (recolocação), conforme discute Haesbaert (2007).

Nesse sentido, Haesbaert (2007) descreve: “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2007, p. 3). Desse modo, constroem-se territorialidades, que podem passar a ser múltiplas na medida em que, por exemplo,

encontram-se em diferentes direções e dimensões, pois que os sentimentos de identidade/pertencimento podem se encontrar sobrepostos e se apresentarem territórios plurais a um mesmo indivíduo, tanto de forma quantitativa como qualitativa.

Diante das condições atuais, resultantes dos processos econômico sociais anteriormente apresentados, considerando a noção de território como resultado das relações de poder em determinado tempo e espaço, cabe discutirmos o postulado de Guattari (1990).

O autor propõe que somente a partir da articulação entre os três registros ecológicos – o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana – é que se faz possível responder às problemáticas relativas às questões ambientais e sociais decorrentes do modelo hegemônico, ou seja, do capitalismo mundial integrado. Diante dos dispositivos do biopoder, que como dito se apresentam nos meandros dos modos de relações humanas e ambientais, sugere que somente a partir de uma postura ética-estética-política é que se faz possível desvendar como se constroem modos de ser correspondentes às máquinas produtivistas, aos modelos midiáticos e demais ferramentas capilarizadas de controle. Sua preocupação está na maneira como será direcionado o conhecimento científico, o uso da tecnologia e demais dispositivos contemporâneos: que modos de vida essa apropriação irá gerar.

Para além da subjetividade fechada em si mesma, reconhecendo e superando os universos míticos e fantasmáticos da psicanálise, apresenta-a como resultado das múltiplas territorialidades que atravessam o indivíduo, sendo este considerado ponto final dos processos ambientais, sociais e humanos, o que prefere denominar componentes de subjetivação.

Ao discutir a configuração dos territórios existenciais, o autor aponta no sentido da força criativa, do desejo, em detrimento da falta. A partir da constatação de que as criações humanas possuem uma história, conforme apontou o materialismo histórico e dialético, as formas constitutivas de tais componentes encontram-se distribuídas nas diversas esferas e propõem modos de ser condizentes com seu sentido-origem. A arquitetura inventiva ou a reprodução de ambientes sociais (reprodutores de um universo de controle) é um exemplo de tal questão.

Suplantando territórios singulares, coletivos, inventivos, o poder capitalista (como modo de ser) se desterritorializou, deslocando-se de forma a atingir e se infiltrar no mais inconsciente estrato subjetivo. Utilizando-se de ritornelos existenciais, composições repetitivas que dão o tom da normalidade, que afirmam o que é o correto, que definem comportamentos e pensamentos, é que ele passa a se instituir como eterno e fixo.

Como isso, não é apenas no plano das organizações sindicais, de qualquer ação claramente organizada de forma contestatória, ou através de leis e decretos que se processa o embate. O reconhecimento desse processo, os entendimentos e consequentes modos de ser capazes de transformarem os modos de produção e vida instituídos se dão não apenas no plano macro, mas no seio das relações amorosas, familiares, urbanas, de trabalho, criação e ética pessoal, no plano da ecologia mental, para que aos poucos e de maneira firme e quase discreta passem a estabelecer resistência. Não se apresenta, assim, de maneira global, mas por meio de deslocamentos do atual sistema de valores em direção a novos polos de valorização.

Diante disso, o autor propõe: “essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo” (GUATTARI, 1990, p. 3). E complementa:

Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte, etc. – trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. (GUATTARI, 1990, p. 15).

Assim, observa-se que os entendimentos e os processos subjetivos se constroem por meio de dispositivos de controle, ao mesmo tempo em que nesse mesmo lugar encontram-se as raízes da reinvenção.

4.3 ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO LITORAL PARANAENSE

Estandes (2003), ao tratar da riqueza natural e pobreza social do litoral do Paraná, aponta para o fato de que as literaturas em relação a ele descrevem que o litoral apresenta grandes variedades, sejam elas em relação ao ecossistema, às atividades econômicas ou à cultura das populações.

Ainda que abarcando tais características, o local se apresenta como uma das mais pobres regiões do estado, sendo esse fato agravado pela grande número de pessoas que o procuram em busca da melhora da qualidade de vida, aumentando o índice populacional sem a adequada oferta de trabalho e serviços.

Nesse sentido, tomar a ideia de um desenvolvimento sustentável, conforme exposto, apresenta-se como grande desafio. Para tanto, Estandes propõe o levantamento das condições socioeconômicas da região, de modo a gerar a compreensão da ocupação do solo e do uso dos recursos.

Os municípios do litoral formam a microrregião de Paranaguá, inserida na mesorregião metropolitana de Curitiba. Diante das características econômicas apresentadas pelos sete municípios do litoral, Estandes propõe a distinção dos grupos portuários (Paranaguá e Antonina), rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praianos turísticos (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná).

O autor aponta que tais municípios representam apenas 3% da superfície do estado do Paraná. Relembrando a questão histórica, descreve o fato de que até meados do século XVII essa área pertencia ao estado de São Paulo, tendo sido desmembrada, em 1648, em uma unidade administrativa sob o nome de Paranaguá.

Em relação à localização espacial da região, Estandes (2003) acrescenta o fato de que a proximidade e as possibilidades de acessibilidade, por meio de vias adequadas de transporte, apresentam-se como elementos dinamizadores ou inibidores das diversas atividades e uso do espaço.

Ao tomar as características dos municípios praianos, o autor aponta que eles guardam a quarta parte da superfície da região, totalizando 28% da população. Porém, possuem o fenômeno turístico como fator de influência no número populacional, em especial no verão, nas festas de final de ano e carnaval. Assim, durante a temporada, a população estimada é de 1,5 milhão de pessoas, o que gera consequências ambientais e sociais.

Nos últimos trinta anos, a população do litoral foi duplicada. A região de Pontal do Paraná contava com 5.577 habitantes em 1991, sendo multiplicada em duas vezes e meia até o ano 2000, passando a 14.323 habitantes.

O crescimento populacional em cidades praianas vem sendo interpretado como resultado da procura por uma melhor qualidade de vida. No Paraná, o esvaziamento rural e de pequenos centros urbanos, que oferecem menores oportunidades, vem resultando em destinos como o litoral. O fluxo de pessoas pobres em idade produtiva saídas do interior do estado em busca de trabalho (relativos ao turismo) e moradia é um relevante fator desse fenômeno.

No que concerne às origens econômicas, o autor sublinha que no século XVIII desenvolveu-se a produção de arroz por meio da mão de obra escrava, tendo entrado em crise com a abolição da escravatura no final do século XIX. A partir da demanda externa da banana, um ciclo próspero acabou por gerar fluxos migratórios e processos de colonização que duplicaram a população entre 1890 e 1910. Tal expansão levou à intensificação do solo, gerando perda da fertilidade, produtividade e renda, somada à concorrência paulista, gerando uma crise na década de 1930.

Com isso, a produção de mandioca e farinha e a extração e comercialização do palmito apresentaram-se como alternativas. Porém, a crise estabelecida não pôde ser ao todo superada, gerando um fluxo migratório à cidade de Paranaguá, com seu porto em expansão.

Devido às políticas de incentivo às atividades agroflorestais, teve início a constituição de latifúndios de exploração de madeira e palmito, bem como para o cultivo do café e para a criação do gado, tendo sido melhorado o acesso à região por meio de estradas e rodovias. Até os anos 1980, esse fenômeno gerou a expulsão de agricultores e o desmatamento de áreas florestais. Em razão disso, nos anos 1980, o governo implantou uma política de proteção por meio da criação de unidades de conservação.

No que se refere às características parnanguaras, o autor aponta o fato de o porto localizado nesse município ser o maior do sul brasileiro e o primeiro da América do Sul em exportação de grãos, sendo que a cidade portuária concentra a maioria da população e atividades econômicas, tendo destaque a indústria de derivados de soja, além de um porto que mantém alto grau de exportação (70%) em relação à importação, estando fortemente ligado à economia do estado.

Apesar disso, destaca que o porto oferece cada vez menos empregos e a influência econômica imediata é cada vez menor. Tal fato é verificado mundialmente a partir das inovações tecnológicas e das especializações das atividades, assim como os novos métodos de transporte de mercadorias, que requerem cada vez menos mão de obra. Além disto, as mudanças no sistema de transporte e a introdução da informática fazem com que atividades realizadas na área portuária passem a ser realizadas em outros locais.

Há, assim, o chamado “divórcio” entre a cidade portuária e o porto. Em Paranaguá, isso resulta em consequências na qualidade de vida da população, por meio do desemprego, pobreza, informalidade, doenças por ausência de alimentos ou condições de higiene, prostituição, delinquência e ocupação de espaços públicos ou preservados, conforme apontaram Godoy, Gerhardt e Nazareno (2000 apud ESTANDES, 2003).

No caso dos municípios praianos, Estandes (2003) aponta que Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná não se diferenciaram das atividades agrárias da região. Nos anos 50 do século XX, mais intensamente nos anos 60 e 70, estabeleceu-se os balneários ao longo da orla, sendo a estrutura viária fundamental a tal acesso. Primeiramente foram ocupados os balneários do sul, ficando Pontal do Paraná ainda em situação de avanço para tal fim.

Em relação à questão econômica de tais municípios, os setores de maior movimento capital são o imobiliário e a construção civil, em geral em relação à especulação das classes média e alta. Com isso, a crítica a essa questão está relacionada à “desordem urbana” decorrente da especulação e ausência de capacidade financeira da administração pública capaz de constituir uma infraestrutura complementar.

Outro importante fator é o comércio, destinado ao abastecimento da indústria de construção e ao consumo turístico, sendo que este sofre grande influência da sazonalidade, o que nem sempre é suficiente para os gastos anuais, conspirando, assim, contra a estabilidade e melhoria dos investimentos, além de afetar o preço dos serviços. Por fim, o setor público apresenta-se como grande empregador e importante estabilizador da qualidade de vida da população permanente.

Analisando o peso do litoral em relação à economia estadual, o autor expõe que a participação medida pelo PIB (Produto Interno Bruto) é inexpressiva ou está em declínio.

No que se refere aos problemas ambientais da região, Estandes destaca os problemas socioeconômicos baseados nos erros ou ausências de políticas públicas, em detrimento ao crescimento demográfico ou dos movimentos migratórios.

Assim, conforme setores censitários, as taxas de crescimento encontram-se em sua maioria em setores menos valorizados ou próximos às ocupações informais, especialmente nas áreas opostas à praia. O maior número de imigrantes está localizado nas áreas de maior taxa de crescimento e menor renda. Em Pontal, as áreas de ocupação recente apresentam essa característica somada ao elevado número de chefes de família com baixa escolaridade, como é o caso das ocupações no entorno do lixão.

Com isso, segundo Estandes (2003), verifica-se que as atividades ligadas ao porto e ao turismo não resultam em benefícios para a população praiana, que acaba por viver da expectativa do que vem de fora. Ainda que diante de situações frustrantes, é persistente o fluxo da população migrante. Os espaços ocupados por essa população são em geral juridicamente irregulares e localizados em áreas ambientalmente frágeis. São, assim, necessárias ações e políticas em direção à erradicação da pobreza.

Diante das considerações apresentadas, a Figura 8 ilustra o resultado obtido por meio da categoria argumentos e contra-argumentos.

relacionada com atendimento, estrutura, saúde, educação, segurança e lixo. Relacionada à forma de acesso aos serviços, encontra-se a ligação imposto, arrecadação e investimento. A questão do desejo e da autonomia são também aspectos presente nessa categoria. A distância aparece como outro fator importante, que é refletido não só como espaço físico, mas em relação à proximidade, ou não, dos governantes.

A ausência de estrutura, dos serviços em educação, saúde, segurança e sanitários, bem como a distância da sede administrativa, apresenta-se como argumento gerador do processo. Tal fato vai ao encontro do que apontou o estudo acerca das razões que levavam às emancipações, em que o grande índice se referia aos 54,2% dos municípios que justificavam o descaso por parte da administração de origem, conforme apontou Bremaeker (1992). Ao mesmo tempo, é refletido o fato de que os pagamentos de impostos não se davam de maneira contundente. O mesmo autor remete as consequências das emancipações como possibilidade de aumento dos recursos para a comunidade, a fim de prover melhorias em serviços como a educação e a saúde:

Mas eles, né? Não davam muita atenção. Era problema de educação, segurança não tinha [...] Então tivemos problemas sérios aí com política, com a segurança, né? Com a educação, com saúde, com estrutura. [...] Porque Paranaguá abandonou isso aqui. Tinha loteamento, tinha tudo, mas ninguém pagava imposto, não pagava nada. [...] pra eles era mais confortável atende Paranaguá, que era o porto, que tinha 30, 40 mil habitantes na época, né? E aqui na praia tinha 4 mil pessoas, né? [...]. Eles investiam em Paranaguá. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

A falta de estrutura... Nada, nada nós não tínhamos postos de saúde, nós não tínhamos nada [...] então tudo dependia de Paranaguá, não tinha nem ambulância. [...] nós tínhamos uma subprefeitura aqui, mas pra você imaginar nós não tínhamos nem coleta de lixo. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Na verdade, pela distância, pela necessidade de independência, uma administração mais próxima da população [...] era um fator que realmente pesava a favor de Pontal do Sul [...]. Portanto, era legítima a vontade da população local de querer a emancipação acreditando que isso ia trazer um novo ciclo de desenvolvimento pra região, para as praias [...]. É um processo natural, né? As comunidades vão se organizando, sentindo desejo de ter autonomia e buscam a sua emancipação. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Paranaguá não dava a mínima atenção; as praias eram abandonadas, as ruas ruins, os acessos eram terríveis, não tinha posto de saúde, não tinha creche, escola era uma ou outra por lá e tal. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Esses colégios aí, quando por Paranaguá, sabe? Aqui num tinha colégio nenhum, não tinha [...]. Às vezes o daqui não liga nem da gente daqui, imagino cara lá de fora. Porque aí você tem o direito, você tá toda hora de cara a cara com cidadão. Agora, se eu vou lá em Paranaguá falar com prefeito, tinha dia que você ia lá e não falava, né? Não falava. Amanhã você ia? Não ia. Então isso demora, a democracia muito difícil. Agora, aqui não. Você vai na prefeitura hoje, encontra ele na rua. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

A ausência de representatividade no lugar apresenta-se como um dos fatores ligado ao processo. Magalhães (2009) aponta também a ausência de representatividade da população local e, assim, a busca pela aproximação de seus representantes como dispositivo intensamente ligado aos processos emancipatórios. Os atores colaboradores da pesquisa se referem ao fato de que a região não conseguia eleger vereadores e que devido a isso, a necessidade de representatividade tornava-se maior:

Foi tentado por duas vezes a gente tentar eleger um vereador aqui, mas nunca conseguimos. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Ao mesmo tempo, é apontada a influência da chegada das empresas na região como um fator estimulante para o processo:

Com certeza, a vinda das empresas também motivou a gente entrar nesse trabalho, esse trabalho de emancipação. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Os atores apontam como a criação do município gerou possibilidades de acesso aos serviços públicos. As afirmativas fazem menção ao que propôs Tomio (2002), sobre os interesses das lideranças locais no processo, que em geral referiam-se à ampliação no atendimento:

Hoje a gente tem um município, uma receita boa aí, né? Tem escola, tem tudo. Nós não tinha escola, não tinha nada. A gente não tinha posto de saúde. Complicado. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Você for pensar, 20 anos é muito pouco numa história de um município. Mas acho que a gente já construiu bastante coisa, de infraestrutura, principalmente. Hoje a nossa estrutura na educação, na saúde, já tem sistema viário também, já melhorou bastante. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Essa expansão mesmo só se deu depois que nós se emancipamos, depois que nós fizemos donos de nós mesmos. Eu posso me voltar na linha do tempo e pensar, assim, se hoje nós tivéssemos que depender de Paranaguá o quanto seria ruim pra nós. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

As coisas da prefeitura que o município tinha, aqui não tinha documento. A emancipação foi um troço que serviu para melhorar a luz, a água, sabe? As ruas que você não tinha hospital, escola, hoje nós temos bastante colégio. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

É apontado o fato de que haviam moradores locais que argumentavam que a emancipação serviria como impulso para alguns futuros políticos:

Ele (ator local) sempre dizia para nós: “Vocês ainda vão se arrepender emancipar isso aqui, vocês vão ver no que vai virar isso. Que isso aqui ia virar uma meia dúzia de gente pra cuidar e ia ficar meia dúzia de família aqui, e que as pessoas que iam administrar a cidade iam mais ganhar do que cuidar da cidade, ele sempre dizia isso. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O mesmo ator afirma que a limpeza dos canais era melhor administrada durante a administração parnanguara:

Que na realidade enquanto foram prefeitos em Paranaguá os canais nosso eram limpos. Hoje não é limpos os canais nosso... É uma maravilha para você ir pescar, era uma maravilha. Hoje já não é mais; é um matagal. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Os contra-argumentos, apresentados por Paranaguá, estariam baseados em aspectos simbólicos, ou seja, ao fato de não perder parte de seu território:

A questão de Paranaguá era uma questão mais simbólica, não perder uma parte de seu território, embora a gente tivesse investido lá, fizemos escola, postos de saúde, dado o atendimento que era necessário e possível pela prefeitura, coleta de lixo, tudo isso [...]. Mas eu insisto em dizer o seguinte, que na verdade, pra nós, era uma questão mais de orgulho, de não perder parte de seu território, do que uma questão administrativa. [...] E tem essa questão desse envolvimento emocional, de você ter um município que tem praias. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Os contra-argumentos do grupo acerca de Paranaguá se referem ao fato de que os serviços eram oferecidos, bem como da dificuldade de manutenção do novo município:

[...] Mas ao mesmo tempo a gente sabia que as dificuldades econômicas, a sustentação financeira do município era uma questão muito difícil, como

ficou provado. Aliás, até hoje Pontal se bate com a dificuldade financeira do município, continua dependendo [...]. Na verdade, Paranaguá gastava com as praias muito mais do que arrecadava, essa que é a verdade. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O mesmo ator discute o custo acarretado pela criação de um novo município e de que sendo administrado pelo município de origem, não haveria gastos com a máquina administrativa, o que passa a ocorrer a partir dessa nova criação. Magalhães (apud CITADINI, 2009) apontou como a partir da Constituição os municípios passaram a depender das esferas estaduais e federais, sendo os problemas nestas o fator de desequilíbrio no orçamento municipal. O mesmo ocorre em relação às dificuldades na cobrança de impostos devidos, como o IPTU e o ISSQN:

Mas do ponto de vista administrativo, a gente viu que houve muita pouca mudança, que cada município desse criado sem uma arrecadação própria e uma estrutura de poder que tem que ser mantida uma câmara, prefeitura. São cargos, são empregos e efetivamente o dinheiro que era investido lá [...] quando Pontal fazia parte do município de Paranaguá, era um dinheiro que entrava só investimento lá, sem esse custo da máquina administrativa que hoje. [...] Pontal praticamente só representava custo, porque o que se arrecadava lá, porque primeiro é uma sonegação enorme na questão do IPTU, do descontrole, culpa da prefeitura também daqui, mas era assim. Você não tinha uma fiscalização, um olhar mais constante, um acompanhamento do que estava acontecendo lá. Mas, basicamente, o que a gente investia lá era mais do que arrecadava, com certeza. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O ator complementa sobre os ajustes e investimentos necessários para que houvesse a manutenção da estrutura inicial, através da possível construção de uma estrada, bem como da eficaz oferta dos serviços. Conforme discutido, Magalhães (2009) aponta a necessidade de melhoria nos atendimentos a fim de diminuir as emancipações:

A gente tinha uma pretensão de fazer uma estrada mais próxima aqui de Paranaguá, que unisse o centro mais ou menos na altura de Ipanema. Trazer uma avenida, uma pista que viesse até Paranaguá para aproximar mais esses dois agrupamentos humanos [...]. Recuperar isso construindo várias escolas, que eram pleito do pessoal de lá, postos de saúde [...] a coleta de lixo, inclusive visando evitar esse desgaste, esse inconformismo da população com a falta de atendimento da prefeitura [...]. Se fizesse uma consulta em Paranaguá, a grande maioria não gostaria que se perdesse as praias, mas é nesse contexto que muita coisa teria que ser feita realmente. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Utilizando a mesma proposição, ou seja, de que as arrecadações se voltavam a Paranaguá e não a Pontal do Paraná, o Ator 5 faz uso do mesmo argumento. Nesse sentido, interessa retomarmos o apontamento de Magalhães (2009) sobre a consideração de que o direcionamento às pequenas e pouco exploradas regiões é capaz de gerar o desenvolvimento das potencialidades locais e evitar o êxodo às cidades maiores, sendo que estas deixam de ter gastos decorrentes do processo emigratório:

Paranaguá mais se aproveitava do IPTU que recebia daquela região do que o que ele dava em troca, isso para as praias [...]. Foi a redenção naquela região porque Paranaguá não tinha o mínimo interesse. Hoje Paranaguá está livre daquilo, maquinário que ia pra lá hoje fica todo em Paranaguá [...], arrecadavam IPTU que não sabiam pra onde era investido. [...] Hoje Paranaguá cuida de Paranaguá, Pontal do Paraná cuida de Pontal do Paraná e pronto acabou. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Entretanto, o mesmo ator aponta a possibilidade de junção dos municípios, como o de Pontal do Paraná e Matinhos, em razão do gasto administrativo. Magalhães (2009) apontou como a fusão com outros municípios pode vir a aprimorar a estrutura político-administrativa nos casos em que a autonomia se torna inviável:

Todos deveriam ser uma coisa só; isso enxugaria bastante, sabe? Porque a despesa é muito grande, a máquina administrativa é muito pesada, muito pesada, às vezes não compensa. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Little (2015), em sua conceituação sobre território em seu sentido antropológico, reflete como o processo de emancipação é fenômeno diretamente relacionado ao conceito, já que este é o resultado das expressões e ações de grupos em contexto histórico específico. Essa afirmação faz mais sentido ainda a partir da especificação de que o conceito se refere a um espaço construído política ou institucionalmente através do controle de recursos.

A partir dos apontamentos de Foucault (1984), o poder, parte inerente desse controle, atua em diversas esferas e pode se materializar ora através do discurso para melhoria na qualidade de vida, ora como justificativa que reforça a ideia de que os municípios menores apresentam inviabilidade econômica e administrativa. Sua denominação como microfísico é significada justamente porque sua via de ação encontra-se nos gestos, discursos, nos mínimos modos de relação.

Nesse sentido é que o discurso pela melhoria da qualidade pode ser significado como contra-poder na medida em que, por exemplo, possibilita acesso à educação a uma população excluída ao mesmo tempo que, pelo contrário, pode servir como argumento raiz para o início de uma posterior cena política que institucionaliza uma elite política local, que conforme aprofundaremos posteriormente, encontra-se engendrada por aparatos institucionais que partem de outras esferas (ou, conforme vimos, partem de um contexto constitucional).

Da mesma forma, o argumento sobre a inviabilidade das emancipações de pequenos municípios pode apresentar-se como argumento que ganha significado a partir da consideração de que o dinheiro público não está sendo bem utilizado e, portanto, sendo direcionado para uma população que está se apropriando de maneira indigna de um bem comum para seu próprio benefício. De modo geral, importa destacarmos que o processo de emancipação ilustra uma relação de disputa territorial, que ocorreu, conforme vimos, por meio de diversos acontecimentos que, engendrados, geraram o resultado que se sucedeu. Tais acontecimentos se deram no plano macro, no viés econômico, por meio da possibilidade de acesso a recursos providos pelo contexto constitucional, pela interferência política, por meio da interferência do legislativo no processo; e no plano micro, através das relações que, por meio de proximidades interpessoais (e, portanto, reflexo do significado de redes), possibilitaram o surgimento de lideranças e/ou atores políticos.

A partir das considerações de Guattari (1990) e da maneira como o biopoder se capilariza em dispositivos de controle, podemos considerar que o outro extremo do poder hegemônico, a busca por territórios singulares, coletivos e inventivos, somente pode ser conseguido através da atenta, constante e minuciosa observação de tais dispositivos.

O processo histórico no qual se deu a constituição das estruturas econômico sociais dos países centrais e periféricos, conforme apontado por Veloso (2013), demonstra a construção do poder hegemônico em nível macro.

Observa-se tal questão a fim de elucidar que tais conceitos abrangem pensamentos, práticas e modos de relação tanto em nível macro como em nível micro, já que a partir de modificações referentes aos acordos internacionais (em relação às externalidades, por exemplo), ou em nível micro por meio da redefinição de estilos de vida. Isso a fim de elucidar que se trata de entes prejudicados pela

ação do poder hegemônico, do biopoder, sejam populações desprovidas de direitos e/ou acesso ao capital financeiro ou o próprio meio ambiente.

Nesse sentido, o processo de emancipação, como ação que possui grande viés de acesso a direitos a populações desprovidas, guarda também atravessamentos (que como tal se dão em vários níveis) com diferentes conteúdos e direções.

Em relação ao primeiro aspecto, convém o retorno ao postulado de Sen (2000). O autor descreve o desenvolvimento como vinculado à ampliação das capacidades de exercício da liberdade. Por tal via, dependente do acesso a serviços essenciais, sociais (como a saúde e a educação) e ao exercício da cidadania, como a participação. A prerrogativa para o exercício da liberdade é a eliminação de suas fontes de privação. Nisso, participam a negligência na oferta de serviços públicos, e, assim, a indissociável necessidade de políticas públicas, já que elas estão presentes nas indicadas liberdades instrumentais, como a segurança protetora (que pode ser revertida na implantação de políticas sociais e de saúde), assim como as oportunidades sociais (também vinculadas às políticas de saúde, somadas à política de educação).

As políticas públicas exercem papel fundamental na provisão de garantia de direitos, ao mesmo tempo em que trata das desigualdades promovidas pelo modelo hegemônico. Tal consideração vai ao encontro das proposições de Max-Neef (2003) a respeito das satisfações das necessidades humanas básicas como pressuposto do aumento da qualidade de vida e, assim, possibilidade de alcance do desenvolvimento.

A aproximação dos gestores e representantes pode ainda ser revertida por meio das liberdades políticas. Ainda que sendo necessários complementos no exercício da participação, como um possível aprofundamento na análise dos princípios dos governos e de um maior hábito no exercício da fiscalização, de abertura ao diálogo político, conforme o mesmo autor, a aproximação da população dos representantes é associada à ampliação do exercício da democracia. Nesse sentido, também condizente com as necessidades básicas propostas por Max-Neef (2003), subsistência, proteção, participação.

Observa-se a Figura 9 relativa à categoria justificativas.

como da relação com resistência. Ainda, a relação entre a palavra doação e governador. Lugar, terra e decreto encontram-se correlacionados, assim como luta, Barrancos e história. Pertencer encontra-se também relacionado fortemente a terra, bem como possui relação com decreto. Luta e justiça também se encontram correlacionadas. Barrancos, comunidade tradicional de pescador, encontra-se ligada à família e pescador a Pontal.

De fato, a relação desses termos reflete um importante conflito que participa da fundação do município e que reverbera até os dias atuais, sendo tais pontos trazidos especialmente a partir dos Colaboradores 6 e 7.

No ano de 1964, segundo seus relatos, o então governador Moysés Wille Lupion de Tróia assinou um decreto que gerava a doação de terras a um empresário (imobiliário), que se estendiam do balneário Shangri-lá a Pontal do Sul. Além disso, o documento foi também assinado pelos vereadores e o então prefeito de Paranaguá, João Eugênio Cominese. No local residiam famílias que formavam comunidades de pescadores, antigos moradores do território.

Os atores descrevem que devido às dificuldades de acesso aos meios de comunicação, o conhecimento sobre o documento só ocorreu a partir do momento em que suas residências e a região onde viviam passaram a ser loteados e quando os moradores foram forçados a sair do local. O documento possuía uma cláusula que definia que caso existissem moradores na região, os verdadeiros donos das terras deveriam ser respeitados, o que, segundo os atores, indicava que havia o conhecimento sobre a existência de moradores no local:

Em 1964, o governador do estado, ele lançou um decreto falando que todas as terras de Shangri-lá até Pontal do Sul ia pertencer a essa imobiliária. Então isso foi... Lá ia pertencer a ele desde que não tivesse um manifesto de pessoas que estivessem ali em cima daquela área. Então esse decreto ia passar a valer depois de 60 dias se não houvesse o manifesto de ninguém, que pra eles se não houvesse o manifesto de ninguém é porque não existia ninguém. Mas mesmo nesse decreto tem uma cláusula que diz que ele sendo dono dessas terras tinha que respeitar os verdadeiros posseiros. No caso, esses nativos que estavam em cima que e o que ele não respeita até o dia de hoje. [...] E assim, só que naquela época, quando esse indivíduo lançou esse decreto, nunca que aqui ia chegar essa informação, nunca que aqui, porque aqui não circulava jornal aqui, não tinha acesso a rádio, acesso à televisão, não tinha estrada, não tinha nada... Pra eles irem em Paranaguá era de canoa ou a pé, entendeu? Pra ir em Curitiba eles tinham que ir até Paranaguá, pra de Paranaguá pegar alguma coisa pra daí ir até Curitiba... Então nunca que eles iam. Então foi lançado esse decreto; só o povo daqui só foi saber disso quando começaram a lotear os lugares, lotear as terras e querer expulsar e querer tirar os nativos daqui,

expulsar nativo dali. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Olha, essa terra foi a empresa [...] foi dada por Moisés Lupion, governador do estado do Paraná, isso. Ele doou do rio do Olho_d'Água; o rio do Olho_d'Água fica bem pertinho de Ipanema, à barra do Maciel. [...] Então ele doou... O governo do estado... Ele não podia doar porque tinha gente até o Maciel. E isso que hoje a gente discute na lei, sabe? Como é que ele, é só governador, só governador, mas tem que reconhecer que nós já morava aqui. Então do Olho_d'Água até Maciel, sabe? Essas vila que tá aí foi eles que venderam, venderam tudo. Ali tinha pescador. Perderam tudo, sabe? Foram tomando, botavam capanga e foram derrubando tudo. O pescador ia fazer o que, né? Ia em Paranaguá, Paranaguá o próprio vereador assinaram isso aí; prefeito assinou, João Eugênio Cominese, e vereador assinaram tudo. Você vai fazer o que, né? Doou uma área que não era deles. Único que a gente conseguiu discutir muito foi por causa que ainda tinha um dizerzinho naquele problema que o governador colocou, respeitando algum proprietário, sabe? Ele sabia que tinha gente, ele sabia. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Os colaboradores refletem que diante da situação, somente a comunidade Barrancos, em razão de guardar grande união por ser constituída por uma mesma família, conseguiu lutar e se manter em seu lugar. Apenas processo judicial recentemente resultou no reconhecimento do direito dos moradores. As demais comunidades, conforme os mesmos atores, acabaram impelidos a se retirarem do local e se espalharam pelo município, buscando novos modos de sobrevivência:

Barrancos foi uma comunidade que desde quando descobriu isso começou a lutar em defesa do seu povo. Já começou a brigar quando eles descobriram isso e quando quiseram a vim a tirar eles ali daquela comunidade, eles já começaram a lutar, a procurar seus direitos, entrar na justiça isso e aquilo e tal. Agora, tem pouco tempo, Barrancos conseguiram de fato, assim, documento mesmo de uso capião, sendo que eles eram os moradores dali. Mas tiveram que provar na justiça por a mais b tal; não tem 15, 20 anos que eles conseguiram documento, entendeu? [...]. Eles resistiram, lutaram, lutaram, lutaram. [...] De Shangri-lá até Pontal do Sul, mas a única família que lutou, resistiu e permanece até hoje é só Barrancos. As outras famílias tudo se espalhou, tudo, assim, se espalhou. Tinham de fato e de direito, mas não lutaram, não conseguiram permanecer. Esse indivíduo, esse homem, é dono de Shangri-lá, pra cá tudo, sem ter nunca comprado, sem nunca ter pago, tendo passado por cima de muita gente, tendo tirado muitas pessoas, muitos pescadores de seu lugar, né? (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Os atores relatam a maneira como se deu a ação dos funcionários representantes do donatário, o modo como era realizada a oferta de troca pelos terrenos, a injustiça em curso. Já os moradores residiam no local a dezenas de anos:

Eu lembro, assim, muito, muito jovem, assim, aquela aflição [...]. Esses capanga desse cara sempre circulou no meio das comunidades armado, assim, tudo. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Mas você vai se defender do quê? Muita área. Aí começou o massacre. Aí a turma, eles chegavam aqui, sabe? “A, ó, eu te dou um terreno documentado”. Ora, mas ele não tinha terreno; o terreno era do cara que está morando aqui. Você morou trinta, quarenta, cinquenta anos, era tudo cem anos aqui, agora eu tenho, te dou um lote do que é teu. E nós aceitava por causa do medo; não tinha dinheiro para advogado. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

O ator 7 relembra o dia em que a casa de seu pai foi, de repente, medida:

Eu me lembro, sabe? Quando foi medir a casinha do falecido papai, que morava ali, uma casinha daquelas telha antiga, sabe? Aquelas telhas antigas de barro, sabe? De madeira, tudo esvalatada, sabe? Era até um verão, sabe? Ele tava deitado assim, sabe? Na porta, assim, até tava deitado num banquinho assim; eu me lembro disso, daquelas de madeira. Aí, daqui a pouco, aquela “pererequinha” na parede, sabe? “Preque”, “preque”. Ele acordou-se: “tão medindo a casa dele, tão medindo a casa dele!”. Aí ele perguntou: Por que vocês estão medindo? “- Não para dar um terreno para o senhor, dá um terreno”. Aí ele disse: “- Não. Esse terreno, não. Esse terreno, de quem é?” “- Não, isso tudo é da empresa”. “- Que empresa? Aqui, eu nasci aqui, o meu pai, os meus avós nasceram aqui”. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Na sequência de sua fala também relata o fato de que a comunidade de Barrancos foi a única que conseguiu barrar o processo em curso, enfatizando a revolta em relação à doação realizada em contrapartida ao direito adquirido pelo tempo no lugar. O ator relembra as demais comunidades que haviam no balneário Olho d'Água e Shangri-lá:

Aí que ele correu, sabe? Deu aquela papelada toda que aqui ainda era Barra do Sul ainda, sabe? Mas aí já não era mais Barra do Sul, sabe? Já não era mais. Aí foi essa briga, foi essa briga [...] sabe a pessoa roubada fica, fica, sabe? Mas achava muito estupidez morar cem anos no lugar que não tinha a área de ninguém, aí o governador doar para um parente dele lá, né? Vim tomar. [...] Mas graças a Deus a gente foi pro pau com isso aí, a gente foi pro pau. O cara vim que é dono e nunca veio aqui, né? Então essas terras foi dada pra esse cara, hoje tomaram tudo, venderam tudo por aí, né? E o pescador perderam quase tudo [...]. Pode ver que a única comunidade foi essa aqui. Pescador, comunidade que é tudo daqui, é isso aqui (Barrancos). Porque a gente soube bater o pé e a turma soube também ajudar a gente, né? Porque senão nós estávamos um aqui, outro lá, outro lá sabe e acabar em nada. [...] No Olho d'Água tinha uma comunidade grande, uma comunidade grande também, sabe? Acabou tudo. Ali onde tá o Shangri-lá era uma comunidade também. Acabaram tudo; ficou aquele terreno lá, que um loteia e vende. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Os fatos apresentados podem ser verificados por meio dos documentos relativos à comissão parlamentar de inquérito da ocupação fundiária de Pontal do Paraná, conforme verificado na Assembleia Legislativa do estado do Paraná. O mapa que demonstra a situação dominial da região encontra-se no Anexo I.

O ator enfatiza as consequências da desapropriação realizada, ou seja, a imposição capaz de interferir e modificar práticas tradicionais e o desagrupamento de um coletivo:

Aí o pescador ficaram morando lá, um outro lá e fizeram um mercadinho na praia se defende ali. Tão tudo por aí espalhado. Aí andaram comprando um terreno... Tão vivendo por aí, sabe? Porque eles perderam tudo. A terra, que é o único que vale hoje, é a terra, né? E eles perderam tudo. E enriqueceram um cara que nem é daqui, sabe? [...]. Se a gente não briga naquele tempo não tava essa comunidade aí; podia ter uma casa aqui, outra lá. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

O antigo morador da região relata também o que está ocorrendo com a comunidade da Ilha do Maciel, que guarda características tradicionais e ainda se mantém no local, mas que está sendo pressionada a ceder seu lugar devido ao grande interesse que existe na região em razão do projeto de construção de um porto. O ator enfatiza a necessidade de agir de maneira coletiva diante da situação, bem como a ausência de reconhecimento da comunidade devido ao fato de que ela não aparecia no Plano Diretor do município. Por diversas vezes o ator questiona por que a comunidade não apareceu:

Olha Maciel tá tendo uma briga tão difícil porque [...] eu fui um cara que mostrei o que tinha acontecido aqui pro maceleiro, só que eles não se uniram, eles não se uniram, sabe? Eles queriam cada um resolver o seu, não resolve, não resolve. Deixaram rolar, sabe? Agora, minha filha, tá pesado pra eles, tá muito difícil pra eles. Até no Plano Diretor o Maciel não apareceu, sabia? No Plano Diretor do Pontal do Paraná o Maciel não apareceu. Por que não apareceu? É uma comunidade que é muito velho, Maciel, sabe? Não apareceu. De tanto o município brigar [...] tanto, sabe? Aí que foram aparecer. Por que não aparecer uma comunidade Maciel? Não tinha, não existia nada. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Os Atores 2 e 3 lembram que o acesso a direitos e a políticas públicas vem sendo retirado dessa população, dado que a igreja e a escola do local já foram desmanteladas e que não são reconhecidos os direitos dessa antiga comunidade:

Você quer ver um crime que está ocorrendo lá? Nós temos a ilha do Maciel, não sei se você conhece lá, lá no Maciel nós temos casas ali, sem exagero de oitenta, noventa anos, que estão caindo, as pessoas foram retiradas de lá. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Ilha do Maciel, que pertence a nós, lá era uma maravilha, lá tinha uma igreja, lá tinha uma escola, lá tinha aquele povoado todinho de pessoas, da qual veio o progresso e hoje não existe. Tiraram toda aquela alegria dessa gente, tiraram escola, tiraram igreja, hoje tá abandonado lá, entende? Depois que emanciparam começou-se uma briga, tipo vamo tirar a escola porque eles têm que vir estudar em Pontal do Sul, vamo tirar a igreja porque tem que vir para Pontal do Sul. As famílias que são nativas, que são gente nascidas ali, tinha que ser tratado com carinho. Pelo contrário, hoje eles são ameaçados para saírem de lá, a gente sabe disso, são ameaçado sair de lá. Então, eu acho que foi essa falta de vontade de fazer algo de bom para eles, que se eles são os nativos. A gente não, a gente chegou aqui como visita e ficou. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O Ator 7 sublinha o fato de que a comunidade, ao ser cercada e pressionada, apresenta grande possibilidade de acabar cedendo à grande pressão. Como apresentado, a ausência de políticas públicas no local acaba sendo um catalizador do processo de sucateamento das condições de vida no lugar. O ator destaca o fato de que o valor das terras no local é altíssimo:

Eles eram os donos daquilo lá, então foi então cercado pelo [...] dono dessa empresa, né? [...] Ele vai te cercar por lá, sabe? Comprar de alguém lá pra ver, mete uma cerca pra você ficar preso pra aí começar a comprar [...]. Então ele vai pagar o que ele quer ali e vai tocar eles de lá. Porque chega uma hora que você é obrigado a pegar miséria pra se ver livre, sabe? [...] E vale muito, né? É no porto, é onde vão fazer o porto. Porque o Maciel é que nem como tá comprando um terreno na Rua XV, em Curitiba, por causa do porto, ali vai ser muito caro. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

O ator discorre a respeito da pesca como trabalho, como saber fazer adquirido e que caracteriza aqueles que vivem a partir dela. Além disso, reflete sobre as consequências de se tirar da comunidade seu modo de subsistência, sua prática e conhecimento, seu trabalho:

Eu vejo, assim, sabe? A hora que você começa a cortar o direito das pessoas ela vai ficar mais desmotivadas que é no trabalho, sabe? Então essa comunidade é uma comunidade que só aprendeu a pescar, sabe pescar. Se você tira ele da pesca, ele vai virar “mendigão” por aí, porque outra coisa ele não sabe fazer. Então a sociedade, a lei tem que ouvir que você não sabe tudo. Você sabe pescar. Porque você tá tirando as oportunidades daquelas pessoas que hoje têm a motivação no mar. Então o governo não pensa que a turma tá sofrendo porque deixou a oportunidade de pescar, sabe? Então isso que não pode acontecer [...] porque é duro você tirar uma pessoa que só pescou toda vida, tirar ele do mar pra não pescar. Obrigar ele a não pescar mais. Porque a lei vai chegar esse ponto, sabe? [...]. Porque você veja uma coisa, o tal do dinheiro, pra você viver de dinheiro, você tem que ganhar muito. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Diante de tais constatações, mais uma vez pode-se visualizar a maneira como ocorre a construção de um território do ponto de vista antropológico, ou seja, como resultado das expressões de controle dos recursos por determinados grupos, em determinado contexto histórico. Pode-se verificar como nessa disputa um dos lados perde (as comunidades pesqueiras de Shangri-lá e Olho d'Água) e o outro ganha, nesse caso o detentor de capital.

Com isso, vale retornarmos aos apontamentos de Little (2015) que destaca os povos dos litorais paulista e paranaense como um dos grupos territoriais brasileiros, bem como o fato de que eles apresentam um histórico de conflitos fundiários e políticos em razão de se encontrarem em um processual enfrentamento do poder econômico.

Diante disso, o urgente e necessário reconhecimento oficial de tais comunidades e, assim, de legislações que prevejam sua proteção. A implementação da Lei da Biodiversidade, no sentido de regulamentar o acesso e uso do conhecimento dos povos tradicionais de modo a beneficiá-los, apresenta-se como um exemplo de como a legislação pode prevenir a ocorrência de acontecimentos como os das comunidades pesqueiras desfeitas em Shangri-lá e Olho d'Água.

Cabe destacarmos o quanto a necessidade de proteção dos grupos territoriais, conforme apontou Little (2015), é uma urgente pauta na agenda de trabalho e pesquisa em desenvolvimento territorial sustentável, afinal, a comunidade da Ilha do Maciel encontra-se *atualmente* em constante perigo de extinguir-se, o que vem ocorrendo também de maneira processual. O autor destaca, nesse viés, a necessidade de valorização de práticas tradicionais em pequena escala, revalorizando técnicas tradicionais, bem como do reconhecimento pelo Estado de tais práticas e dos direitos a elas relacionados.

Observa-se ainda que o conflito que ocorreu no passado desse espaço resultou em modificações em diversos aspectos, desde sua paisagem à sua economia, já que a destruição de comunidades tradicionais reverbera nas características arquitetônicas e ambientais do local, bem como na impositiva mudança dos meios de trabalho e produção, gerando, assim, também consequência no consumo e alteração no que poderia ser um maior acesso a alimentos saudáveis produzidos de forma local.

Nesse sentido, vale reforçar o conceito de sustentabilidade como metodologia de trabalho conforme proposto por Little (2015), uma vez que por meio

dela se passa a considerar as questões biofísicas (que geram a possibilidade de manutenção dos ecossistemas e de sua conservação) e políticas, que possibilitam formas de solução de conflitos. Isso uma vez que prioriza o incentivo a atividades de subsistência e produção direcionadas ao mercado, ao mesmo tempo em que possibilita a vigilância e defesa do território.

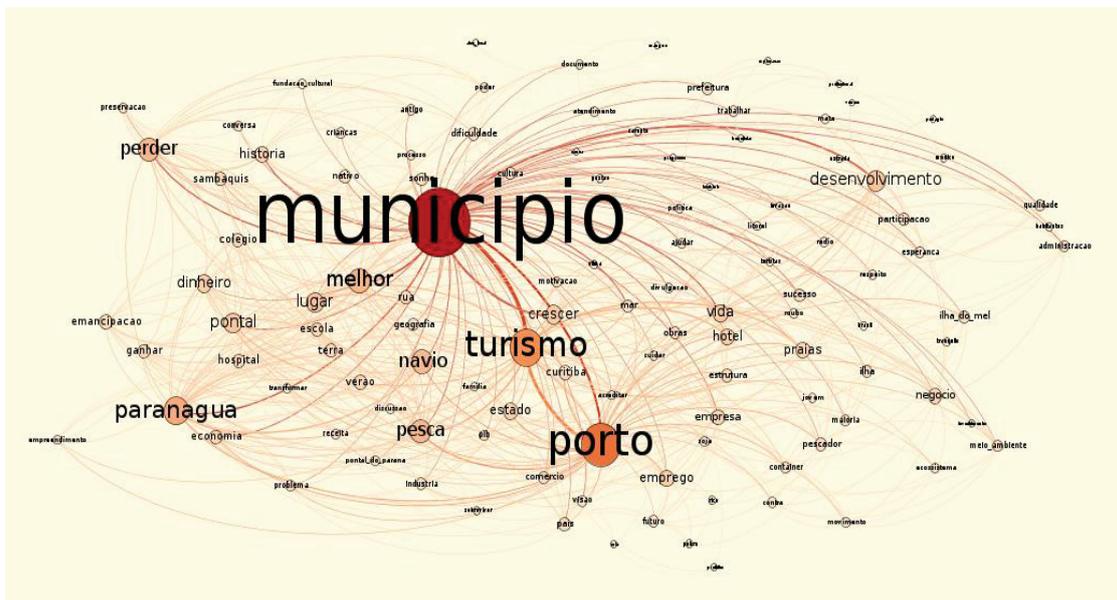
Um grande exemplo da descaracterização das comunidades e da perda de sua identidade foi claramente apontado pelo colaborador, através da descrição sobre a prática pesqueira, tradicional, e de seu contraponto, a imposição de um trabalho alheio ao saber construído e partilhado.

Em relação aos apontamentos sobre as modificações no trabalho das comunidades e a possível implantação do porto, o retorno a Sachs (2000) faz com que seja possível verificar como as influências decorrentes do subdesenvolvimento e dependência geram como consequência o distanciamento das condições e ofertas locais em detrimento de suprir as necessidades de um outro lugar, gerando a superexploração do trabalhador e padrões mínimos de qualificação profissional.

Como saída, também condizente com o desenvolvimento territorial sustentável (ou ecodesenvolvimento), Sachs (200) aponta um projeto que inclua as estruturas e tecnologias sociais e de trabalho/emprego favorável, somado à oferta de políticas que protejam as comunidades que possuem estratégias de produção e superação, como no caso das comunidades pesqueiras. O trabalho decente é uma premissa na perspectiva do desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que considera o envolvimento dos atores locais na defesa do meio ambiente, conforme Sachs (2007).

No caso da comunidade de Barrancos, a participação e o envolvimento coletivo foram fatores que tornaram diferente o resultado de tal disputa, reforçando, assim, a participação como instrumento que possibilita o acesso à liberdade e por consequência ao desenvolvimento, conforme verificado em Sen (2000) e Max-Neef (2003), fazendo com que seja encontrado sentido na associação dos termos luta e justiça apontados pelo grafo em questão. Com isso, passamos para a análise do conteúdo relativo à Figura 11.

FIGURA 11 – CATEGORIA PERSPECTIVAS E NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO



FONTE: A autora (2016).

NOTA: Entrevistas com 7 atores envolvidos no processo de emancipação de Pontal do Paraná realizadas entre abril e junho de 2016. Organização de Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos, Edson Armando Silva

Baseada na ideia de levantar e discutir em que medida os discursos coletados apresentam questões relativas às concepções sobre o futuro do território (uma vez que o processo de emancipação se apresenta como projeto para ele), a relação com o conceito de desenvolvimento acaba participando inevitavelmente da discussão. Ao se discutir os entendimentos referentes às expectativas sobre o lugar, observa-se na Figura 11 que os ideais para a comunidade refletem e se fundamentam em noções sobre economia, sobre modos de vida, produção (trabalho) e meio ambiente.

Alguns colaboradores relatam que consideram o turismo, a pesca e o comércio não suficientes para o *crescimento* da cidade e que para isso ocorrer é necessário que empreendimentos sejam instalados, como o porto ou indústrias. Nesse sentido, o trabalho com a pesca não é considerado rentável ou condizente com a noção de crescimento. Observa-se como a noção de crescimento está inserida nos discursos, por vezes como plano de fundo do significado de perspectivas para o lugar:

Foi em 82 que eles começaram aí, né? 82, 82, [...] eu já senti que o município ia crescer com essas empresas aí e aqui ia movimentar um canteiro de obras. Aí começou também a especulação dentro do município [...]. Mas eu tinha uma visão de um porto de turismo, eu sentia que tinha esse porto de turismo aqui, porque a economia do município na época que a gente chegou pra cá era só comércio, era pouco comércio que tinha, a pesca, né? Era mais forte a pesca e o turismo, né? [...]. Então a gente via assim, né? O mar, né? Mas não tinha divulgação nenhuma [...]. Até pela economia, pelo PIB do país não é o estado, não é o município; porto traz uma economia, traz uma receita para o estado, para o país, porque em Paranaguá o problema é atracar navios grandes e aqui vai ter. E não vai atrapalhar o turismo porque junto com o porto de turismo tem o porto de carga e contêiner. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Pontal do Paraná não tem como viver sobreviver só com o comércio; hoje o que tem em Pontal do Paraná? Só comércio. Que que tem de grande lá? [...]. Que indústria tem em Pontal do Paraná? Nenhuma, né? Qual é a indústria que gera 100, 150, 200 empregos? Nada [...]. Então, tem que pensar que lá tem jovens que estão crescendo, que estão estudando, tão se preparando, querem ter um futuro. Qual é o futuro? Vai trabalhar onde? Com quê? Não vai ser pescador a vida inteira, né? (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Lógico que as obras, com a vinda do porto, com isso aí também isso aqui vai desenvolver muito, sabe? (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

Com Suzigan (2010) foi possível verificar como no Brasil o processo histórico de implantação do modelo pautado no crescimento resultou na implantação de indústrias diretamente ligadas à exportação primária e que ocorre de acordo com demandas externas, submetidas a oscilações do mercado, também externo. A implantação do porto de grãos aparece como solução ligada à ideia de prosperidade, pois se aproxima de um cenário industrial, ilustrado pelos países centrais. Entretanto, na prática, tal implantação reforça a condição historicamente estabelecida, fazendo com que seja dada continuidade a um modelo que se aproxima das organizações pré-industriais, pouco diferenciadas das sociedades antigas, já que pautada pelo modelo agrário e pelo baixo padrão de vida, conforme apontado por Veloso (2013).

Rego (2001) apontou como a industrialização não é necessariamente capaz de superar a dependência econômica e usou para tanto o exemplo ocorrido no campo, que acabou encobrendo modos locais de produção. Mignolo (2005) mostrou como a construção do imaginário encontra-se atrelado ao simbólico em seu sentido geopolítico. Guattari (1990) discutiu como os dispositivos do biopoder atuam em formas capilarizadas de controle. Com isso, é possível verificar como os discursos

adotam um modelo pautado na continuidade do subdesenvolvimento, que aparece revertido como saída para as questões locais.

Entretanto, é destacado o engodo de tal ideia, uma vez que a inserção de grandes indústrias aparece como uma solução idealmente eficaz, mas que na prática não condiz com uma oferta de trabalho estável e que ofereça, assim, equilíbrio ao território:

Eles falam: “A Techint vem hoje, coloca mil funcionários trabalhar aqui dentro da cidade”. E no outro ano ela tira 80%, o pessoal fica desempregado dentro da cidade, isso é muito perigoso. Quando vem o progresso vem a desgraça junto, é muito perigoso. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

A noção de crescimento aparece como sendo o tipo de funcionamento ideal. Conforme verificado, a força de atuação e, assim, naturalização desse modelo se insere nos entendimentos, sendo estes o resultado da junção dos modos de pensar e sentir que se veem atravessados pelos dispositivos de controle. Todavia, a consideração sobre a necessidade de conservação do meio ambiente e de fortalecimento de ações em direção à qualidade de vida estão também presentes nos discursos. Pode-se refletir com isso que, devido à imposição do modelo vigente, este aparece como perspectiva a ser buscada. Porém, também se encontram presente falas que estão de acordo com um modelo que prioriza o bem-estar humano e a conservação ambiental:

Então o prefeito tem que ter essa visão, que ele tem que ter uma equipe que cuida da orla. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Os aposentados estão saindo das grandes cidades. Se você fizer um censo nos balneários do Brasil inteiro você vai ver que a maioria dos habitantes são aposentados. Por quê? Porque estão fugindo das cidades grandes, estão vindo numa cidade que dê qualidade de vida, né? [...]. As cidades do litoral tinha que ter uma política muito forte voltada exatamente pra melhor idade. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Sachs (1986) apontou a falta de perspectiva que sofre a sociedade nos dias atuais e explicitou que o retorno a uma perspectiva se dará a partir de um planejamento unificado, no qual o ambiente integra todos os domínios. Portanto, um projeto que se estabelece por meio de um cuidado global com o meio ambiente através de novos estilos de vida. Para isso, apontou ações em direção aos recursos

específicos, por meio do estímulo à produção e consumo locais e adequados acessos às condições sociais, sendo que o Estado possui, nesse sentido, importante papel regulador de ações inclusivas e ambientalmente benignas. Pode-se observar como os aspectos apresentados pelos atores vão ao encontro de tal proposta, como a atenção à orla e a questão da qualidade de vida.

A necessidade de investimento no local é reforçada pelos dados trazidos por Estandes (2003), que apresentou o litoral paranaense como uma das regiões mais pobres do estado e que possui uma elevada taxa de crescimento dado o número de pessoas que procuram a região em busca de qualidade de vida.

Por conseguinte, algumas falas se apresentam condizentes com a ideia de um desenvolvimento territorial sustentável, já que consideram o meio ambiente em consonância com o desenvolvimento de atividades turísticas e de atividades tradicionais, como a pesca:

Eu achava que esse lugar, as praias, nossa... Ela teria que desenvolver um pouco melhor, principalmente o meio turístico. Eu achava que aqui, Pontal do Paraná, o nosso município ia crescer de uma forma bem ordeira junto com o turista, junto com nativo. Eu olhava aquela Mata Atlântica, achava que aquilo ia dar certo, que nós deveríamos ter uma boa estrada, deveria ter pousada, um bom hotel, uma prefeitura com bons médicos. Investimento, o turismo com olho no meio ambiente; teria que ser um investimento um pouquinho maior, tipo na área turística, na área nossa, na nossa cidade. Ela era uma cidade, a característica dela é turística. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O meu ponto de vista hoje é muito, assim, nessa questão de empreendimento pra Pontal; eu [...] focaria na questão do turismo, que nós temos esse potencial pra turismo, até um porto de pesca desse, se nos soubéssemos valorizar nós transformaríamos em pontos turísticos se nós quiséssemos. Nós temos sambaquis, que nós podíamos transformar em pontos turísticos se nós quiséssemos [...]. Daí o turismo vai trazer a questão do comércio. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Olha, eu acho que o município, olha, eu acho que o turismo, no caso aqui, seria uma parte boa. Turismo seria uma parte bom. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Ainda que apontando em direção ao turismo, observa-se que tal atividade apresenta fatores a serem administrados e/ou superados. A questão da sazonalidade aparece como um dos aspectos que necessita ser considerado ao se optar por tal prática:

O turismo, qual que é a grande dificuldade que a gente tem aqui na área do turismo? É a sazonalidade, por exemplo, Assim, o clima, isso atrapalha bastante. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

A organização dos serviços públicos ofertados pela prefeitura municipal e a qualidade de gestão de pessoas aparece como fator que também colabora pela busca da qualidade para o território:

O caminho é o seguinte, eu conheço vários profissionais que trabalham dentro da prefeitura, capacitados, que não são explorados. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O processo de emancipação é mostrado como uma ação em direção à melhoria das condições do território, sendo a autonomia e, assim, a prática de uma espécie de autogestão interpretadas como formas de possibilitar o desenvolvimento. Nesse sentido, a participação apresenta um caráter positivo. A perpetuação e alteração dos sistemas de gestão da prefeitura também aparecem como mecanismo que favorece o desenvolvimento:

Nós ia naquela empolgação ali de tá participando de alguma coisa nova, sempre com esse olhar que ia crescer o município, né? Sempre tinha essa esperança de que crescesse o município, mesmo que desenvolvesse o município pra que a gente não ficasse dependendo, ficasse refém do município de Paranaguá pro resto da vida [...]. Tudo que é desenvolvimento, tudo que é crescente é bom, né? Então foi assim, é bem notório, assim, que de cada ano, de cada gestão pra cada gestão melhora a cidade de Pontal, né? (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

A gente pode também participar pra ajudar a trazer o desenvolvimento pra cidade. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

A necessidade de gestão local aparece em relação ao fenômeno de crescimento populacional desordenado, conforme apontado, em que a perspectiva por uma qualidade de vida é associada ao litoral, à proximidade com o mar, dá espaço a uma realidade que não apresenta uma infraestrutura adequada:

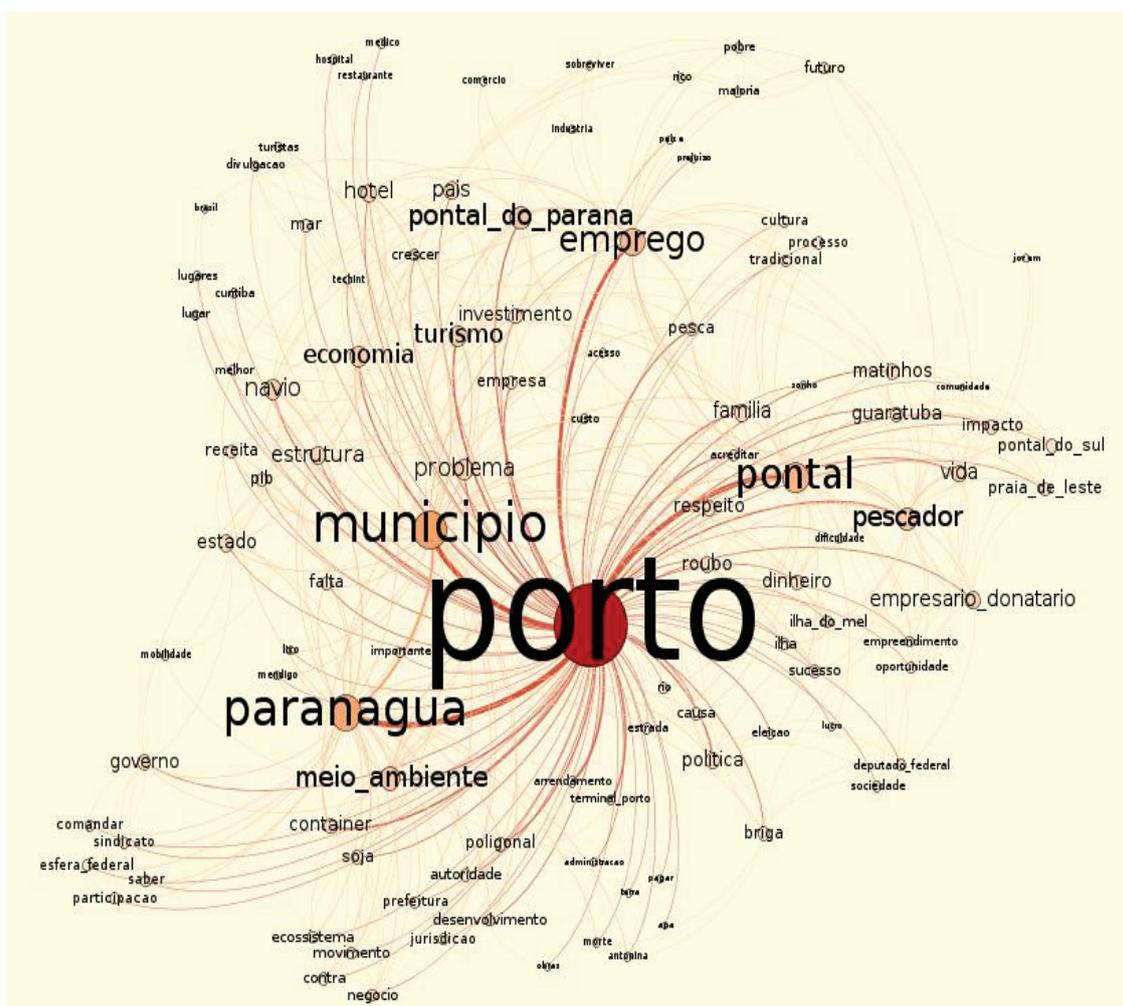
Então, essas pessoas são pessoas que vem de fora, ficam esses meio do mato por aí, essas invasão, e daí vão participando pro lado ruim. [...]. Então, hoje nosso município tá desse jeito, esse, tudo, sabe? Invadido por aí. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016)

Reafirmando o fato de que os acessos e as ligações por meio dos sistemas viários são fatores que inibem ou dinamizam o desenvolvimento, conforme apontado por Estandes (2003), é observado o fato de que o alto valor do pedágio impede ou atrapalha tal fenômeno:

Agora sim, agora ano que vem tá vencendo os 24 anos deles, 23, 24 anos de pedágio tá vencendo. Impede o nosso desenvolvimento e muito. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Nessa perspectiva, a Figura 12 é bastante emblemática, pois mostra a importância que o porto adquire nos discursos dos atores colaboradores sobre o desenvolvimento da região.

FIGURA 12 – CATEGORIA PORTO



FONTE: A autora (2016).

NOTA: Entrevistas com 7 atores envolvidos no processo de emancipação de Pontal do Paraná realizadas entre abril e junho de 2016. Organização de Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos, Edson Armando Silva.

Conforme o levantamento realizado, observa-se que a ideia de implantação de um porto em Pontal do Paraná está, há tempos, presente nos discursos relativos à ideia de prosperidade na região. Um dos atores aponta tal possibilidade como estratégia, argumento utilizado para a arrecadação de votos. De acordo com as falas, o local apresenta um profundo calado e por isso a especulação a respeito do empreendimento levanta posicionamentos contrários. De um lado, o ideal de crescimento revertido no pretexto da geração de empregos, do aproveitamento das condições ambientais oferecidas, da vinda de demais empresas ligadas ao porto, da perspectiva da vinda de empresários no local.

De outro lado, o reconhecimento do custo desse investimento, da necessidade de construção de uma estrada de escoamento capaz de alterar as condições ambientais e interferir em áreas de preservação (como as destinadas às comunidades indígenas). Além disso, a certeza do enriquecimento de poucos, em especial do dono do investimento, do engodo da geração de empregos, já que a mecanização da força de trabalho diminui as vagas de emprego, da alteração das condições ambientais em razão do vazamento de óleos, do crescimento abrupto da população sem a capacidade da oferta de estrutura, da tomada do espaço de trabalho das comunidades tradicionais (pescadores), da diminuição de oferta de alimento saudável aos moradores e demais consumidores.

A questão do porto em Pontal do Paraná apresenta-se, assim, como um grande exemplo de disputa pelo território, tensionamento que guarda de um lado o respeito à cultura tradicional da região, defende o turismo e a pesca como saída econômica para o desenvolvimento, possibilita a manutenção de modos de vida em consonância com o espaço, gerando meios de manutenção de práticas de conservação ambiental. Por outro, um modelo pautado na ideia de crescimento, em que a exploração do meio ambiente se justifica através do argumento do ganho de capital, ganho que em geral não é distribuído aos envolvidos e que acaba por se concentrar em poucos indivíduos, em que o aumento de empresas e seu conjunto está associado à imagem de prosperidade.

O grafo desta categoria, Figura 12, demonstra como o termo porto está associado à ideia de geração de empregos, termo que se encontra no centro da ligação entre economia e investimento (o que já demonstra a necessidade de um investidor que seja capaz de alavancar a economia e gerar empregos). Porto também se encontra no centro da relação município (nesse caso, Pontal do Paraná)

e Paranaguá. Isso em razão da dependência administrativa que Pontal teria de Paranaguá caso houvesse tal implantação, conforme apontou um dos colaboradores. A possibilidade de um porto de turismo também se mostra através da ligação de porto com tal termo. A densidade ilustrada entre os termos porto_pescador e porto_empresario_donatario demonstra como a relação com pescador possui maior força.

A possibilidade de criação de um porto de turismo é apontada pelo Colaborador 1:

Então, eu pensava assim: logo, logo vai sair um porto, eu pensava, um porto de turismo, não porto, assim, como tá vindo de contêiner. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

O local é reconhecido como ponto que oferece vantagens devido a suas características ambientais. A questão vai ao encontro do que propôs Little (2015) em relação ao princípio da precaução e, assim, a necessidade de agir de forma cautelosa frente aos recursos naturais:

Desde o início falavam, desde o início porque aqui é o melhor calado e o segundo maior calado [...] que é a profundidade 28 metros; não sei quanto que dá para atracar navios de grandes portes aqui. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A relação de dependência com Paranaguá é ilustrada pelo Colaborador 2, o que expressa a ainda forte relação econômica com o município de origem e, assim, a maneira como Pontal do Paraná estende suas ligações às demais regiões (já que além do Porto, os serviços essenciais em saúde de média e alta complexidade dependem de Paranaguá e Curitiba):

Porto em Pontal, da qual eu não acredito em porto, eu não acredito; acho que isso aí é simplesmente um sonho. Seria muito importante nós ter um porto na nossa cidade, acho que sim, mas falta o meio político. Não sei ainda por quê? [...] Porque Paranaguá não deixa e aqui tá atrelado a Paranaguá [...]. Se surgir um porto, quem vai comandar é Paranaguá, a não ser que seja um porto privado. Porque quem vai trabalhar ali é o operador, quem é? É o sindicalista e o sindicato de Paranaguá que tem o comando, entendeu? Então tem que ter participação do governo federal [...]. Toda forma, nós estamos submetidos a Paranaguá; nós não saímos totalmente de Paranaguá ainda, principalmente via porto. Desde o início falavam, desde o início, porque aqui é o melhor calado [...] dá para atracar navios de grandes portes aqui [...]. Por isso Paranaguá briga, não quer porque se abrir o porto aqui morre Paranaguá igual e Antonina. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O mesmo ator relata que na área em questão há uma disputa entre o empresário donatário da região e a família de um deputado federal do estado do Paraná. O ator destaca o custo relativo à construção, bem como o fato de que esse é um argumento utilizado em campanhas políticas. Nesse sentido, observa-se como esse empreendimento possui um tensionamento presente no cerne de sua possível constituição, o que gera resultados na atual condição da região, ou seja, um local ainda livre de sua instalação, mas que guarda a iminência de tal possibilidade:

Lá nas antigas, lá atrás, eu vi uma briga entre as famílias, um tio do (deputado federal) tinha uma área na qual fala, se comenta, de que o (empresário donatário) apossou-se dessa área e hoje a essa briga política e o (deputado federal) pegou os papéis do Porto e colocou embaixo do braço e não vai pra frente, tá na mão dele e ele não solta e há um meio político de que (empresário donatário) não abre mão de ter sociedade dentro do porto. [...] Pra você construir um porto hoje em Pontal custa dois bilhões de dólares, quem tem esse dinheiro? Então, é muito difícil, então, não acredito. Toda eleição fala-se em porto em Pontal [...] é demais esse comentário [...] e nunca veio. Faz 28 anos que eu escuto isso [...]. Vem, diz que tem, vai fazer porto por causa da política, elege aquele que ele quer eleger e daí nos esquecem [...] não se fala mais em porto. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A instalação do porto na região está diretamente atrelada à construção de uma estrada de acesso a ele. A inevitável necessidade de alteração dos aspectos ambientais está associada à construção de tal estrada:

Pra se fazer um porto em Pontal tem que se fazer uma estrada por causa do escoamento. Só uma estrada hoje custa quatrocentos milhões de dólares [...]. E tem o problema ambiental, tem que ser estudado. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A questão de estrutura, né? A mobilidade [...] vai ter que, claro que isso vai mexer um pouco com o meio ambiente. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Outra disputa inserida no âmago da disputa já mencionada está relacionada ao território concernente à poligonal¹. As fronteiras da poligonal determinam se a gestão da região portuária estará ou não submetida à administração pública. O ator aponta que muitos são os certames que ocorrem nesse sentido, já que usufruto do espaço fora da poligonal, de maneira privada, oferece uma liberdade de disputa

¹ A Lei nº 12.815/2013 define como áreas dos portos organizados as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e acesso ao porto. As poligonais são uma representação em mapa, carta ou planta dos limites físicos da área do porto organizado, espaço geográfico onde a autoridade portuária detém o poder de administração do porto público.

mercadológica desigual. Conforme observado, a minimização do poder do Estado em detrimento à *liberdade* do mercado não corrobora com um tipo de desenvolvimento que considere as liberdades instrumentais:

Porque fora da poligonal você pode construir terminal de uso privativo e o terminal de uso privativo não está sujeito às condições de arrendamento do porto público. [...] Só poderia construir um porto lá com a autorização do porto aqui e através de arrendamento. Hoje não, ele saiu da poligonal, ele faz o que ele quiser lá, o tipo de carga que ele quiser, se é pra contêiner, se é pra granel líquido, granel sólido, ele que vai dizer o que que ele quer fazer lá [...]. Por isso que chamam de TUP, é o terminal de uso privativo, ele estabelece o preço que ele vai cobrar, ele vai buscar os clientes dele, vai competir com o porto público. Aí nós vamos ter porto, vamos ter empresa, mas não vamos ter trabalho porque o trabalho vai estar vindo pra cá, porque no primeiro instante [...] vai baixar o custo, vai roubar o cliente do porto público e a hora que o porto público, por desinteresse, por falta de investimento, tiver enfraquecido, ele põe o preço que ele quiser. Então você vai deixar construir aqui um terminal que não vai pagar arrendamento, não vai ter os custos que o porto público impõe aos que estão aqui dentro e vai concorrer com o cara que está aqui dentro do porto público. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Observa-se que os atores reconhecem os problemas causados pela instalação do porto, entretanto, a imposição do modelo baseado no crescimento se reflete nas falas:

A grande redenção econômica ali está na questão do Porto. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Então, eu vejo o porto vai gerar mais de dois mil empregos, a economia do município [...] quantos executivos vão morar lá em Pontal do Paraná? Vai ter que ter uma estrutura hoteleira em Pontal do Paraná. Um investidor que possa criar lá um hotel bonito, vai ganhar com isso, sabe? Vai dar um crescimento maravilhoso pra Pontal do Paraná, sabe? Eu acho que é a redenção de Pontal do Paraná. É a vantagem desse porto que não é um porto graneleiro, não, e um porto de grãos é um porto de contêineres, só não vai fazer sujeira na cidade [...] como tinha em Paranaguá, né? Então, o porto é fundamental e vindo o porto, no rastro do porto virão outras empresas que vão se estabelecer por ali, e que vai gerar empregos na parte de escritórios e tudo mais. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Um posicionamento mais claro a respeito da necessidade de conservação ambiental e dos saberes tradicionais aparece na fala dos atores que possuem proximidade com as comunidades pesqueiras, suas práticas e seu ambiente:

Sou contrária ao porto, [...] já tivemos até oportunidade de trazer outros empreendimentos pra Pontal que não fosse afetar tão diretamente a questão de meio ambiente, questão da própria vida dos pescadores. [...] A

gente tem já acompanhado o quanto os portos têm impactado nas comunidades pesqueiras [...]. Se implantar um porto aqui em Pontal não vai impactar somente na vida do João de Pontal do Sul, vai impactar [...] na vida do João pescador de Praia de Leste, na vida de João pescador de Matinhos, na vida do João pescador lá de Guaratuba. [...] O porto, não, ele vai trazer riqueza somente pra uma cabeça, [...] um porto desse hoje, com as tecnologias que tem, vai empregar mais que 500 pessoas? Eu não acredito nisso [...]. Os demais, destruindo 600 famílias, deixando de ter pescado saudável na mesa dos munícipes do município, deixamos de ter os pontos turísticos. Cada porto de pesca desse, se nós soubéssemos fortalecer, passaria a ser pontos turísticos, entendeu? O porto, eu acho que pelo contrário, vai tipo meio que matar metade do nosso município, entende? Um porto implantado aqui em Pontal, questão da pesca, questão da cultura, que é uma tradição, que e que estavam antes aqui, que não deixa de ser hoje 600 famílias atingidas pelo trabalho, tá sendo sustentado pelo trabalho da pesca. [...] Mas isso me preocupa muito porque um porto: “Ah, vai trazer emprego pra Pontal”, mas acho que vai trazer menos emprego pra Pontal do que a pesca. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Daqui a pouco vem aquela folia de porto, de óleo derramado, o peixe vai acabando. No fundo você sai no prejuízo; ele emprega 500 pessoas e desemprega 1000 pessoas. [...] O resto fica pobre e a maioria não tem onde trabalhar [...] ele vai dar embalo por município, pro município é bom porque vai entrar muito dinheiro. Mas vem as pedrada, aí o vem os roubos, vai aumentar a droga, vai aumentar, a gente nunca mais livra dessa coisa. Mas o que eu queria que as coisas ainda fossem respeitadas, a parte do pescador mesmo, né? [...] Paranaguá é uma cidade antiga, você sai ali perto do porto, os cara tá aonde? Virando lata de lixo pra comer, aumenta muito a mendigagem, sabe? (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Observa-se como as tais pontuações refletem as discussões relativas às consequências do modelo pautado na noção de crescimento em contrapartida à noção de ecodesenvolvimento e como tal modelo se expressa não apenas de maneira macro, mas como se instala nos olhares e perspectivas para o território.

Estandes (2003) apontou como o porto oferece cada vez menos empregos e uma reduzida influência econômica em razão das inovações tecnológicas e da especialização das atividades, sendo observado o “divórcio” existente entre a cidade portuária e o porto. Com isso, vale retomarmos os apontamentos de Sachs (2007) sobre a importância de ações no sentido de possibilitar acesso ao crédito por pequenos produtores, da criação de reservas de proteção da biodiversidade, do resguardo das características culturais de proteção e seu contexto, ao mesmo tempo em que enfatiza a revolução do pensamento, capaz de gerar novos pensamentos e decisões. Nesse sentido, a possibilidade da prática da sustentabilidade fundada em propostas endógenas, pelo protagonismo dos grupos (nesse caso, os pescadores), do uso do território e da governança, conforme propôs Little (2015).

5 PARTICIPAÇÃO, ALIANÇAS E RECRUTAMENTO POLÍTICO

5.1 DEMOCRATIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Saes (1996) esclarece como as condições político-econômicas instituíram o déficit no processo democrático brasileiro. Explica que a ausência de um pluralismo partidário em diversos momentos ocorreu devido ao fato de grupos social e economicamente desfavorecidos terem suas escolhas e posicionamentos subjugados pelos setores dominantes.

A situação dos camponeses em relação aos proprietários no período pós-abolição da escravatura é um exemplo dessa dependência, que se fazia diante da ausência de políticas agrárias e do tratamento destinado a eles (camponeses).

A característica acelerada do modo de constituição da industrialização brasileira, baseada na reprodução dos modelos externos e carecendo de um processo singular e natural desemboca na política: a classe trabalhadora urbana brasileira no momento de transição ao capitalismo é em geral oriunda do campesinato dependente e carrega consigo as relações sociais pré-capitalistas ideologicamente centradas na lealdade pessoal ao “senhor”, a seguir o “patrão” e/ou “chefe político”. Além disso, não experimentam as circunstâncias possíveis de fazerem eclodir um posicionamento marcante em razão da lenta formação de trabalhadores industriais.

Ao mesmo tempo, as exigências quanto aos padrões de educação, saúde, cultura etc. são vividas de fora e sem condições reais de construção dessas necessidades, sendo que a urgência material se traduz em política.

Um indicador do déficit democrático no Brasil no século XX refere-se à sua instabilidade, já que o tempo de experiência democrática brasileira é curto em relação aos países centrais. Isso somado à sucessão de períodos autocráticos geradores de subdemocracias e à ditadura militar.

O autor destaca as limitações na democracia brasileira pós-Constituição de 1988. Uma delas refere-se ao preponderante papel exercido pelas Forças Armadas, que mantêm uma força de atuação própria, podendo, assim, agir à mercê da autorização do Congresso. Outra importante limitação do processo constituinte refere-se ao reforço dado ao Executivo, espécie de dispositivo institucional resquício

da ditadura militar, capaz de contribuir com o “hiperpresidencialismo” (SAES, 1996, p. 140.), através da aplicação de Medidas Provisórias. Além dessas limitações, há a não constituição de governos rigorosamente partidários, o que faz emergir a burocracia de Estado.

A atual democracia no Brasil, diante da continuidade da economia capitalista monopolista e dependente, apresenta como características o fato de ser dirigida pelo capital bancário e se articular por meio da empresa estatal e do capital privado nacional e estrangeiro.

Saes (1996) pontua que não há uma oposição capaz de forte ameaça à formação de governos neoliberais. Porém, sugere que a vigente democracia limitada brasileira poderia evoluir para uma democracia capitalista ampliada através de um “projeto político de desenvolvimento capitalista ampliado”, de um “projeto político de desenvolvimento capitalista alternativo ao projeto político neoliberal” (SAES, 1996, p. 18.). Este se daria através de uma inserção específica da economia brasileira (industrial-exportadora-especializada) através não do desmantelamento do Estado, mas atribuindo-lhe um papel seletivo e ativo. Além disso, por meio, por exemplo, de investimento em pesquisa, educação e segmentos tecnológicos específicos, e de reformas de caráter conservador, como uma reforma agrária redistributiva. Isso através das escolhas e ações dos segmentos sociais, como a classe dominante e a burocracia estatal.

A fim de discutir a teoria política contemporânea, Gugliano (2015) propõe a análise dos problemas relacionados ao modelo hegemônico, de um modelo centrado na escolha de representantes à potencialidade de um projeto de democracia participativa. Esta, agindo para além do sistema eleitoral, em direção a uma análise do processo democrático e do fortalecimento popular, tendo em vista as experiências internacionais de mobilização civil a partir do século XXI e a crítica ao crescimento dos conceitos baseados na relação democracia e capitalismo.

Para tanto, considera a pluralidade de situações encontradas no decorrer do desenvolvimento histórico. Inicialmente, após a queda das ditaduras, os governos latino-americanos foram dirigidos por partidos liberais comprometidos com a transição democrática. Entretanto, a crise econômica acabou por ocasionar o levante de governos neoliberais, fazendo com que os anos 1990 promovessem a ideia de que as estruturas estatais eram ineficientes e obsoletas, derivando em privatizações que marcaram esse local. O resultado foi um retrocesso observado no

final de tal década, o que fez surgir governos de esquerda que apesar dos avanços em relação ao combate à pobreza, ainda mostravam tímidos avanços em relação à democratização, dado o embrionário enraizamento de espaços de participação.

O autor relembra o surgimento da democracia, sendo o primeiro conhecimento sobre ela remetido ao século V a.C. na cidade grega de Atenas. Tendo permanecido inativa durante a Idade Média e retomada na Idade Moderna como modelo ideal, a moderna concepção de democracia é descrita por Joseph Schumpeter (1961) como o modelo em que os cidadãos elegem de forma periódica dirigentes políticos com liberdade para governar, o que regula a competição entre as elites. Esse ponto foi reforçado por autores que destacavam a ampliação das liberdades políticas em complemento a eleições, como Norberto Bobbio e Giovanni Sartori.

De fato, Schumpeter (1961) aponta que a vontade do eleitor nem sempre se apresenta condizente com seu real desejo, já que este é produzido do mesmo modo que se produz para o comprador o desejo pelo produto. Assim, a questão problema da democracia seria sua maneira de funcionar. A vontade deveria, primeiramente, existir, ao mesmo tempo em que deveria ser claro ao cidadão aquilo que deseja defender. Para o autor, as questões políticas ocupam um lugar mais que secundário no dia a dia dos cidadãos: “sentimo-nos como se nos movêssemos num mundo de ficção. Esse reduzido senso de realidade explica não apenas a existência de um reduzido senso de realidade, mas também a ausência de uma vontade eficaz” (SCHUMPETER, 1961, p. 312).

O relaxamento em relação às questões políticas em detrimento da vida privada promove a facilidade em tornar suas escolhas manipuláveis a um grupo que pretenda explorá-las, sejam políticos profissionais, representantes de interesses econômicos ou idealistas, moldando, assim, ou mesmo criando, a vontade do povo.

Com isso, tal vontade passa a ser o resultado e não a causa do processo político. Por essa via, o manejo da vontade popular, dos aspectos subjetivos, faz-se da mesma forma na qual se processam os métodos publicitários, tanto mais eficientes quanto menos racionais, sendo os fatos que desenham os destinos decididos para além do cidadão.

Desse modo, o método democrático suplanta a atribuição do eleitorado em poder decidir sobre questões políticas e passa a ser definido como um sistema institucional para a tomada de decisões que oferece ao indivíduo o poder de decisão

a partir de uma competição por seu voto. O controle e poder do eleitorado existe, assim, por meio do voto e/ou da recusa em reeleger.

Schumpeter (1961) aponta, desse modo, a fraqueza do processo racional quando aplicado à política, já que considera que o cidadão é em geral desinteressado em relação aos assuntos políticos, ao mesmo tempo em que se encontra submetido a uma vontade manufaturada. Já que a direção do governo se faz através dos que contam com maior apoio, o sistema democrático demonstra, assim, sua característica como método majoritário: “evidentemente, a vontade da maioria é apenas vontade da maioria e não a vontade do povo” (SCHUMPETER, 1961, p. 325).

Ao voltarmos à discussão proposta por Gugliano (2015), verificamos que a questão da democratização ganhou espaço de discussão a partir da disputa dos blocos capitalistas e comunistas em 1945. Devido às críticas resultantes do fato de ter a União Soviética um único partido (entre 1922 e 1990), a ideia de ausência de liberdade política na região somou-se ao fato dos Estados Unidos estarem consolidando seu poder internacional a partir do quadro financeiro decorrente da reconstrução pós Segunda Guerra Mundial. Esse país acabou por ter, então, influência na redemocratização de diferentes países entre as décadas de 1940 e 1960 através de estratégias como o Plano Marshall (plano de concessão de amplos empréstimos a países europeus dispostos à abertura econômica àquele país) e a Doutrina Truman (apoio a países dispostos a permanecer no mundo livre).

Gugliano (2015) aponta que muitos autores acabaram por legitimar o regime democrático a partir de padrões vigentes, como Sartori (1994), que teria criticado o fato de haver vários conceitos de democracia e, assim, passado a defini-la de modo político, suplantando as questões econômicas e sociais. E Bobbio (1986), que também salienta a indicação de normas claras que consideram que aos cidadãos caberia a eleição de governantes e a estes governar.

A queda do bloco soviético, todavia, possibilita a abertura para novos olhares sobre a democracia e amplia, assim, a discussão sobre participação. A ideia de democracia desadjetivada, do realismo político, que oculta seu funcionamento sistêmico, permaneceu até a década de 1980 e ocultou componentes sociais, que dificultam a manifestação da vontade da sociedade, como a desigualdade educacional.

Entretanto, o fenômeno do absenteísmo, em especial nas comunidades europeias, apresentou-se como resposta dos eleitores e de sua condição de distanciamento. Para Gugliano, essa concepção instrumental da democracia acaba restringindo a participação política ao Estado por meio da dominação social, na medida em que esse é o lugar da articulação entre políticos, burocratas e juristas. Com isso, fatores que possuem influência direta com essa construção, como o mercado financeiro, acabam sendo negligenciados. Essa distância torna-se problemática uma vez que separa o público e o privado e abre brechas para desvios éticos-morais em relação ao funcionamento mercantil.

Porém, esse quadro devolve o debate sobre a necessidade de ampliação de espaços sociais democráticos. Nesse sentido, a proposta democrático-comunicativa de Jürgen Habermas aparece como possibilidade de ampliação de “espaços comunicativos nos quais os cidadãos possam expressar suas perspectivas sociais” (Gugliano, 2015, p. 13). Para tanto, o citado autor parte de uma filosofia crítica que propõe a superação da separação entre a teoria e a práxis. A partir do legado da obra de Max Weber, Habermas procura apresentar um outro caminho ao conceito proposto por aquele, ou seja, de uma democracia com base no modo de funcionamento do mercado econômico.

Considerando o fato de Max Weber ser um dos fundadores da Sociologia e diante de seu pensamento sobre a democracia e a vocação política, vale debruçar-nos sobre suas considerações.

Weber (2011) apresenta a discussão sobre a natureza racional do Estado moderno e nela são visualizados o funcionamento e o sentido da democracia. O autor focaliza a política exercida pelo exercício e vicissitudes do agrupamento denominado Estado. Aponta que somente através da legitimação do uso da violência é que este se constitui, portanto, encontra-se diretamente relacionada à submissão de uma determinada comunidade. Nesse sentido, abarca também o poder e o território, pois para o autor: “a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado” (WEBER, 2011, p. 66). Tal relação de submissão pressupõe três diferentes formas de dominação: política (baseada na legalidade, regras racionalmente estabelecidas); tradicionalista (baseada na continuidade dos hábitos e costumes); e carismática (fundada na confiança).

Analisando o funcionamento do Estado como embasado na lógica empresarial, o autor sublinha a importância dos partidos, da burocracia (não apenas

como organização, mas como forma de funcionamento do poder) e discute a formação dos políticos profissionais. Estes surgem dada a necessidade de um permanente quadro de profissionais especializados, intermediando a ação dos príncipes feudais e a partir da ausência de recursos.

Assim, o acesso a recursos apresenta-se como importante fator na determinação do homem político: “Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que ‘vive da política’ e diremos, no caso contrário, que ‘vive para a política’” (WEBER, 2011, p. 78).

Nesse sentido, as lutas políticas não se definem necessariamente pela construção de um ideal, mas muito em razão da luta para o controle da distribuição de empregos. O recrutamento político é, assim, baseado em uma destas duas vias: ou a partir daqueles que possuem rendimentos e, portanto, possibilidade de atuação pública, ou em razão da busca pelos rendimentos.

Perissinotto e Codato, em seu livro “Quem governa: estudo das elites políticas do Paraná”, utilizam Bourdieu para descrever que a investidura em cargos depende menos do desempenho posterior na função e mais da posse de recursos (políticos e/ou sociais). Conforme os autores: “as aptidões ou capacidades técnicas dos agentes de Estado não estão necessariamente em questão, quando se trata de *nomeações, indicações ou eleições*”. (PERISSINOTTO e CODATO, 2007, p. 50). Os autores comprovam tais condições a partir de estudos que levantam dados relativos à caracterização do perfil da elite política (político-administrativo, parlamentar ou partidário), bem como relativos à carreira política e seus valores.

A fim de superar as contradições da sociedade do capital, partindo da fala como motor central dos processos comunicacionais e, portanto, interacionais, capazes de legitimar uma visão de mundo coletiva, Gugliano (2015) propõe a construção de espaços coletivos. Para além de uma concepção normativa, da ideia de uma autoridade governamental proveniente das urnas e legitimada a partir do consenso dos cidadãos, o que reafirma a democracia liberal, Habermas apresenta a deliberação pública como cerne do processo democrático. Se no modelo liberal a democracia é baseada na mediação e administração, pelo Estado, dos conflitos da sociedade a partir das necessidades do mercado econômico, no modelo republicano esta se dá por meio da construção de um sistema político baseado na articulação da sociedade civil.

Ao articular os dois modelos, instala um modelo alternativo, uma teoria democrática discursiva, que resgata a soberania do Estado e as regras constitucionais de relação política, herdadas da teoria liberal, ao mesmo tempo que toma da teoria republicana a valorização da vontade política e da formação de opinião através do privilegiado espaço, a esfera pública, promovendo avanço e ampliação no debate por meio de uma intersubjetividade promotora de entendimentos que desembocam em decisões institucionalizadas, encurtando as distâncias entre o Estado e a sociedade civil.

Segundo Gugliano (2015), Habermas não leva às últimas consequências a participação cidadã, uma vez que se mantém o poder de deliberação nas mãos do Estado. Isso pode, entretanto, ser modificado a partir do aprofundamento de experiências de cogestões públicas através de organizações da sociedade civil e afins.

O estímulo a debates sobre o espaço urbano com moradores das cidades e a participação dos cidadãos nas ações públicas e demais espaços sociais propostos pelo modelo em questão promovem profundas modificações no capital social e no fortalecimento da organização social, superando a restrição da participação nas urnas.

Pode-se observar que com isso o conceito de democracia passa a ter um sentido diferenciado das demais definições propostas. É o caso da definição de Giovanni Sartori (1994), que define a democracia como um poder do povo transferido ao representante do partido por ele escolhido através de eleições periódicas, sendo o escolhido responsável por apresentar sua versão da vontade dos cidadãos. Robert Dahl (1997) apresenta uma definição ampliada de tal versão a partir da ideia de que os cidadãos possuem garantia em expressar suas preferências de forma livre e recebendo do governo um tratamento igualitário, independente da escolha realizada. Isso a partir do princípio do pluralismo, de um modelo multipartidário e competitivo.

Como dito e como pôde ser observado, em tais sistemas a participação restringe-se às urnas, porém estes servem como ponto de partida para as reflexões sobre as transformações no modelo democrático na gestão pública.

No modelo participativo, por meio da superação do papel de eleitores, os cidadãos passam a se envolver na elaboração, execução e controle das políticas

públicas, na deliberação pública, gerando, assim, maior transparência nos procedimentos adotados. Segundo Gugliano (2015, p. 48-49):

O principal ganho com este modelo participativo é a aproximação da democracia da vida cotidiana e sua inserção em novos espaços de convivência entre os cidadãos (o bairro, a escola, o clube, as moradias, etc.) que potencializam a discussão sobre democratização das relações sociais e da vida cotidiana.

As condições de existência desse modelo acabam por propiciar novas discussões. É assim que se observa que no contexto atual, as consequências da globalização resultam no afastamento entre o Estado e os cidadãos, ao mesmo tempo em que promovem a interferência na governabilidade daqueles, assim como o desinteresse pelo partido e a política de Estado, conforme apontou.

Ao mesmo tempo, o uso da internet promove a possibilidade de acesso a informações, à expressão e à mobilização. Assim, tanto se observa o desgaste do modelo hegemônico de democracia quanto há o ressurgimento de uma sociedade civil em prol dela, o que pode ser visualizado através da mobilização social ocorrida nos últimos anos. Estaríamos, assim vivendo um novo momento de ampliação da democracia através da defesa do espaço público, da moralização da atividade política. Nesse sentido, é mister a consideração sobre o modelo em questão, uma vez que:

A proposição de um cidadão politicamente ativo, envolvido com a gestão pública da sociedade, um dos eixos centrais dos projetos democráticos-participativos, tem implicações que ultrapassam a esfera das relações institucionais na medida em que fortalece o tecido de articulação social e coloca em pauta questões que interferem com o modo de vida da coletividade. Uma pequena transformação de comportamento se vista do ponto de vista individual, mas, uma verdadeira revolução se analisada desde o prisma da breve jornada da democracia nos países ocidentais. (GUGLIANO, 2015, p. 28).

Gohn (2011) destaca o caráter educativo, a aprendizagem gerada através da vivência em ações coletivas e da participação. Isso uma vez que os movimentos sociais produzem inovação e são dispositivos geradores de saberes. A autora define os movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011). Os movimentos podem ocorrer por diferentes modos, seja por meio de denúncia, da pressão direta (como marchas e mobilizações) ou indiretas. As

informações e possibilidades de trocas promovidas pela internet nos dias atuais se apresentam como uma forma de expressão do exercício do agir comunicativo, possibilitando a ampliação de novos saberes e, dessa forma, da comunicabilidade.

Os movimentos sociais representam as forças sociais organizadas que possuem o intuito de romper com velhos modelos de opressão e organização da sociedade a fim de fazer surgir novas ordenações.

Como se dão através de redes, realizam ações coletivas de resistência e luta. Por consequência, promovem atores sociais, sujeitos de atuação. Com isso, criam identidade aos grupos, promovem o sentimento de pertencimento através de discursos geradores de trocas simbólicas. Os movimentos sociais se caracterizam pelo fato de possuírem uma identidade, um opositor, um projeto de vida e sociedade.

Observa-se que o movimento de emancipação de Pontal foi processo social de mobilização que se desfez diante do alcance do objetivo proposto. Mas durante sua ocorrência, permitiu aos atores envolvidos a experiência do envolvimento em um grupo com um fim comum e a participação. Destacam-se os apontamentos da autora em relação às aprendizagens geradas a partir de um movimento social. A aprendizagem teórica, prática, política, simbólica, social são alguns resultados que promovem transformações tanto no indivíduo envolvido em um movimento coletivo como em seu entorno.

Devido à importância do movimento dialético presente na participação em sua relação com as políticas sociais, vale considerar os apontamentos de Fleury (2003). Segundo a autora, as políticas sociais implementadas em nível local possibilitam formas de gestão capazes de consolidar a democracia, uma vez que com tais políticas a noção de direitos é ampliada, superando ações clientelistas e fortalecendo a governabilidade local, requisito fundamental da democracia. Todavia, tal processo depende do envolvimento dos dirigentes locais por meio de novas relações estado-sociedade, através do agenciamento da participação social e da abrangência da valorização técnica.

A autora pontua que interessa tomar a questão social como fenômeno que emerge a partir da problematização da integração e vínculos sociais por parte de um grupo. Para tanto, é necessária a superação do entendimento de apenas uma faceta de tais políticas, como por exemplo, a compreensão de que não se tratam de setores separados (educação, saúde), mas interdependentes.

Fleury (2003) chama a atenção para a complexidade das políticas públicas, que não se referem apenas às ações governamentais com determinado fim, estando inseridas em um quadro muito maior que envolve as alianças e interesses políticos. Envolvem, assim, dimensões como o consenso presente na tomada de decisões, a organização das estruturas administrativas e institucionais, a formação de atores políticos, a disputa por poder. Os valores e ideologias que baseiam as políticas públicas são também dimensões que influenciam seu direcionamento, assim como o contexto dos modos de produção e consumo. Os serviços sociais possuem específicos modos de funcionamento, que se diferenciam do modelo tecnocrático. Segundo a autora:

Este modelo deve basear-se em uma gerência social que seja capaz de promover a mobilização de recursos sociais, a promoção da participação social, a negociação de conflitos, o planejamento estratégico, a gestão de parceiros e as especialidades técnicas no setor social e administrativo, específicos. (FLEURY, 2003, p. 5).

Refere-se, portanto, a uma redefinição da cultura e estrutura institucional capaz de promover a democratização. Como há, no seio das políticas, uma reprodução das relações de poder, torna-se importante o investimento no pessoal, pois os modos de relação entre usuários e técnicos é que se faz capaz, ou não, de perpetuar a relação de dominação ou de promover a cidadania. Com isso, mais do que a oferta de serviços, as políticas sociais são também capazes de se tornarem palco da inclusão, democratização e cidadania.

Assim, uma nova geração de direitos é configurada pelo fortalecimento do poder local, pela descentralização e democratização, capaz de gerar a participação nos processos de cogestão pública.

Cabe observar que as políticas sociais no Brasil passaram por um período de construção que teve início no começo do século passado e sofreram uma importante alteração a partir da Constituição de 1988. No momento anterior, coexistiam dois modelos de proteção social: o assistencialista, que possuía uma base caritativa e reeducadora dirigida às populações mais pobres de maneira emergencial de modo fragmentado, descontínuo e dependente da prova do fracasso do cidadão, e outro modelo, o seguro social, dependente da contribuição prévia do cidadão, diferenciando-se conforme a categoria em questão e gerando um sistema diferenciado e produtor de privilégios.

O baixo investimento em setores essenciais, como saúde e educação, esteve sempre presente na lógica clientelista. A partir de 1964, o regime autoritário dá continuidade e ao mesmo tempo aprofunda essa lógica, estabelecendo um padrão centralizador, baseado no financiamento dos trabalhadores e na privatização.

Na década de 1970, alguns avanços ocorrem, como a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. Consolidada a Constituição de 1988, a Seguridade Social, que inclui a previdência, a saúde e a assistência como direitos sociais, promove a universalidade do atendimento, a afirmação do dever do Estado, a relevância pública das ações e serviços e um arranjo descentralizado.

Esse último fator procura fortalecer estados e municípios através de transferências constitucionais automáticas, ao contrário das transferências conveniadas por esquemas clientelistas e partidários.

No caso da saúde, essa transferência somente se efetivou no ano 2000, a partir do direcionamento de recurso das três esferas para o setor. No caso da educação, é reafirmada a gratuidade do ensino em todos os níveis e a obrigatoriedade do ensino fundamental com atuação prioritária dos municípios. Uma das inovações refere-se ao movimento de democratização, já que a constituição subordinou os componentes da seguridade social à participação e à descentralização político-administrativa.

Entretanto, o governo passou a uma orientação centralizadora e neoliberal que dificultou a implantação de tais valores, sendo posteriormente promulgadas as leis orgânicas e as Leis 8.080 e 8.142, de 1990, regulamentadoras do SUS, e da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A tendência a uma tomada de valores da sociedade de consumo, o individualismo, a competição, a adoção de um estado mínimo e demais características do pensamento liberal fizeram com que os movimentos e organizações a favor dos valores solidários e de cooperação fossem a cada década diminuindo seu poder de ação, até a chegada à reivindicação e ampliação dos direitos nos anos 1990.

No caso da educação, a reforma seguiu os princípios constitucionais de universalização, participação e descentralização, além de formas de gestão geradoras de autonomia. A promulgação da Loas institucionaliza a descentralização por meio de conselhos gestores e de direitos, da participação comunitária e de fundos relativos a cada esfera.

O SUS efetiva-se como grande expressão da descentralização (em especial em direção aos municípios, da participação e controle social, da cogestão). As conferências de saúde nos vários níveis garantem a permanência da reforma e os conselhos de saúde, também em cada esfera, e dão continuidade ao controle social, atuando como grande órgão definidor de prioridades e fiscalizador (FLEURY, 2003).

Os consórcios municipais e as comissões intergestoras bipartite e tripartite possibilitaram a superação da barganha política e estabeleceram formas de negociação transparentes e democráticas. Um importante aspecto refere-se ao fortalecimento do poder local devido à municipalização das políticas sociais.

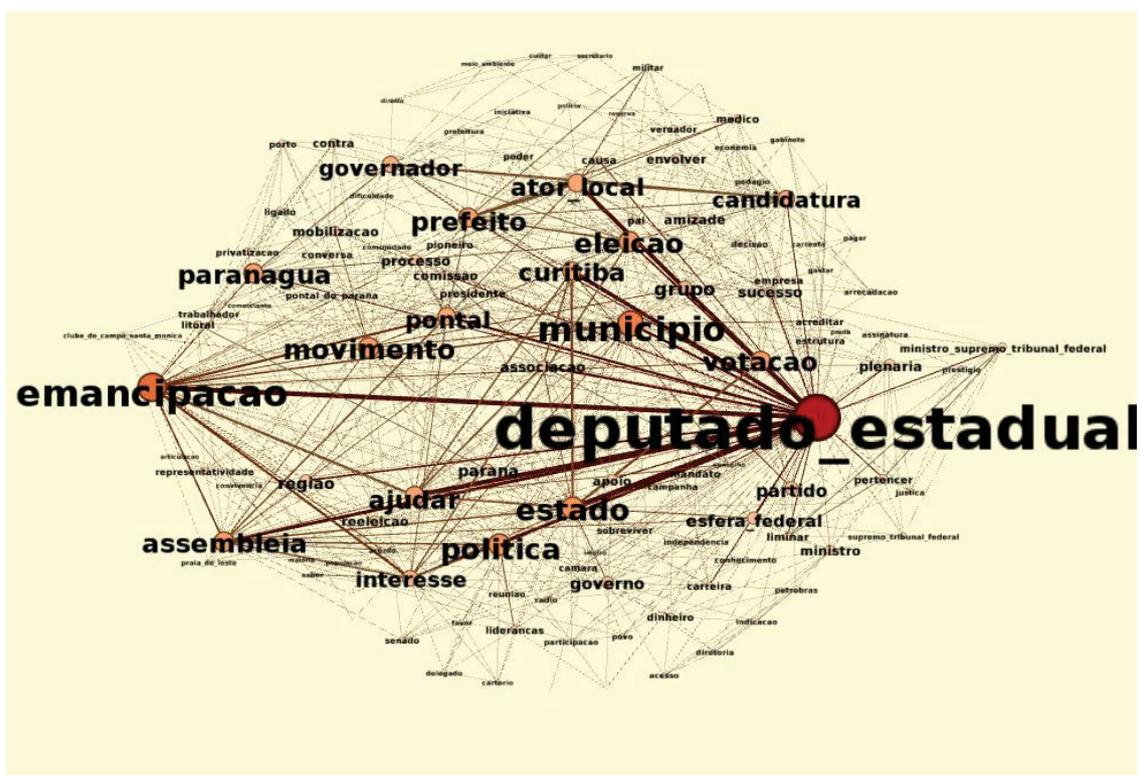
A experiência proposta a partir da Constituição demonstrou ser a descentralização uma forma de ação capaz de propiciar a participação, o controle social, o acesso aos serviços. Para a autora:

[...] dividir poder não diminui o poder do governante, mas sim o multiplica. Esta é a base da geração de governabilidade local, requerida na transformação da gestão de estruturas tradicionalmente comprometidas como o clientelismo e a corrupção. (FLEURY, 2003, p. 18).

Para a construção de políticas democráticas e cidadãs, o enfoque na criação de espaços de discussão, comunicação e planejamento capaz de potencializar o controle social é fator essencial, assim como a troca entre saberes técnicos e locais e demais ações condizentes com a democratização.

A categoria alianças, ilustrada pela Figura 13 a seguir representada, demonstra aspectos a serem debatidos a partir das considerações apresentadas.

FIGURA 13 – CATEGORIA ALIANÇAS



FONTE: A autora (2016).

NOTAS: Entrevistas com 7 atores envolvidos no processo de emancipação de Pontal do Paraná realizadas entre abril e junho de 2016. Organização de Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos, Edson Armando Silva

O resultado relativo à categoria alianças demonstra claramente a relação do processo de emancipação com o legislativo estadual. A Figura 13 ilustra a forte densidade estabelecida entre o termo deputado estadual, estado e ajudar. Muitas falas ilustram como a amizade, ou proximidade política, interfere no contexto institucional.

Observa-se que a comunidade semântica composta pela ligação ator local, prefeito e eleição, tendo o termo prefeito ao centro, está relacionada com a construção de uma nova elite política no território. As falas remetem à direta escolha e indicação por parte do deputado estadual em exercício. Em outros dois extremos da ligação com prefeito encontra-se a função de doutor (médico), sustentada pela extremidade comerciante. Diante da necessidade de análise dos fenômenos em questão e a fim de suplantar o pessoalismo, os nomes dos atores locais não são apresentados, sendo tais atores referenciados como doutor1 e doutor2. Interessa atentar ainda à ligação entre dificuldade e poder, ou seja, como a partir de tal condição ele se consolida.

A relação com a esfera estadual se apresenta no início do processo por meio da intermediação nas associações e após, durante a emancipação:

O deputado estadual, né? De Curitiba, ajudou nós aqui e aí nós montamos um conselho já das associações. [...] Era ele que emancipava todos os municípios que tinha aí, porque ele queria voto, né? [...] Ele é que deram o apoio, que motivaram aí. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Os atores envolvidos expressam o tensionamento presente na disputa, ilustrado através de suas relações:

Eles me chamaram para uma reunião em Paranaguá e pediram para que eu impedisse e não fizesse esse movimento político com esse pessoal lá em Curitiba, no governo do estado e na Assembleia e no senado federal. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Ele era muito, muito amigo, daí ele era contra a emancipação por essa amizade, que os caras ajudaram muito ele. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A partir do retorno ao conceito de análise de redes proposto por Lemieux e Mathieu (2004), pode-se verificar como a localização no espaço a que pertence o ator determina sua condição no grupo a que pertence, assumindo, assim, um caráter determinante em sua situação social. Observa-se como a rede de relações dos envolvidos se traduz por meio da possibilidade de acesso aos atores políticos. Observa-se que o contato inicial com a esfera estadual ocorre primeiramente via atores do território a ser emancipado em direção a esse legislativo, e não o contrário:

Pra que eu tivesse um pouquinho, pra que eu tinha um pouco de conhecimento dentro da Assembleia do estado com os funcionários da Assembleia e o com o deputado Aníbal Khury e depois alguns deputados, Algaci Túlio, deputado federal Martinez, que participou, que nos ajudou também, e esse povo pediu que auxiliassem, fizesse o contato com esses deputados do qual eu fiz. Nós que buscamos o apoio do governo do estado, que seria o deputado para colocar em votação, né? (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Não, não. A esfera estadual não procurou nós, porque não tinha interesse. Nós é que procuramos. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Não, era todo mundo daqui, todo mundo daqui, todo mundo daqui; não, ninguém de fora. Isso aí foi uma vontade própria. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

O colaborador descreve o diálogo realizado com o deputado estadual envolvido no processo:

Pro meu de preferência é doutor1, médico que vai ser o prefeito da cidade, que foi médico do Jaime Lerner quando foi prefeito em Curitiba, e tem o candidato de preferência do Aníbal Khury, que é o doutor2 lá, que é médico também, então vamos decidir. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A relação com a indicação do gestor municipal pode também ser reconhecida através de tais discursos. A extensão do partido dos deputados aos atores locais é outro dado levantado:

Por ter um trabalho como deputado da região muito atuante achou que o candidato dele poderia ser, que era o doutor1. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

O doutor1 foi mais por causa do deputado estadual, não era PDT, era PDT, certeza absoluta. Daí o doutor2 pegou o PTB por questão, por questão de talvez de algum deputado. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

O Aníbal Khury, por exemplo, era do PMDB na época, então eu tenho impressão que o doutor2 sempre foi do PMDB.

A amizade (relação) é expressa também através da busca por um partido:

Então, cada um foi procurando lá, aí um já era amigo de um deputado em Curitiba, já foi lá e já se filiou no partido daquele deputado. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

A intrínseca relação entre atores políticos e atores locais revertidos em atores políticos é expressa através do apoio oferecido às lideranças:

Por uma iniciativa do governador na época, ele me convidou pra ser o candidato a prefeito, portanto, pouco mais de dez anos depois de estar aqui eu concorri à prefeitura de Paranaguá [...]. Falei: "Ah, se o (governador) apoiar, então o que perder?". Aí saí candidato com o apoio (do governador). (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O acordo citado pelo Ator 4 revela como as alianças estabelecidas institucionalmente refletem em possibilidades de promover ou anular projetos para os territórios, interferindo diretamente no uso do espaço. Nesse caso, em especial

no que se refere às emancipações municipais. Nesse sentido, vale considerarmos a discussão do complexo cenário em que estão inseridas as políticas públicas apontada por Fleury (2003). Tal cenário envolve alianças e interesses políticos e encontra-se ligado a aspectos como a formação de atores políticos e a disputa por poder. Nesse sentido, ligado também a valores e ideologias, fatores que direcionam o sentido e a maneira como serão efetivados:

Paranaguá tinha elegido um deputado estadual Lourenço Fregonesi. Por conta dessa eleição do deputado, o presidente da Assembleia, Aníbal Khury, engavetou o processo de emancipação de Pontal, porque havia o interesse do deputado da região que não fosse votada essa emancipação lá na Assembleia. Como o Lourenço Fregonesi não se reelegeu, o litoral não tinha mais representantes na Assembleia, ficou mais fácil desse movimento voltar, e firme, pra emancipação de Pontal. Então, junto com Pontal do Paraná, 28 municípios do Paraná foram emancipados naquele mesmo ano [...]. Que houve um acordão na Assembleia de nenhum deputado atrapalhar nenhum outro deputado que tinha interesse nas suas emancipações. Então eles fizeram um acordão: “ninguém atrapalha a emancipação de ninguém e todo mundo emancipa [...]”. Acontece que o Aníbal Khury tinha muita relação com o Supremo Tribunal Federal e na época o ministro Sepúlveda Pertence, de maneira monocrática, só ele assinou, ele cassou a liminar [...]. Então foi mais ou menos isso e na época tinha uns padrinhos fortes pra emancipar Pontal, que era o Algaci Túlio, era o Aníbal Khury mesmo, então foi muito difícil de segurar isso aí. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

A extensão da estrutura e dinâmica institucional a que pertence o legislador estadual repassada ao novo município por meio das alianças estabelecidas a partir do processo de emancipação é evidenciada pela fala do Ator 4. Observa-se, nesse sentido, que por meio dessa transferência, que como visto ocorre também através dos partidos, são repassados os conceitos que baseiam as perspectivas e com isto as ações no espaço. Essa interferência apresenta-se como semente das ideologias e práticas a serem difundidas. Nesse sentido, vale refletir sobre quais os componentes presentes por essa via, se condizentes ou não com a concepção do desenvolvimento territorial sustentável (ou ecodesenvolvimento):

E, claro, quando um cara cria um município desses, as lideranças que ficam ali devendo um favor; o cartório que vai, o delegado que vai ser nomeado, tudo isso mexe com o interesse político muito grande. [...] Mas a Assembleia dos deputados, eles tinham muito interesse para ter mais, vamos supor exagerando aqui, ter um curral eleitoral [...]. Então, na verdade, essas emancipações têm mais a ver com o ganho político de alguns que articulam isso do que efetivamente de benefício para população. Na grande maioria dos casos, não estou dizendo que estão todos, mas boa parte deles é só interesse político. [...] Tanto que ninguém criou problema pra nenhum município que foi emancipado e todos foram emancipados aí,

garantido o interesse de todos eles ali. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

A força das alianças é expressa como contra-argumento do mesmo colaborador:

Mesmo que a gente tivesse outras condições, outros componentes políticos, dificilmente nós seguraríamos porque foi esse acordão dentro da Assembleia que prevaleceu. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Um dos aspectos apontado como elemento disparador ou inibidor do desenvolvimento local, já discutido, refere-se ao pedágio. Nesse caso, é expresso como as alianças construídas sob esse aparato influenciam em seu funcionamento:

Ali ganharam e estão ganhando; um percentual daquilo ali vai pra eles, não tem nenhuma dúvida disso, por isso esse preço absurdo. Então, é um grupo que por quê? Porque essa arrecadação que eles têm do pedágio, do TCP eventualmente, algum sócio da Sanepar que eles abriram uma parte da empresa pra amigos comprarem as ações e os caras que continuam dando sustentação econômica pra eles, pra votar, pra se candidatar. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

A proximidade com a população local por meio da convivência é um dos fatores levantados nesta categoria. No caso do deputado estadual envolvido, são também expressos os gastos deste em relação ao processo:

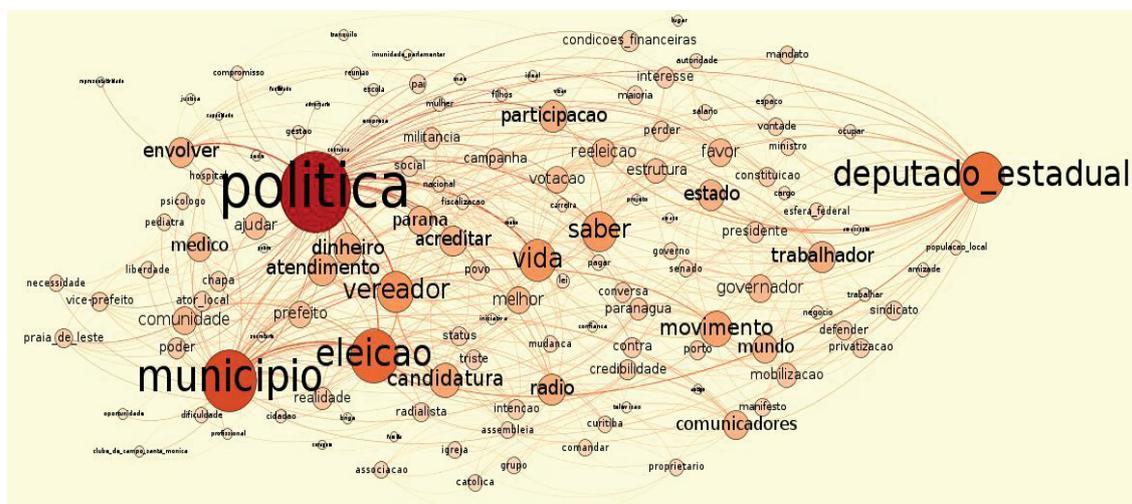
Ele tinha muita relação com as lideranças que estavam à frente da emancipação. (COLABORADOR 4, 13 de abril de 2016).

Ah, eu fui o único que comprei a briga. Eu tive um grande parceiro que ajudou bastante, que foi o deputado Aníbal Khury, que nos deu sustentação na Assembleia. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Porque eu convivia com eles, eu convivia lá, eu era uma pessoa da comunidade, né? E era um deputado... Que anteriormente a mim, o deputado que convivia lá e que tinha uma propriedade lá chamava-se Nestor Batista, que era conselheiro do Tribunal de Contas. Mas daí o Nestor deixou de ser deputado, virou conselheiro, já não aparecia mais por lá. Então nenhum outro político aparecia naquela região e eu constantemente vivia nos eventos do Santa Mônica Clube de Campo, lá em Praia de Leste [...]. Eu tive um envolvimento muito grande, gastei muito pra criar o município, gastei. Você gasta com, com fazer os adesivos, gasta em mandar fazer faixa, gasta em pagar gasolina pra fazer as carreatas e tudo isso se gastou... Eu tive que manter uma equipe minha lá do meu gabinete. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

A seguir, passamos às considerações relativas à Figura 14.

FIGURA 14 – CATEGORIA RECRUTAMENTO POLÍTICO



FONTE: A autora (2016).

NOTA: Entrevistas com 7 atores envolvidos no processo de emancipação de Pontal do Paraná realizadas entre abril e junho de 2016. Organização de Ana Elisa Penha, Mayã Polo Campos, Edson Armando Silva

A categoria recrutamento político foi pensada a partir da primeira curiosidade que fez nascer esta pesquisa: quais os dispositivos presentes na entrada da cena política?

O levantamento realizado constatou que o contexto institucional é o principal mecanismo catalizador de tal processo. Ou seja, a partir da rede de relações estabelecidas entre os atores políticos, através de aparatos como os partidos políticos, é que o movimento de passagem dos atores locais a atores políticos ocorre. Pôde-se verificar, quase unanimemente, a participação de deputados estaduais, governadores, vereadores e demais atores políticos na passagem à função de representante, através do apadrinhamento político.

O carisma e popularidade são também importantes fatores presentes, refletindo também o fato de que a localização dos atores na rede em que participam é a configuração que possibilita sua passagem a representantes. Nesse sentido, encontra-se também presente a necessidade de apoio financeiro no início de tal procedimento. Nas falas, a relação direta entre condições financeiras e possibilidade de ingresso na carreira política também aparece.

Em geral, os atores, ao tratarem da questão, expressam a não pretensão em ingressar na carreira política, descrevendo que esse movimento ocorreu ocasionalmente, por vezes significado mais por tal conjuntura do que pela própria

vontade. No que se refere à atividade política por parte dos familiares dos entrevistados, dos sete atores, dois possuem pais que exerceram função política, porém, ambos não associam seu envolvimento ao de seus familiares.

A discussão presente nesta categoria fez emergir o distorcido papel atribuído e por vezes exercido pelo agente político, muito mais associado àquele que fornece cestas básicas, muletas e afins e que consegue “vagas” em hospitais, ou mesmo que fornece dinheiro em espécie, do que propriamente legislador, propositor de políticas públicas, fiscalizador. Nesse sentido, o “favor” é mais um dos aspectos presente em sua ascensão.

Ainda, é levantada a problemática relativa aos partidos políticos. Estes são estabelecidos, como dito, como resultado da relação com os atores políticos, transmitidos como parte do processo de relação, como ferramenta que auxilia na eleição. Isso em detrimento de sua função genuína, ou seja, como suporte ideológico.

Outro aspecto manifestado por este debate refere-se ao exercício da carreira política, que conforme as falas demanda grande dedicação, já que despence muito tempo. Por conseguinte, foram também apontados os desafios presentes no exercício da função política nos dias atuais em razão da grande exposição e proximidade do eleitorado em razão do acesso propiciado pelos meios virtuais, como a internet e as redes sociais. Os entendimentos dos colaboradores em relação aos motivos que em geral levam ao ingresso na política estão relacionados a interesses pessoais e financeiros.

Observa-se que o grafo ilustrativo da rede demonstra a centralidade do termo política, possuindo forte ligação com envolver (termo editado e que inclui seus iguais, como envolvimento), vida, saber e participação. Assim, o envolvimento, passagem à atuação na cena política, relaciona-se com o círculo de tal cena e com as problemáticas a ela relacionadas, sendo por essa intermediação ligado a atendimento. Com isso, reflete as transformações que passam a ocorrer na vida dos envolvidos. Dinheiro e condições financeiras estão também associados ao termo em destaque.

Uma vez mais eleição, em evidência, ilustra o exercício da democracia como ligado ao voto. Sua relação com os termos município e candidatura demonstram a criação do município enquanto possibilidade de exercício da política. Deputado estadual apresenta-se novamente em um dos extremos da rede, sendo fortemente

associado ao conjunto candidatura (eleição, município), sendo que vereador está também ligado à eleição e, por conseguinte, à política. Deputado estadual está fortemente ligado a estado e reeleição. Devido à vinculação de dois atores a funções ligadas à comunicação, a discussão sobre a representatividade desta categoria é também apresentada e sua ilustração pode ser também observada no grafo.

O ingresso na cena política de maneira processual e sem pretensão pode ser observado, sendo que o Ator 1 se refere à questão da vocação:

Mas a gente, eu nunca esperava que ia me envolver com política, né? Então, se você começa as coisas naturalmente, você tem uma credibilidade maior, né? [...] A capacidade, né? Essa vocação, às vezes, né? [...] Aí fui entrando assim, né? Mas sei lá, uma coisa natural, né? Não assim que não eu vou querer ser, vou fazer isso, que eu vou ser isso ou aquilo [...]. Porque eu não fui preparado para ser político isso e aquilo, não; eu alcancei as coisas tudo no caminho. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

E a comunicação acabou me levando, até meio contra a minha vontade, pra área política. Porque na verdade eu não eu não tinha nenhum apetite com relação à política. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Sabe que essas coisas a gente não constrói, né? Elas vão acontecendo. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

A colaboradora expressa neste caso, ao contrário, sua pretensão ao envolvimento político:

Eu, sempre, uma pessoa que sempre fui muito envolvida, assim, com militância [...]. Eu gosto de estar junto com a informação, entendeu? Gosto de participar pra saber; não precisa ninguém me contar, então eu estou sabendo do que está acontecendo ali naquele momento. Eu acho que peguei muito essa sede de justiça, essa sede de igualdade. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

O papel exercido na comunidade, o destaque nas associações comunitárias, bem como exercido à frente de sindicatos e a popularidade podem ser observados no processo de introdução ao universo político. O Ator 2 demonstra o início de seu interesse na política e o Ator 5 o reconhecimento da popularidade como principal aspecto presente no ingresso na carreira política. Tal aspecto ilustra os apontamentos realizados por Weber (2011) em relação à presença do carisma como um dentre os três modos de dominação presente na constituição do representante político:

Várias vezes eu levei muita gente pra Paranaguá, né? Aí fui me envolvendo com a comunidade [...]. Fui presidente da Amasu, fui presidente da Amascupim. Sim, foi com o jornal, né? Com o jornal a gente começou a se promover, né? [...]. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Eu cheguei a ser um jogador profissional de bola ali na minha equipe da minha cidade. Em 1975 eu era muito conhecido dentro do meu bairro e da minha cidade. [...] que tinha para entregar, que antigamente tinha aquelas fotos grandes dos candidatos e eu fui e saí com todo mundo e tal e era tudo festa e, menina! Eu me encantei com aquilo; aquilo veio, entrou no meu sangue. [...] Ali veio, veio vindo a política e eu cada vez gostando mais. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Isso foi dando uma notoriedade no meu nome; eu era um cara que conhecia todo mundo, a gente se mobilizava [...]. Neste ato público o cara que falou em nome dos trabalhadores fui eu; me escalaram para falar primeiro, falar todo mundo em nome dos trabalhadores. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Eu era na época o maior Ibope do rádio do Paraná, tinha um Ibope, assim, realmente extraordinário na rádio [...] um grande momento na minha carreira. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Popularidade, ah, sem dúvida. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

A interferência dos representantes políticos é expressa enquanto principal motivo para o ingresso na disputa eleitoral, demonstrando uma vez mais os resultados sociais determinantes promovidos pelas relações em rede:

Pra carreira política, na verdade, foi muito mais interesse do deputado na época, que ele via, ele via na minha pessoa um excelente cabo eleitoral, né? [...] Então, ele já tinha dois ou três mandatos de deputado estadual e queria continuar, então ele achou: “ Pô, eu tenho aqui um cara que vai me dar muitos votos” [...]. Então esse deputado estadual [...] viu na minha pessoa um excelente cabo. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

O (governador) vendo essa mobilização, vendo esse movimento todo dos trabalhadores, vendo que eu estava à frente disso, [...] disse lá: “[...] tem um cara que acho que dá para apostar” [...]. Por uma iniciativa do governador, na época, ele me convidou para ser o candidato a prefeito. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Quando foi em 2008 foi uma pessoa na minha casa [...] me convidar pra sair candidata à vereadora. Eu digo, assim, que foi o meu padrinho político, assim, sabe? E daí conversou bastante com a gente e tudo. [...] “O cavalo só passa uma vez na porta da gente. Ou você agarra ele ou ele passa e depois você não alcança mais”. Ele foi bem taxativo; ele pegou e falou a oportunidade que eu tinha era naquele momento. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

O apoio financeiro por parte do “padrinho político” é relatado na fala da Colaboradora 6, mas também expresso na fala do Colaborador 5, quando afirma a

necessidade de apoio. O Ator 2 apresenta sua intenção em participar da disputa política limitada pela ausência do aparato financeiro. Uma vez mais, o retorno a Weber (2011) faz com que tais apontamentos sejam refletidos à luz da ideia de que a entrada na cena política depende menos do desempenho na função a ser exercida e mais na posse de recursos, sejam eles políticos ou sociais. Ainda, o fato de que o recrutamento político ocorre a partir dos que possuem rendimentos e daqueles que procuram por rendimentos, sinalizando o fato de que as lutas políticas estão muito mais ligadas à distribuição de empregos do que à construção de um ideal:

Eu falei: só vou, só entro na política se você bancar a minha campanha, porque eu não tenho dinheiro. “Não, eu banco a tua campanha”, ele era empresário. [...] Aí o cidadão comum que quer ser candidato ou então porque a comunidade: “Ah, você tem que ser nosso candidato” e tal, aquele cidadão tem dificuldade porque ele não tem um segmento forte atrás dele pra poder lhe dar esse embalo pra ele poder ser eleito. É difícil, né? (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Só que infelizmente eu não tenho dinheiro, entendeu? Por eu não ter dinheiro eu não consigo os votos necessários. É muito difícil competi com quem tem dinheiro. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

A associação do político como aquele que “consegue” serviços em detrimento do seu real papel pode ser observado. Tal questão vai ao encontro dos apontamentos realizados por Fleury (2003), que destacou como antes da Constituição de 1988 os modelos de proteção social se caracterizavam de forma assistencialista, a partir de uma base caritativa e reeducadora, o que era reforçado pelo baixo investimento em setores como educação e saúde. Observa-se como, apesar dos avanços presentes nas políticas públicas, esse modelo passado encontra-se por vezes impregnado nas práticas e entendimentos dos/sobre os representantes. Do contrário, quando implementadas em nível local, as políticas sociais promovem a consolidação da democracia, uma vez que ampliam a noção de direito e fortalecem a governabilidade local, superando ações clientelistas:

Ele via que quando terminava o programa tinha lá 20, 30 pessoas na portaria da rádio esperando pra falar comigo, pra pedir alguma coisa, orientação, aquela coisarada toda e tal, mas muito mais era pra pedir. Ele falava: “[...] você não vai suportar isso; como é que você vai atender esse povo se você não tem condições de atender esse pessoal que vem pedir cadeira de rodas, perna mecânica, dinheiro pra comprar o gás?” [...]. Daí ele falou “você tem que ser político, tem que ser vereador” e tal. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Você acredita? Eu já pensei muito em mim, mas o povo não. Participei de muitas coisas, ajudo muita gente, já dei muito e muitas cadeiras de rodas, aparelho para deficiente auditivo, óculos [...] já consegui muitas coisas para muita gente, internamento [...]. Eu tenho portas abertas, as pessoas batem, ninguém, precisam de médico, precisam de psicólogo, precisam de pediatra, [...] vários hospitais eu tenho a entrada livre porque eu só levo coisas lá de necessidade e ajuda o nosso pessoal nesse sentido. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Custa dinheiro porque você precisa ter estrutura; você ajuda muita gente. As pessoas vão atrás de você pra encontrar uma solução, você não pode dizer: “ah, não posso, não tenho, vou ver”, aí tá morto. Então, o sistema político leva a isso; as pessoas cobram do político não o que ele precisa fazer, que é fiscalizar, fazer leis que melhoram a vida das pessoas. Querem saber do atendimento, o meu aqui e agora, então, mais isso [...]. Tem que andar no mínimo com três, quatro mil reais no bolso todo dia, porque vai, vai, vai, aonde ele vai tem que dar alguma coisa [...]. Então, sabe? É assim que eles veem o político, o cara que tem poder, tá roubando um monte e não custa nada me dar um pouquinho. E então, é assim. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Ao mesmo tempo, os atores mencionam o grande dispêndio de tempo na atuação política, levando à falta de tempo para, por exemplo, a vida em família:

Sabe? Então, você tem que ponderar bem, avaliar bem tudo isso, se vale a pena porque a cobrança está exagerada [...] tem que pensar duas vezes e, e não correr o risco de perder totalmente a tranquilidade, a paz. [...] Então, na política você sai de manhã, às sete da manhã, e voltar meia-noite todo dia, final de semana, sábado e domingo, compromisso, compromisso. Você não vê mais filho, você não vê mais mulher, não vê mais nada. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Então, eu vivia 24 horas, praticamente ignorava a minha família. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016.).

Enquanto vereadora não; é vinte e quatro horas [...] você vai de carro pra lá, você vem de carro pra cá e você atende uma demanda aqui, você atende uma demanda ali vai, vai, vai. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

O envolvimento de familiares dos atores no meio político é apresentado em aproximadamente 28% dos casos levantados:

Meu pai foi vereador por três gestões [...], mas não foi uma coisa que me levou a me envolver em política, não, não foi isso. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

(Meu pai) foi prefeito também [...] depois foi 20 anos secretário municipal [...] em várias secretarias diferentes. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Quando apresentada a questão dos motivos que levam indivíduos a passarem a atuar politicamente, os colaboradores apontam para o interesse financeiro e para o interesse individual, como a imunidade parlamentar:

Então, o cara que entra no Congresso, lá, ele quer virar ministro, ele quer virar senador, não tem um deputado federal que não queira virar senador e não tem um senador que não queira voltar pro governo de estado e não tem um governador que não queira ser presidente. Então, essa loucura aí [...]. Eu acho que é financeiro, principalmente, financeiro e outra e boa parte dos que chegam lá já tem dinheiro, quer mais. Mas eu não tenho dúvida nenhuma que a maioria quer buscar uma imunidade. [...] e tem os idealistas, que também não fica muito, vai lá uma vez e não volta mais. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Muitos entravam com interesses diversos, muitos entravam até pela condição que dava de bom salário, aquela coisa toda de uma estrutura toda que ele tinha, muitos eram pelo ego também: “eu sou autoridade, sou deputado” e muitos entravam mesmo pra trabalhar com vontade. Esse número de trabalhar com vontade evidentemente era menor, como ainda é hoje menor, como muitos entram mais pra favorecimento pra tirar proveito de uma situação toda. Muitos entram também porque indicados. Por exemplo, hoje os evangélicos tomaram um espaço violento na política. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016.).

Muitas pessoas por status, muita gente que gosta de status, entende? [...] 80 candidatos a vereador no total no município, se você tirar vinte, que tem intenção do município, intenção do melhor pra o município, é muito dentro desses 80. É triste a realidade, mas é essa. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

O Ator 4 aponta para as mudanças ocorridas nos últimos anos; já os meios eletrônicos, a internet e redes sociais resultam na exposição e maior cobrança da população aos representantes políticos, o que vai ao encontro dos apontamentos de Gugliano (2015) em relação ao atual momento de ampliação da democracia por meio da defesa do espaço público e da moralização da atividade política que vem sendo vivenciado através do uso da internet:

Os últimos tempos, agora, a coisa estava muito complicada pra quem pretende ingressar ou permanecer na política é a questão da cobrança [...]. Hoje a maneira que eu penso de participar da política, de fazer parte, é muito diferente do que era 20 anos atrás, do que era 10 anos atrás. Porque hoje você está num restaurante, todo mundo sabe que você está ali. (COLABORADOR 4, 15 de abril de 2016).

A transmissão da escolha partidária do padrinho político aos “novos políticos” é claramente expressa na fala dos colaboradores. O partido está, assim, ligado às facilidades de entrada na prática política:

O cara que tem intenção de ser político, ele se filia num partido porque ele conhece lá o deputado estadual, o deputado federal que acaba sendo uma pessoa que vai ajudar na sua campanha pra vereador. [...] Porque de repente conhecia um cara em Curitiba, o cara vinha lá “se filie nesse partido porque como não tem nenhum candidato nesse partido lá na tua cidade fica mais fácil pra você se eleger”, aquela coisa toda. [...] Então, de repente, o cara entra no partido que já tem um vereador ou tem dois vereadores, ele acaba sendo um cabo eleitoral daqueles vereadores. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

E também alguns partidos vêm introduzido por algum deputado de cima pra baixo, tipo assim, tem algum deputado que conhece alguém, alguém daqui tem ligação com deputado já traz aquele determinado partido pra cidade e assim que vem se implantando os partidos na cidade. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 6 de maio de 2016).

Os atores destacam a importância do estatuto do partido e o geral desconhecimento sobre ele:

Era uma coisa tão linda você defender o seu partido; defender você defendia seu partido como defende a pátria, né? [...]. Então você saiu do partido e vai pro outro, não existe mais militância partidária. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Quando o cara se filia ao partido teria que dar para o cara o quê? O estatuto do partido. Ele pode até pegar, mas ele joga na gaveta e nunca mais vai ler aquele estatuto. Não tem, hoje em dia não tem essa vinculação de: “Pô, eu vou entrar no PDT”. [...] O estatuto de partido é coisa que o pessoal menos conhece. Por essa falta de cultura política, nem os políticos às vezes sabem explicar por que ele está naquele partido [...]. Então, ele procura mudar de partido pra ter mais facilidade pra se eleger. O partido é um mal necessário, porque o partido sem você está vinculado a um partido você não tem, não consegue ser candidato a nada. [...] O partido, ele não te oferece praticamente nada. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Esse mesmo colaborador apresenta as mudanças que ocorreram nos espaços midiáticos e que reverberaram na representatividade de diferentes grupos, como os grupos religiosos:

Então, havia uma espécie de uma bancada de radialistas, comunicadores. Em cada legislatura na Assembleia tinha 5, 6, 7 radialistas: nós de Curitiba, o pessoal de Londrina, de Maringá, das cidades polos, eles também elegiam seus deputados, que eram radialistas, né? Na época, os radialistas eram muito valorizados [...]. Hoje, os proprietários já não são mais os proprietários de rádios; são associações, são as igrejas evangélicas, são igrejas católicas, são grupos que não são comandados por comunicadores. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Por fim, a Figura 15 apresenta o resultado da rede de significados das entrevistas em relação à participação.

organização, como estrutura que possibilita, no seio da comunidade, a prática da democracia, da organização coletiva, início da representatividade local. No caso da emancipação de Pontal do Paraná, a junção das associações e, assim, a criação de um conselho delas, serviu como forma de demonstrar a organização local em curso e os diversos grupos envolvidos por elas representados:

Aí o município começou a se estruturar muito com as associações, né? [...] O município era administrado mais com as associações [...]. Mas daí surgiu essa ideia: se as associações representa a comunidade, então vamos montar um conselho [...]. Montamos um conselho, aí, de parece 32 associações. Aí quando foi, aí pesou, aí pesou porque tinha uma representatividade grande aqui. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Era clube de mulheres da cidade, que também a gente pegou como uma associação, uma entidade também pra dar peso na hora de fazer o plebiscito. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Então, todas as quartas-feiras ou quinta-feira, quando eles marcavam lá, a gente se encontrava lá, pescador e todo o povo que gostava de brigar tava lá, sabe? Brigar por seus direitos [...]. Aí era só associação, associação, pescador e outra associação. Fomo entrando assim, depois fomos que a gente ganhamos. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

Ao citar a dificuldade de organização da comunidade da Ilha do Maciel, o ator atenta para o fato de que individualmente não é possível chegar ao mesmo resultado conseguido através da criação de um coletivo:

Assim, eles sozinhos, sem poderio, e também não se juntaram, sabe? Não se juntaram. Eles queriam cada um resolver o seu, não resolve, não resolve. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

A partir da criação das associações, a formação de lideranças aparece como importante fator, como dispositivo capaz de perpetuar o fortalecimento e continuidade delas, bem como agente que realiza a representação de seu coletivo. Ao mesmo tempo, a ação dos atores envolvidos na estrutura de formação das associações aparece por meio do estímulo oferecido a tais lideranças:

As reuniões, você faz um trabalho. No caso da política, o que que a gente... Começava com as lideranças. Você tem que buscar lideranças [...]. Porque as lideranças, quando não tem uma associação, quando não tem um grupo que se reúne, não tem liderança, né? [...] E você que provoca as lideranças, né? Você tem que buscar pessoas formadoras de opinião, as pessoas críticas. Quando eu fazia reuniões com as pessoas, né? Eu sempre motivava, né? Fazia reuniões com sempre com afinco, né? Com propósito assim, né? [...] Você não pode deixar as pessoas sair de uma

reunião como elas entraram, com dúvida, com receio. (COLABORADOR 1, Pontal do Paraná, 09 de abril de 2016).

Como apontado, havia participação da população representada pelos pescadores (nativos). Em muitos momentos é citada a massiva participação dos comerciantes no movimento, sendo eles também importantes representantes do processo. Outro aspecto levantado se refere ao fato de que até o momento não existia proximidade com as questões políticas, sendo o processo as primeiras experiências políticas vivenciadas:

Sabe o que foi bom naquela época? Naquela época não tinha dinheiro em política, então ninguém sabia, ninguém comprava ninguém, era uma coisa muito inocente. Ninguém era político, todo mundo era comerciante. Então foi uma eleição disputada no corpo a corpo, mais por amizade, assim mesmo, conhecimento [...]. Ah, a dificuldade que a gente tinha, né? Na época aqui, então conhecimento a gente não tinha nenhum político [...]. Em outros município, com pessoas, através de literatura, então é com vontade, todo mundo foi se preparando. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

A partir das falas apresentadas, vale retomarmos os apontamentos de Gohn (2011), que reflete sobre as diferentes aprendizagens geradas por meio da participação em ações coletivas, pelos dispositivos de saber promovidos pelos movimentos sociais. A autora destaca como a participação em movimentos sociais age no modo de ser dos sujeitos, alterando sua realidade ao mesmo tempo que a si mesmo. Considerando o caráter processual da participação, o Ator 3 observa ainda que no início do movimento não havia muita participação:

Gozado... No comecinho, sabe? O povo não acreditava muito que a gente ia conseguir se emancipar, então a participação popular não era muito grande. (COLABORADOR 3, Pontal do Paraná, 05 de maio de 2016).

A ausência de representatividade é apontada através da ausência da eleição de deputados envolvidos com a população local:

Veja, a nossa região do litoral, nós temos quase 200 mil eleitor; nós não temos nenhum deputado, nem federal, nem estadual. E o litoral não tem nenhum porque não tem consenso. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Ao discutir participação, os atores descrevem sua importância como forma de acesso a direitos, ao mesmo tempo que apontam a ausência do envolvimento da

população. Apontam a falta de envolvimento dos jovens, bem como a existência de uma cultura política tradicional. Um dos atores expressa a diferença nas atitudes dos legisladores quando ocorre a presença da população:

Acho que todo mundo tem que participar [...] acho que aqui os jovens participam muito pouco da vida política do município, sabe? Entre 18 e 16 anos hoje eu tenho certeza que tem mais de 3, 4 mil jovens no município nessa idade, né? Na última eleição, habilitado a votar, tinha 286. Quer dizer, não dá 10% das pessoas que se interessaram a fazer o título, não tem a obrigatoriedade de entre 16 e 18 anos. Então, essa falta de interesse é muito prejudicial. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Não era da cultura do povo a política, né? Eu não sei, eu acho que não tá no dia a dia do cidadão discutir política [...]. Então o cidadão tem que ter essa consciência, que ele tem que ter responsabilidade política, ele tem que participar, ele tem que conhecer, ele tem que se envolver, ele tem que ler jornal, ele tem que ver telejornal, enfim, conversar, e saber quem é que eu vou eleger [...]. Essa consciência política tem que passar a fazer parte do dia a dia do cidadão brasileiro, porque tudo passa pela política, tudo passa por aí, minha conversa com você agora também passa por uma conversa política, sabe? E então, tudo se decide na política. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Seria tão importante que a população participasse, sabe? Porque [...] aqui dentro da Câmara é assim: quando tem plateia, quando tem plateia faz com que os demais vereadores discutam projetos, faz com que analisem projetos e se pense se vai votar sim ou não em alguns dos projetos quando tem plateia. Quando não tem plateia simplesmente nem se discute [...]. Não precisa ser nativo; você adotou o município pra você morar, é uma cidade que você está ali morando, acho que tem que pegar esse amor por aquela cidade e fazer parte desse processo pra que as coisas melhorem. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

A política, a participação política dentro da nossa cidade, qualquer cidade, ela é muito importante, muito importante, porque tudo que você vai fazer pelo meio político é mais fácil [...]. Quanto menos participação da população, mais difícil de sair as coisas boas e certas, né? [...] A gente não pode deixar fácil pros outros, porque é você que precisa, né? [...] a união porque quando a gente mexe em uma abelheira sabe que é difícil, né? Tem ferroada para todo lado. (COLABORADOR 7, Pontal do Paraná, 17 de junho de 2016).

De fato, Saes (1996) demonstrou como o processo democrático brasileiro possui profundas raízes que promovem a limitação do pluralismo (e, assim, da participação), já que caracterizado por diferentes períodos em que o campesinato, e mais tarde a classe trabalhadora, carregavam uma lealdade para com o detentor do capital (o patrão), o que se traduz em uma lealdade também aos chefes políticos por eles adotados. Isso em razão da profunda relação entre a constituição de grupos e aspectos econômicos tecnológicos, que preservam o caráter dependente (como visto), cuja urgência material se traduz em política. Observa-se, assim, como a

história de construção da democracia brasileira promove resquícios no comportamento político atual. Nesse sentido, o Ator 5 especifica seu ponto de vista a respeito da cultura política brasileira, através de uma espécie de alienação em detrimento de outros elementos oferecidos pela indústria cultural:

Bom, primeiro muita dificuldade das pessoas se envolverem. O país é um país que não tem a cultura política. O resultado está aí, o pessoal ficou surpreso quando acompanhou a votação do impeachment da Dilma agora na Câmara dos Deputados e viu a qualidade dos deputados que estavam lá, o pessoal ficou surpreso. Mas é isso, esses são nossos representantes, esses são os deputados que estão lá ganhando um bom salário, com uma boa estrutura logística e tudo o mais, que nós elegemos. [...] Ali está o retrato de um país, um país que nunca discutiu política, que não valoriza o horário político, né? Que não discute política, dá preferência pro futebol, pra televisão pra novela, pra outras coisas e não se preocupa com aquilo que define o futuro de um país, o futuro das pessoas. Então, essa é uma grande culpa dos brasileiros. (COLABORADOR 5, Guaratuba, 13 de maio de 2016).

Tal afirmação vai ao encontro das proposições de Schumpeter (1961) a respeito da vontade manufaturada e do fato das questões políticas não apresentarem importância no dia a dia dos cidadãos.

Entretanto, ao mesmo tempo, é apresentada questão de que as pessoas que se envolvem, os representantes, encontram-se muito mais envolvidos com os interesses próprios do que claramente um projeto coletivo:

Eu tenho tido de experiência aqui e vê o quanto tem pessoas e dentro da política por interesse próprio [...] são poucas as pessoas que se colocam na política, se interessa pela política por interesse do coletivo. (COLABORADORA 6, Pontal do Paraná, 06 de maio de 2016).

Eu acho o seguinte: esse desejo de participar, esse desejo é bom e tem, existe, e é legítimo em muitas situações, mas em muitos casos é um despreparo total. O cara acha que sendo vereador vai fazer a jogada da vida dele, vai, sabe? (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

Considerando o favoritismo, que participa do modo histórico na relação entre o eleitorado e seus representantes, a ideia de concessão de favores, como a oferta de vagas em hospitais, cadeiras de roda, óculos, acaba por colocar-se em detrimento da real relação que deveria se estabelecer entre tal par, ou seja, a exigência por uma melhor legislação e fiscalização por parte do eleitorado aos representantes, deturpando os objetivos da participação:

Então, o sistema político leva a isso: as pessoas cobram do político não o que ele precisa fazer, que é fiscalizar, fazer leis que melhoram a vida das pessoas; querem saber do atendimento, o meu aqui e agora, então, mais é isso. (COLABORADOR 4, Paranaguá, 15 de abril de 2016).

O Ator 2 relembra a necessidade de mobilização a fim de discutir o pedágio que dá acesso ao litoral:

Se a população não se manifestar, por mais 24 anos o pedágio do litoral vai ficar. (COLABORADOR 2, Pontal do Paraná, 11 de abril de 2016).

Observa-se que no decorrer das falas os colaboradores delegam à participação uma forma de solução dos problemas locais. Diante de tais aspectos, passa a fazer sentido as proposições de Habermas a respeito da necessidade de ampliação de espaços comunicativos que utilizam a fala como motor dos processos comunicacionais, estimulando o debate no espaço público e superando a participação como restrita às urnas, ao mesmo tempo que promovendo o envolvimento dos cidadãos na elaboração, execução e controle de políticas públicas e questões associadas, possibilitando o exercício do pensar e fazer democrático por meio da aproximação da vida cotidiana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados alcançados através da utilização da história oral e da metodologia de análise estrutural de redes utilizada a fim de categorizar o conjunto de discursos oferecidos por atores políticos participantes do processo de emancipação de Pontal do Paraná, podemos, enfim, responder às quatro perguntas propostas nesta investigação.

A partir da primeira delas: Qual o contexto em que ocorre o processo de emancipação de Pontal do Paraná? E das categorias elencadas com base nela, pode-se verificar que o processo ocorre a partir de um lugar que apresenta dificuldades de acesso a serviços essenciais, marcado pela distância dos centros de atendimentos, mas que diante de tais condições guarda práticas e saberes em profunda ligação com o lugar, como a utilização de técnicas de cura e benzimento e com a tradicional cultura da pesca, bem como o cultivo e manejo de produtos tradicionais, como a mandioca. Ao mesmo tempo, tais discussões trouxeram à tona

a progressiva diminuição de oferta de políticas públicas em uma comunidade tradicional, como no caso da Ilha do Maciel.

Foi possível verificar, diante dos resultados, que o contexto do processo em Pontal do Paraná reafirma proposições oferecidas pelos estudos de processos emancipatórios. Isso em razão dele se encontrar associado a um aparato institucional que possibilita sua ocorrência, uma vez que a emancipação em questão ocorre em um período em que a Constituição Federal fornecia facilidades aos processos emancipatórios, já que previa a ocorrência de plebiscito somente no município a ser emancipado, além de serem ofertados repasses estimuladores do processo. Isso somado ao fato de que tal criação se encontrava submetida ao legislativo estadual, fornecendo um cenário que possibilitava a interferência deste nos novos municípios, o que acabava por criar neles uma elite política diretamente relacionada com tal esfera, fosse através da transmissão de partidos, fosse através de indicações a cargos públicos, conforme observado no município tomado para este estudo.

Tal condição reflete diretamente na resposta à pergunta inicial: Quais os dispositivos que motivaram a entrada na cena política? Os resultados demonstraram que pôde ser verificada a temática levantada pelos conceitos relativos à análise de redes, já que as relações interpessoais, sejam políticas ou pessoais, e assim a construção de alianças, encontram-se diretamente relacionadas com a introdução dos sujeitos no cenário político. Nesse sentido, participa da tal entrada a localização de tais sujeitos em sua rede de relações, ilustrada através de seu carisma e popularidade, que em seguida são transmutados (o carisma e popularidade) no fato de que eles acabam sendo tomados como referências de acesso a serviços, nesse caso deturpado pela ideia de favor (o acesso a serviços atribuído àquele que “consegue” cadeiras de roda, por exemplo) em detrimento ao acesso a políticas públicas.

Em relação à mesma pergunta, pode-se verificar que outro dispositivo discutido, a noção de participação, encontra-se associada à busca por interesses próprios, individuais, seja financeiro ou como a busca pela imunidade parlamentar. Estruturas que baseiam ideais políticos, como os partidos, são também associadas a facilidades eleitorais, e não a partir de seu propósito primeiro. Segundo os apontamentos levantados, a participação encontra-se deturpada diante de uma cultura política tradicional.

A pergunta: Qual a estrutura argumentativa que catalisa o controle dos recursos do território? Pôde ser respondida a partir dos dois extremos presente na disputa. Por um lado, argumentos sobre a falta de serviços essenciais, como as políticas públicas em educação, saúde e saneamento, e por outro o desejo de que não fosse perdido o território que contém praias e a promessa de que seriam ofertadas políticas públicas, bem como melhorias nas vias de acesso ao centro administrativo.

O questionamento: Em que medida, a partir do processo de emancipação, as perspectivas para Pontal do Paraná mantêm relação com os conceitos de desenvolvimento territorial sustentável? Permitiu que fosse demonstrado como o conflito fundiário que marcou o passado do território reverbera na ampliação da possibilidade de instalação de um empreendimento portuário privado no território. Com isso, os entendimentos em direção às perspectivas que priorizam a ideia de crescimento, processo que já ocorre em razão dos atravessamentos impostos pelo modelo econômico existente, são reforçados diante de tal possibilidade. Por outro lado, o olhar em direção à necessidade da preservação ambiental, do fortalecimento do turismo, de políticas públicas e de práticas tradicionais como a pesca é também concebido.

O estudo do território evidenciou a necessidade de debate entre diversos temas e questões e promoveu a necessidade de que sejam realizados estudos no âmbito da ciência ambiental.

Acredita-se que as discussões apresentadas e os resultados alcançados podem contribuir para futuros estudos sobre os processos de emancipação municipal e demais ações coletivas em direção ao território. Observa-se ainda que a metodologia utilizada pode ser adequada para estudos nesse sentido. Além disso, acredita-se que tal estudo pode também contribuir no entendimento a respeito de Pontal do Paraná.

Diante disso, vale destacarmos a fala do Colaborador 3, quando este aponta que Pontal do Paraná necessita de espaços de valorização da cultura tradicional, a fim de que os conhecimentos locais possam ser transmitidos e com isso fortalecer a cultura e identidade local. O mesmo colaborador apontou a importância de maior atenção aos artefatos históricos, como as fábricas de farinha, bem como a seu patrimônio histórico, os sambaquis.

O levantamento realizado trouxe à tona o fato de que o processo de emancipação possui destaque por ser tomado como nascimento político do município e, portanto, como importante acontecimento histórico. Nesse sentido, a demarcação dos espaços que fizeram parte do movimento possivelmente poderá fazer com que a história vivenciada seja futuramente transmitida e localizada. É o caso, por exemplo, do Clube de Campo Santa Mônica, local onde muitas reuniões eram realizadas e que já não apresenta suas características iniciais, pois o terreno abriga o Colégio Estadual Paulo Freire. A menção do envolvimento de tal espaço no processo pode vir a propiciar o sentimento de pertencimento, bem como a lembrança de uma ação coletiva em direção ao território.

A principal questão, entretanto, refere-se à importância de que seja reconhecido o risco a que está exposta uma das comunidades tradicionais presente no território e que ações de proteção a ela sejam tomadas. Conforme apontado neste estudo, a Ilha do Maciel vem passando por um constante desmantelamento de políticas públicas e vive atualmente a iminência de ser esmagada e, conseqüentemente, deslocada, devido à pressão relativa à especulação portuária. As discussões apresentadas pelo Colaborador 7 demonstraram as conseqüências do processo de desterritorialização forçada, em que são retirados os bens que constituem os sujeitos e suas comunidades, suas identidades, bem como suas possibilidades de sobrevivência, seus saberes e práticas tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. **O contexto institucional e a relação entre Executivo e Legislativo na criação dos municípios no Paraná, 1988 a 1996**. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15**, 12 de setembro de 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/wFCSvX>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BREMAEKER, F. E. J. **Os municípios brasileiros**. Observatório de Informações municipais, 2013. Disponível em: <<http://www.oim.tmunicipal.org.br/index.cfm>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. **Os novos municípios**: surgimento, problemas e soluções. Observatório de informações municipais, 1992. Disponível em: <<http://www.oim.tmunicipal.org.br/index.cfm>>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRANDT, C. T. A criação de municípios após a Constituição de 1988. O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional nº 15, de 1996. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 59-75, jul./set. 2010.

BORJA, B. **Celso Furtado e a cultura da dependência**. Rio de Janeiro: Oikos, v. 8, n. 2, 2009.

BRITTO, C. M. **Sustentabilidade e Intradisciplinaridade**: elementos para uma abordagem sociológica, a partir do Pensamento Sistêmico Multimodal, para um estudo preliminar do Pontal do Pré-Sal. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRONCKART, J.; BULEA, E. **Como o psiquismo humano se torna histórico-cultural?** As contribuições da análise saussuriana às teses desenvolvimentais de Vygotsky. *Cadernos Cenpec*, v. 1, n. 1, 2011.

CAMPOS, M. P. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais**: teu corpo é o espaço mais teu possível. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

CIGOLINI, A. A. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise de criação de municípios no Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CITADINI, R. A. Municípios inviáveis e controle do déficit público. **Jornal Diário Comércio e Indústria**. 22 e 25 de nov. 1998.

COSTA, N. B. R. **Impactos socioambientais do turismo em áreas litorâneas**: um estudo da percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa Terezinha e Ipanema – Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra e Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CRISTO, P. D. O. **Política de assistência social e efetivação de direitos na comunidade Guarani Tekoa Karaguatá – Sambaqui Guaraguaçu, Pontal do Paraná, PR**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2011.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ESTANDES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.43, n. 8, p. 25-41, jul./dez, 2003.

FAVERO, E. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. p.278 Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil – São Paulo, 2004.

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA, Sylvia C.; CORRÊA, Vera L. A. (Orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: FGV, v 2, p. 91-115. 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

GOMES, G. M.; MACDOWELL, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social.** Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

GUGLIANO, A. A. Teoria política, democracia e participação. In: BRAUNER, M. C. C; LOBATO, A. O. C. (Orgs.). **Direito e justiça social: a construção jurídica dos direitos de cidadania.** Rio Grande, 2015.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p11.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T. **Memórias de morte e outras memórias: lembranças de velhos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Cidades@.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico de Pontal do Paraná.** Curitiba, 2017. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/> >. Acesso em: 19 de jun. 2017.

LEFF, H. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

LEMIEUX, V.; MATHIEU, O. **Análise estrutural das redes sociais.** Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LITTLE, P. E. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. **Guaju**, Matinhos, v. 1, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 2015.

MAGALHÃES, J. C. Emancipação político-administrativa dos municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y. et al. **Dinâmica dos municípios.** Brasília: Ipea, 2009.

MAX-NEEF, M. Empoderamento de comunidades e desenvolvimento alternativo. **Revista de Pedagogia Social**, Rio de Janeiro, n. 17, abril de 2003.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias.** São Paulo: Contexto, 2011.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.33-49.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, jun. 2009.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A.; BRAGA, S. S. & FUKS, M. (orgs.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007.

PORTAL DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. **Poligonais**. Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/copy_of_respostas-e-esclarecimento>. Acesso em: 07 ago. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON S. O. M. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, J. M.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora34, 2001.

REIS, P. R. C.; COSTA, T. M. T.; SILVEIRA, S. F. R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 74, v. 1, p. 61-82. jan./abr. 2013.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, O. A. **Subsídios para a história de Pontal do Paraná**. Curitiba: Gráfica e Editora Núcleo Ltda., 1997.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAES, D. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 6/7, p.129-147, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. S.; ARAUJO, O. R. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 6, p. 191-201 jan./dez. 2007.

SANTOS, R. A.; ANDRADE, P. L. **A evolução histórica do federalismo brasileiro: uma análise histórico-sociológica a partir das Constituições Federais**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a424ed4bd3a7d6ae>> Acesso em: 12 ago. 2015.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 105- 121, jun. 2005.

SUZIGAN, W. Celso Furtado e o processo histórico de industrialização na América Latina. In: CORSI, L. F. (Org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-119.

THOMAS, V. et al. **Qualidade do crescimento**. São Paulo: Unesp, 2002.

TOMIO, F. R. L. A criação dos municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002.

VELOSO, F. et al. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE N° _____
 CPF N°: _____ SEXO: M () F () O ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,
 declaro para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito de forma suficiente a respeito da pesquisa “Pensar e fazer político: memórias dos antigos moradores de Pontal do Paraná acerca do processo de emancipação”. O projeto de pesquisa será conduzido por Ana Elisa Penha, do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável, e orientado pela Profa. Dra. Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski, pertencente ao quadro docente da Universidade Federal do Paraná. Estou ciente de que este material será utilizado para produção e apresentação de dissertação, bem como para publicações decorrentes da mesma pesquisa, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados, os riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter assegurado o meu direito de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

_____, ____ de _____ de _____

 Assinatura do participante

 Pesquisador responsável

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

APÊNDICE 2 – ROTEIRO

Como e quando começou sua vida na região?

Como era a vida nesse tempo?

Na sua opinião, quais eram os problemas enfrentados?

O(a) senhor(a) recorda do início do processo de emancipação?

O(a) senhor(a) participou do processo? Por quê?

O(a) senhor(a) já havia participado de algum tipo de reivindicação? Qual?

Quais eram seus objetivos para a municipalização?

Qual sua opinião sobre as consequências da emancipação?

Acredita que os objetivos foram alcançados? Por quê?

O que o(a) senhor(a) entende por participação?

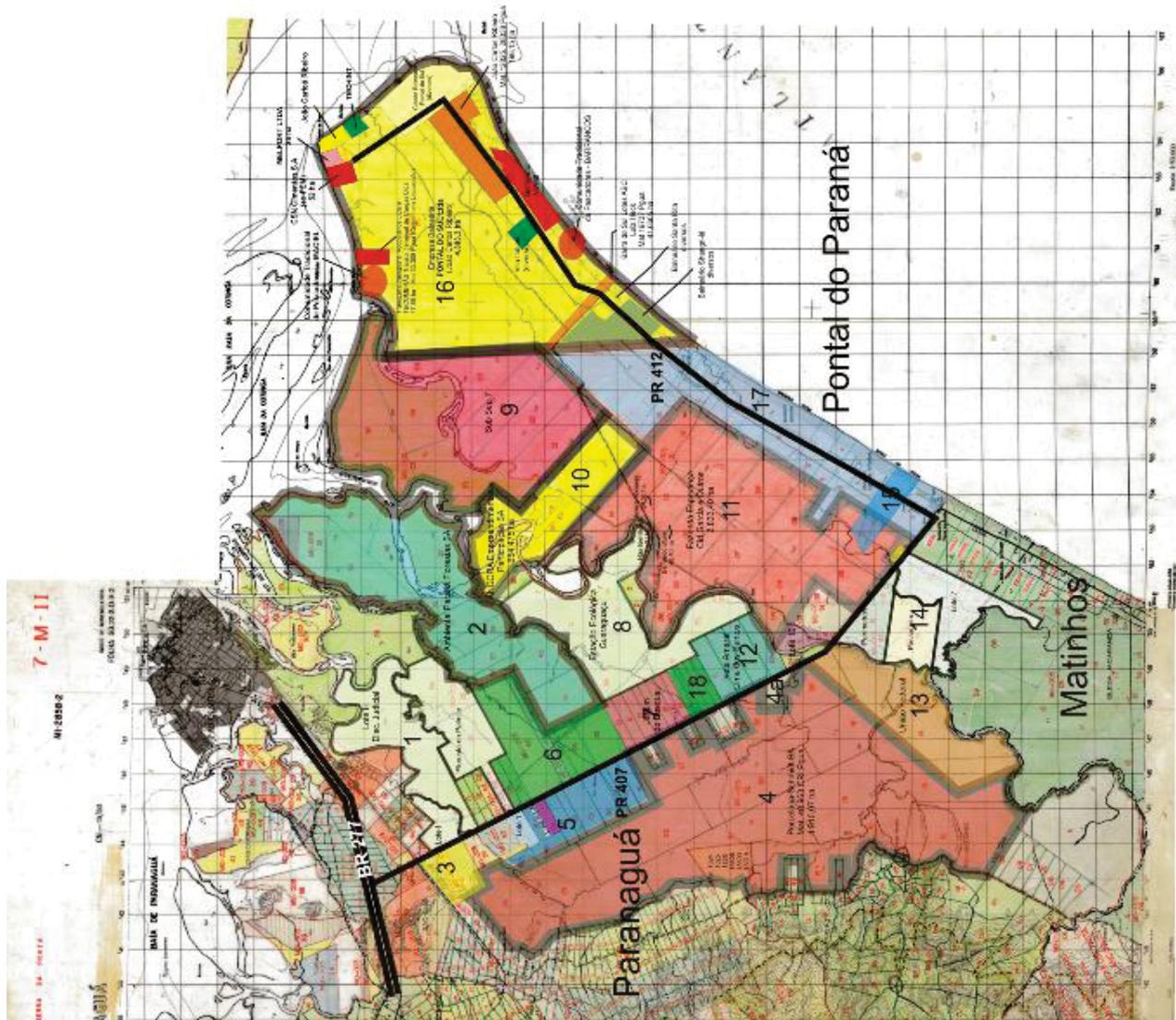
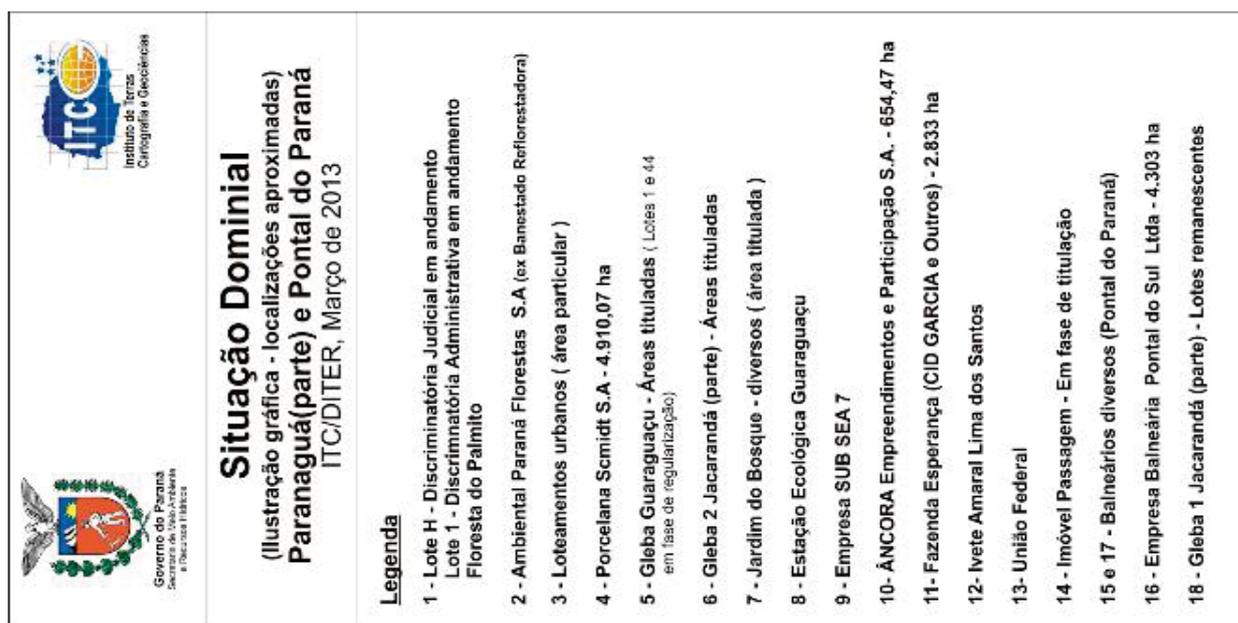
O (a) senhor(a) participa de algum tipo de organização de cunho político? Por quê?

O que é necessário para que ocorram mudanças/melhorias no município?

Você costuma discutir política? Onde? Com quem?

Que influências o processo de emancipação teve em sua vida?

ANEXO 1 – SITUAÇÃO DOMINIAL PARANAGUÁ/PONTAL DO PARANÁ



FONTE: ALEP (2017).